



POLITÉCNICO DE COIMBRA
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

(Eco)turismo e Lazer no Desenvolvimento dos Territórios Rurais.

**O caso dos percursos pedestres no concelho de Góis: proposta de
valorização**

Relatório de Estágio Profissionalizante para a obtenção do grau de

Mestre em Ecoturismo

Helena Margarida Antunes

Coimbra, 2017



POLITÉCNICO DE COIMBRA **ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA**

(Eco)turismo e Lazer no Desenvolvimento dos Territórios Rurais.

**O caso dos percursos pedestres no concelho de Góis: proposta de
valorização**

Relatório de Estágio Profissionalizante apresentado à Escola Superior Agrária de
Coimbra para cumprimentos dos requisitos necessários à obtenção do grau de

Mestre em Ecoturismo

Júri:

Presidente: Prof. Doutor Orlando Simões

Arguente: Prof. Doutora Vivina Carreira

Orientador: Prof. Doutor Pedro Bingre do Amaral

Helena Margarida Antunes

Coimbra, 2017

Resumo

O presente relatório de estágio resulta da criação de um projeto com o intuito de diversificar um produto turístico já existente, identificando a exequibilidade da sua implementação com o objetivo de incrementar a procura turística nas Aldeias do Xisto do Concelho de Góis e, assim, proporcionar uma oferta distinta do convencional, tornando o produto mais atrativo e diferenciado.

Os objetivos definidos para este trabalho são, numa primeira parte, contextualizar as trajetórias dos territórios rurais, procurando conhecer quais as políticas e os programas de desenvolvimento rural, fazendo uma abordagem do rural produtivista e pós-produtivista e da multifuncionalidade do espaço rural na pós-modernidade; caracterizar o ecoturismo discutindo quais as suas vantagens; averiguar a evolução e a oferta dos percursos pedestres em Portugal, assim como as potencialidades e fragilidades, fazer uma análise sobre o Programa das Aldeias do Xisto do Concelho de Góis, estudando a sua estrutura e objetivos. Já na segunda parte, numa vertente mais específica o objeto de estudo é a Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, uma associação privada sem fins lucrativos sediada na Aldeia do Xisto de Aigra Nova, em Góis, e sobretudo a rede de percursos pedestres estruturada e gerida por esta entidade.

A Lousitânea promove a conservação e valorização do património natural e cultural da Serra da Lousã com atividades de conservação da natureza e de animação turística, entre outras.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Ecoturismo; Percursos Pedestres; Aldeias do Xisto; Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã

Abstract

This internship report results from the creation of a project aiming to diversify an existing tourism product, identifying the feasibility of its implementation with the aim of increasing tourist demand in the Schist Villages of Góis Municipality and thus provide an offer distinct from conventional, making it more attractive and differentiated product.

The goals set for this work are, in the first part, contextualize the trajectories of rural areas, seeking to know which policies and rural development programs, making a rural approach productivist and post-productivist and multifunctionality of rural areas in the post- modernity; characterize ecotourism by discussing its advantages; investigate the development and provision of Pedestrian paths in Portugal, as well as strengths and weaknesses, make an analysis of the program of the Schist Villages of Municipality of Góis, studying its structure and objectives. Already in the second part, in a more specific area the object of study is the Lousitânea - League of Friends of Serra da Lousã, a private non-profit association based in the Village of Xisto de Aigra Nova, in Góis, and especially the network of pedestrian trails structured and managed by this entity.

Lousitânea promotes the conservation and enhancement of the natural and cultural heritage of the Serra da Lousã with activities of nature conservation and tourist animation, among others.

Keywords: Rural Development; Ecotourism; Footpaths; Schist Villages; Lousitânea - League of Friends of Serra da Lousã

Agradecimentos

Chegado ao fim este ciclo de estudos resta-me agradecer a todos os que, de alguma forma, me apoiaram e acreditaram que tudo isto seria possível. Foi uma tarefa de muito trabalho, esforço e dedicação tanto da minha parte, como com o apoio de algumas pessoas. Sem elas este relatório não seria possível.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, António Manuel e Maria Fernanda pelo apoio incondicional e também financeiro, pois sem eles não estaria aqui a terminar mais uma etapa nos estudos. Por todo os esforços e conhecimentos que me transmitiram e por acreditarem que com esforço e dedicação tudo se consegue. E porque sem o auxílio indispensável dele na resolução de alguns problemas informáticos, o relatório não teria andado para a frente, agradeço também ao meu irmão, Rafael Rodrigo.

Aos meus amigos, aos que se cruzaram comigo durante o meu percurso académico e aos de longa data, quero agradecer a motivação dada para continuar e finalizar mais uma etapa.

Ao Diogo Santos agradeço a paciência, o amor e a força que deu ao longo destes anos.

Aos meus colegas do Mestrado em Ecoturismo, pela simpatia e união que se gerou em tão pouco tempo.

A todos os membros da Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, agradeço à Rita Ribeiro, à Isabel Martins, à Lurdes Antunes, ao Luiz Alves e ao Jorge Lucas pelo auxílio prestado na realização do projeto, a paciência na transmissão de conhecimentos úteis dentro da Lousitânea, e a confiança que depositaram em mim e no meu trabalho durante os 3 meses de estágio. Em particular, ao Luiz Alves pelo auxílio, e pelas horas que dispensou do seu tempo para me ajudar no que fosse preciso para a realização do relatório, foi crucial a sua ajuda.

A todos os que, de alguma forma, deram a sua contribuição, que por mais pequena que tenha sido, foi suficiente e essencial para a finalização do relatório.

Por fim, e não menos importante, um agradecimento ao Prof. Dr. Pedro Bingre, pelo tempo que disponibilizou na orientação deste relatório.

Sumário

Lista de Siglas	VI
Lista de Figuras.....	VIII
Lista de Tabelas	X
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	5
1. As trajetórias dos rurais: quantos rurais há no rural?	5
1.1. Políticas e programas de desenvolvimento rural.....	7
1.2. Do rural produtivista ao rural pós-produtivista	13
1.3. A multifuncionalidade do espaço rural na pós-modernidade.....	15
2. Ecoturismo, percursos pedestres e desenvolvimentos dos territórios rurais.....	17
2.1. Abordagem ao conceito de ecoturismo	19
2.1.1. Vantagens do ecoturismo	21
2.1.2. A realidade de Portugal no segmento ecoturismo.....	24
2.2. Percursos pedestres em Portugal.....	27
2.2.1. Evolução.....	28
2.2.2. Oferta.....	31
2.3. Ecoturismo e percursos pedestres: potencialidades e fragilidades.....	33
3. O Programa das Aldeias do Xisto.....	35
3.1. Estrutura e objetivos do Programa das Aldeias do Xisto	35
3.2. A Rede das Aldeias do Xisto.....	39
3.3. O caso das Aldeias do Xisto de Góis	46
4. Os percursos pedestres nas Aldeias do Xisto de Góis e na sua envolvência.....	59
4.1. Análise SWOT à rede de percursos pedestres do concelho de Góis.....	62
4.2. Propostas de valorização dos percursos pedestres	64
Capítulo II – Caraterização do local de estágio	65
1. A importância das associações de desenvolvimento local. O caso da Lousitânea.....	65
1.1. Atividades turísticas realizadas e promovidas pela Lousitânea.....	68
1.2. Ecomuseu Tradições do Xisto.....	72
1.2.1. Património Cultural e Etnográfico	73

1.2.2. Património Natural e conservação da Natureza.....	77
Capitulo III – Projeto Turístico “Pelos Trilhos do Xisto de Gois”	80
1. Enquadramento e pertinência do projeto.....	80
1.1. Primeira Fase	81
1.2. Segunda Fase	82
2. Metodologia e Materiais	83
2.1. Passaporte	84
2.2. Alicates	85
2.3. Carimbo	85
2.4. Insígnias	86
2.5. Medalhas	87
3. Cronograma e Orçamento	88
Conclusão	91
Bibliografia	93
Anexos.....	102

Lista de Siglas

ADL – Associação de Desenvolvimento Local

ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

AEPGA – Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino de Mirando do Douro

AIBT-IP – Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior

BTT – Bicicleta Todo-o-Terreno

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CE – Comunidade Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIMO -Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação

CX – Caminhos do Xisto

DGADR – Direção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

EEC – Estratégia de Eficiência Coletiva

EU – União Europeia

FCMP – Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FPC – Federação Portuguesa de Campismo

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Grupo de Ação Local

GPS – *Global Positioning System*

GR – Grande Rota

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

KM – Quilómetro

LEADER – Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

PAC – Política Agrícola Comum

PAX – Programa das aldeias do Xisto

PENT – Plano Nacional Estratégico para o Turismo

PL – Percurso Local

PR – Pequena Rota

PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

TER – Turismo em Espaço Rural

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

Lista de Figuras

Figura 1 Densidade Populacional de 2001 e 2011 por Município.....	6
Figura 2 Mapa da Rede Nacional de Áreas Protegidas.....	25
Figura 3 Percursos Pedestres Homologados em Portugal	32
Figura 4 As vinte e sete aldeias que constituem a Rede das Aldeias do Xisto; as vinte e uma praias que constituem a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior; as oito lojas que constituem a Rede de Lojas das Aldeias do Xisto	37
Figura 5 Localização geográfica do Concelho e Freguesias de Góis, inseridos na NUT III	46
Figura 6 Parte do Concelho de Góis que se insere no Sítio Rede Natura 2000 da Serra da Lousã; Aldeias do Xisto do Concelho de Góis	48
Figura 7 Aldeia do Xisto da Comareira, Casa de Campo da Comareira em pormenor ..	51
Figura 8 Aldeia do Xisto de Aigra Nova	53
Figura 9 Poço dos Bois (à esq.), Fonte dos Namorados (à dta)	54
Figura 10 Aldeia do Xisto de Aigra Velha.....	56
Figura 11 Aldeia do Xisto da Pena	57
Figura 12 Penedos de Góis	58
Figura 13 Percursos pedestres nas Aldeias do Xisto de Góis e na sua envolvência.....	60
Figura 14 Almoço Convívio realizado na Aldeia do Xisto de Aigra Nova	69
Figura 15 Trajes dos foliões na Corrida do Entrudo (à esq.); Jogo do Pau em perpetiva (à dta.).....	70
Figura 16 Núcleos que constituem o Ecomuseu Tradições do Xisto	72
Figura 17 Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto.....	73
Figura 18 Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto	74
Figura 19 Núcleo da Coirela das Agostinhas.....	75
Figura 20 Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro (imagem do alambique).....	76
Figura 21 Núcleo de Interpretação Ambiental	77
Figura 22 Núcleo da Maternidade de Árvores	78
Figura 23 Pormenor de um dos socalcos da Maternidade de Árvores	79
Figura 24 Exemplo de alicate de perfuração	85
Figura 25 Exemplo de dois modelos de carimbos a ser utilizados no passaporte.....	85

Figura 26 Modelo de Insígnias a ser utilizadas	86
Figura 27 Modelos de medalhas a serem oferecidas aos participantes no fim da atividade	87

Lista de Tabelas

Tabela 1 Vantagens do Ecoturismo	22
Tabela 2 Caminhos do Xisto, Rede de Percursos pedestres com forma circular	43
Tabela 3 Caminhos do Xisto, Rede de Percursos pedestres com forma linear	44
Tabela 4 Análise SWOT à Rede de Percursos pedestres do concelho de Góis	62
Tabela 5 Cronograma de Tarefas para a preparação e aplicação do projeto	89
Tabela 6 Empresas que apresentaram os melhores preços e orçamento final do projeto	90

Introdução

O ecoturismo resulta da percepção que o turista tem sobre os riscos ambientais, e anda em torno de uma filosofia de consciencialização ambiental, tendo por base o conceito de sustentabilidade cada vez mais relevante no turismo.

O ecoturista é uma pessoa exigente, no que toca aos espaços escolhidos para viajar, pois dá preferência a espaços pouco intervencionados pelo Homem, espaços onde haja o mínimo de impactos ambientais. Assim, o ecoturista é alguém que gosta de espaços naturais, praticamente intocáveis pela mão humana. Viaja para poder sair da confusão das cidades, da poluição urbana, do *stress* do dia-a-dia, e conseguem isso ao viajarem para espaços rurais, onde a tranquilidade e pureza são o que mais caracteriza esses locais, e por isso, os territórios rurais, nos dias de hoje, serem tão procurados. Estes locais conseguem proporcionar às pessoas conforto e um estilo de vida diferente da que estão acostumados a ter em territórios urbanos.

No entanto, nem todos os ecoturistas procuram sossego e descanso, alguns viajam para os espaços rurais à procura de aventura, de atividades onde possam estar em contacto mais direto com a natureza, e ao mesmo tempo, estejam a praticar um desporto.

Muitos são os que escolhem atividades de pedestrianismo, escalada, orientação, *trekking*, *hiking*, mergulho, *geocaching*, balonismo, entre outras atividades, com os mesmos princípios anteriormente mencionados: contacto com a natureza e respeito pela conservação da natureza.

Os percursos pedestres são muito conhecidos entre os ecoturistas, pois associam o lazer, a saúde e o contacto com a natureza. Podemos descobrir, nos percursos pedestres, um conjunto variado de espécies de fauna e flora, paisagens deslumbrantes, e ao mesmo tempo, praticar um desporto que nos proporciona um bem-estar natural, pois é bastante benéfico para a saúde.

Os locais, para a prática de percursos pedestres, são variados, mas vamos dar destaque às Aldeias do Xisto, como um território com vasta oferta de equipamentos e infraestruturas para a prática de pedestrianismo. As Aldeias do Xisto são espaços rurais, que ao longo dos tempos foram sofrendo despovoamento por parte da população mais

jovem, na tentativa de encontrarem melhores condições de vida e trabalho em zonas mais urbanizadas.

Com o intuito de dinamizar o território, a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto (ADXTUR) implementa uma iniciativa para requalificar, e dar uma nova vida às aldeias, criando a Rede das Aldeias do Xisto.

A Rede das Aldeias do Xisto é um bom exemplo que une os percursos pedestres com os territórios rurais. Esta Rede “constitui iniciativas que proporcionam uma nova imagem e uma atitude mais positiva em relação às aldeias e ao mundo rural” (Boura, 2002/2004 citando Carvalho, 2012). Dentro da Rede, particularizamos um dos Municípios que integra as Aldeias do Xisto, as Aldeias do Xisto do concelho de Góis que serviram de suporte para desenvolver este relatório.

A rede de percursos pedestres de Góis oferece sete trilhos diferentes, distribuídos por três das quatro freguesias do concelho de Góis, onde se pode conhecer o património e explorar locais únicos, estando sempre em contacto com a natureza.

Devidamente registados e sinalizados, os percursos pedestres cruzam a beleza das paisagens naturais com as emblemáticas Aldeias do Xisto, entre outros lugares e aglomerados de similar interesse patrimonial que não se encontram inseridos nesta rede.

Desde os mantos brancos que cobrem a vegetação em dias de inverno, às praias fluviais onde se pode refrescar e aproveitar o sol durante o verão, o turista é convidado a descobrir os recantos das Aldeias do Xisto e contemplar as inúmeras paisagens que os trilhos têm para oferecer.

Durante os trilhos o turista pode encontrar uma grande variedade de espécies autóctones da região como castanheiros (*Castanea sativa*), sobreiros (*Quercus suber*), carvalhos (*Quercus robur*), assim como as espécies mais ribeirinhas como azereiros (*Prunus lusitanica*), salgueiros (*Salix alba*) ou amieiros (*Alnus glutinosa*). Podem ainda cruzar-se com abelhas na produção de mel, ter a sorte de encontrar esquilos a saltar de árvore em árvore ou até mesmo veados à procura de alimento.

A rede de percursos pedestres é gerida e mantida pela Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, uma associação privada sem fins lucrativos. Sediada na Aldeia do Xisto de Aigra Nova, em Góis, a Lousitânea promove a conservação e valorização do

património natural e cultural da Serra da Lousã com atividades de conservação da natureza e de animação turística, entre outras.

O propósito geral deste relatório é analisar o ecoturismo no desenvolvimento dos espaços rurais, e relacioná-lo com os percursos pedestres em espaços rurais.

Este relatório de estágio profissionalizante será apresentado de uma forma simples, seguindo uma ordem que suporta toda a estrutura. Assim sendo, será dividido em três partes, tendo a primeira uma breve descrição sobre as trajetórias das populações rurais, descrevendo quais as políticas e os programas existentes para o desenvolvimento rural, fazendo uma pequena comparação entre o rural produtivista e o rural pós-produtivista, e falando um pouco sobre a multifuncionalidade dos espaços rurais; referenciando o ecoturismo, os percursos pedestres e o desenvolvimento dos territórios rurais, abordando o conceito de ecoturismo, as suas vantagens, e a realidade do ecoturismo em Portugal, assim como referir qual a atual situação dos percursos pedestres em Portugal, dando a entender a sua evolução e oferta existente; posteriormente será abordado o tema do programa das Aldeias do Xisto, a sua estrutura e objetivos, dando a conhecer a Rede das Aldeias do Xisto, aprofundando o caso das Aldeias do Xisto do concelho de Góis, e dos percursos pedestres que fazem parte destas Aldeias; assim como uma análise SWOT à rede de percursos pedestres do concelho de Góis, fazendo referência a algumas propostas de valorização dos mesmos.

A segunda parte do relatório de estágio profissionalizante tem como temas, a caracterização da associação sem fins lucrativos – a Lousitânea, descrevendo algumas das suas atividades realizadas, e fazendo uma pequena descrição sobre o Ecomuseu Tradições do Xisto, onde será feita uma abordagem sobre as duas vertentes do núcleo, a vertente do património cultural e etnográfico e o património natural e conservação da natureza.

Como terceira, e última parte, teremos o projeto turístico “Pelos Trilhos do Xisto de Góis”, onde será feito um enquadramento do projeto, assim como a pertinência na escolha do mesmo; será feita uma abordagem à metodologia e aos materiais utilizados na execução do projeto; e por fim, um ponto a falar sobre o orçamento final do projeto, e um cronograma onde se explica como foi desenvolvido todo o projeto, desde a sua criação à sua implementação.

A nível da metodologia utilizada na realização deste relatório de estágio profissionalizante, esta passou pela leitura de bibliografia e literatura com conteúdos debatidos e apresentados neste relatório, nomeadamente académicos, pesquisa *web*, tratamento de dados estatísticos e material de unidades curriculares lecionadas anteriormente.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1. As trajetórias dos rurais: quantos rurais há no rural?

O mundo rural está ligado ao campo e ao trabalho agrícola, a um estilo e qualidade de vida diferentes daquele que encontramos nos dias de hoje em contexto urbano.

No século XIX, Portugal era caracterizado como sendo um país maioritariamente agrícola onde a principal atividade económica era a agricultura. Para além da agricultura havia também a criação de gado e a produção de produtos artesanais e tradicionais que posteriormente eram vendidos em feiras e/ou mercados locais.

A população rural, durante muito tempo, foi capaz de se autossustentar apenas com o que a terra lhes oferecia, pois, as atividades praticadas eram suficientes para satisfazer as suas necessidades.

No entanto, no séc. XX, com a Revolução Industrial, o setor agrícola regista uma grande queda devido à perda de importância da agricultura e à falta de empregabilidade disponível no setor (Cardoso, 2011: 35 citando Cavaco, 1995).

Com o uso de novas tecnologias na produção agrícola o número de trabalhadores diminui, enquanto que em 1973 este setor dava trabalho a mais de 30% da população, em 2001 o valor diminuía para 9% (Silva, 2008: 7-8 citando Cordovil *et al.*, 2004).

Esta perda na economia leva os habitantes mais jovens ao êxodo rural, abandonando as suas casas e as suas terras à procura de melhores condições de vida e novas oportunidades de emprego, deixando os campos e as aldeias a cargo da população mais idosa.

Migravam, assim, os rurais para alguns dos grandes centros urbanos, zonas mais industrializadas de Portugal. Outros chegavam à conclusão que a melhor opção seria procurar melhores condições de vida fora do país, inicialmente para o Brasil e outros países como os Estados Unidos da América, Canadá, África do Sul e colónias portuguesas de África; posteriormente para a Europa, maioritariamente para França (Oliveira, 2013 citando Barreto, 2002; Vieira, 2008).

Há uma grande perda da população rural, sobretudo nas regiões do interior, pelo facto de estas se terem deslocado para as regiões do litoral.

Em 2011, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2011: 9) os municípios do litoral, em relação aos municípios do interior, registavam valores mais elevados de densidade populacional. Podemos constatar uma maior tendência para a concentração da população nas regiões metropolitanas do Porto e Lisboa.

Entre os anos 2001 e 2011 houve uma ligeira evolução demográfica nas regiões do Norte e Lisboa, respetivamente 0.06% e 6.01%. No entanto a região do Algarve e a Região Autónoma da Madeira tiveram um aumento significativo na população, respetivamente 14.1% e 9.3% (INE, 2011: 7).

Lisboa, Algarve, Porto e Região Autónoma da Madeira foram as regiões que mais evoluíram com a chegada de população rural (figura 1) (INE, 2011).

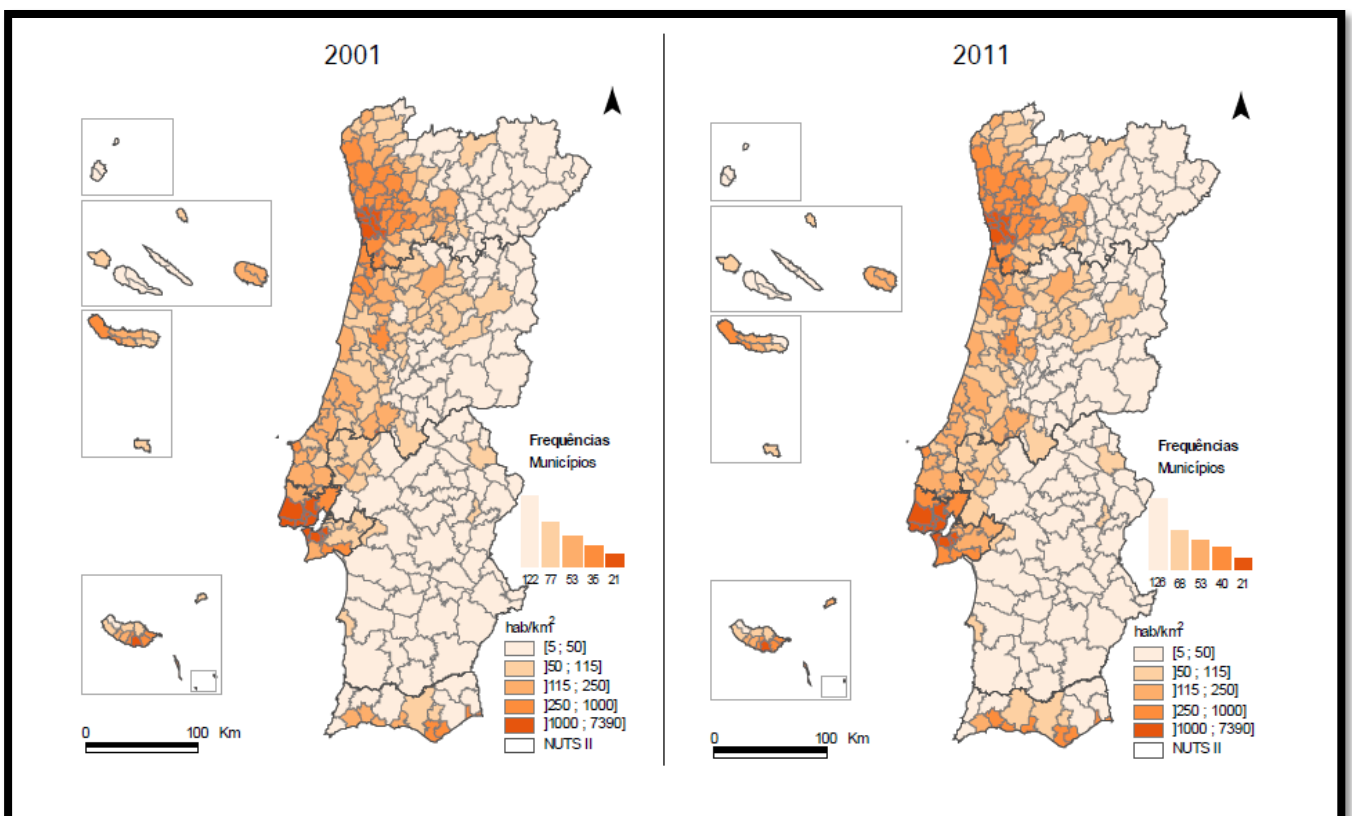


Figura 1 Densidade Populacional de 2001 e 2011 por Município

Fonte: INE, 2011

Concluimos que os espaços rurais ao longo de décadas perderam e continuam a perder grande parte da população muito devido à pouca oferta de qualidade de vida que cada vez mais é exigido por parte das populações, mas sobretudo devido ao défice na oferta do mercado de trabalho, principalmente para a mão-de-obra qualificada. Há

muito tempo que não é a terra a sustentar as populações rurais, apenas como autoconsumo.

Assim, os espaços rurais começam a despovoar-se, passando de um “rural pujante”, onde o capital humano é elevado e jovem, com perspectivas de crescimento a nível económico, demográfico e educacional, a um rural de “baixas densidades” muito marcado pelo êxodo, pelo envelhecimento demográfico, pela carência de emprego, pela degradação dos recursos naturais e por um tecido produtivo fraco (ALVES, 2014: 28).

1.1. Políticas e programas de desenvolvimento rural

Os espaços rurais têm vindo a sofrer grandes modificações. O que outrora estava esquecido, agora tem vindo a ser redescoberto e preconizado como um legado cultural o qual devemos proteger. O rural passa a ser definido como sendo uma reserva natural com grande valor patrimonial e paisagístico (Ventura, 2010: 15).

Como refere Cardoso (2011: 24), “a agricultura deixa de ser o sector que suporta a economia rural, para passar a ser a economia rural que fornece as bases de suporte da agricultura.”

A agricultura já não consegue auxiliar o desenvolvimento rural, para isso, é necessário procurar outras atividades económicas que potencializem a atividade agrícola promovendo um desenvolvimento local sustentado.

Este desenvolvimento, segundo Cavaco (2004: 99), deve garantir às populações não só melhor qualidade de vida como também fornecer-lhes condições para que possam traçar o seu futuro, aumentando o rendimento, as aptidões pessoais, entre outros. Ainda segundo a mesma autora, o desenvolvimento destas áreas tem como foco principal “contrariar a perda de vitalidade demográfica e económica, capacidade de fixar e atrair as populações, de iniciativas económicas, e não apenas a regressão das atividades primárias, em especial dos cultivos”, podendo combater os efeitos do abandono dos espaços rurais, introduzindo o desenvolvimento sustentável, estimulando a variedade das atividades económicas de quem reside nestes espaços, a partir dos produtos endógenos neles produzidos.

A questão das alterações da estrutura económica e social dos meios rurais é um problema que tem estado no centro das preocupações da União Europeia (UE), levada

a definir políticas estratégicas comunitárias com o propósito de criar um espaço europeu fortemente unido.

Aquando do Tratado de Roma, em 1957, a agricultura nos seis Estados-Membros fundadores (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) era marcada pela intervenção estatal. Desse Tratado surge, em 1962, a primeira política comunitária da UE criada para o desenvolvimento rural – mas mais direcionado para o setor agrícola – a Política Agrícola Comum (PAC), que tem como objetivos específicos fomentar a produtividade agrícola, assegurar um nível de vida justo à população, estabilizar os mercados, e organizar os preços (Massot, 2016: 2).

Em 1975 houve a necessidade de se criarem Fundos Estruturais devido à preocupação da Comunidade Europeia (CE) com as desigualdades e desequilíbrios a nível económico nos territórios da Comunidade (Cardoso, 2011: 28 citando Diniz, 1999). Assim sendo, nesse ano, cria-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que tinha como objetivo “contribuir para atenuar os desequilíbrios entre os níveis de desenvolvimento das regiões europeias e reduzir o atraso de desenvolvimento das regiões menos favorecidas” (Lecarte, 2016: 1).

Antes deste, outros Fundos tinham sido criados, como é exemplo o Fundo Social Europeu (FSE); o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA); e mais tarde, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e outros.

O FSE, instituído em 1957, visa promover a melhoria do acesso ao emprego; o FEOGA, criado em 1962 para ajudar a PAC a atingir os seus resultados, e está relacionado com a modernização e adaptação das estruturas agrícolas e promoção dos espaços rurais; o FEADER, inicialmente criado em 2005, tem como objetivos aperfeiçoar a competitividade das empresas dos setores agrícola, florestal e agroalimentar, auxiliar na proteção da natureza e do ambiente, ajudar da economia e na qualidade de vida dos espaços rurais.

A Comunicação da Comissão Europeia, em 1988, num documento sobre “*O Futuro do Mundo Rural*” afirma que é indispensável uma política europeia de desenvolvimento rural. Partindo do princípio de um rural enfraquecido, de zonas rurais muito isoladas, de um acentuado declínio demográfico, de níveis económicos mais desfavorecidos em relação aos meios urbanos, a Comunicação da Comissão Europeia vem sublinhar a

necessidade de experimentar novos conceitos de evolução e de envolvimento das populações rurais na procura de soluções.

No entanto, na segunda metade da década de 80 do século XX, as medidas fizeram com que algumas das produções – como o leite, o vinho, o açúcar, a carne, os cereais, entre outras – fossem produzidas em excesso (Cardoso, 2011: 30 citando Barros, 2003). Para além desses excedentes na produção, a PAC ignora a sustentabilidade ambiental dos espaços rurais, o que leva à sua primeira reforma, em 1992. Consigo traz uma redução de preços nos setores em que as produções eram excedentes. Esta reforma teve como objetivos a criação de medidas de proteção do ambiente, e veio mostrar ao agricultor a existência de outras funções que podem ser usadas em conjunto com a produção agrícola, como é exemplo o desenvolvimento rural, de ordenamento do território e de proteção ambiental (Ventura, 2010: 26 citando Rodrigo, 2001: 2).

A Agenda 2000 (Cimeira de Berlim, 1999) veio determinar uma vertente mais multifuncional, territorial e ambiental dos apoios e incentivos comunitários. A União Europeia assume um conjunto de reformas, como a atualização do modelo agrícola e divulgação do desenvolvimento económico e ambiental, de modo a conservar os estilos de vida rurais e as paisagens agrícolas. Assim, e com a FEADER como principal financiador, implementa-se o segundo pilar da PAC, que visava estabelecer um futuro das áreas rurais a nível sustentável, juntando as reformas dos mercados com outros apoios que promovessem a competitividade e a multifuncionalidade no setor agrícola (Alves, 2014: 42 citando Carvalho, 2009).

No caso de Portugal, o crescimento económico foi mais lento em relação ao que acontecia pela Europa no que toca à industrialização, que era ainda retrógrada. Até à metade do século XX, Portugal ainda se podia caracterizar como um país agrícola e rural.

Até 1974, e devido ao regime existente na altura, o país viu limitada a sua entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE), no entanto, e após a queda do regime ditatorial, em 1986 foi possível iniciar e concluir o processo de integração na CEE.

Nos finais da década de 80, os investimentos públicos apontam o seu foco para as zonas mais carenciadas, auxiliando nas medidas de desenvolvimento e variação económica e nas medidas de preservação dos recursos naturais. A CE determinava, assim, uma renovação de estratégias políticas no futuro das zonas rurais, resolvendo certos problemas através da criação de uma política estrutural (Pinto, 2011: 54).

Nestes termos, o enfoque do desenvolvimento rural baseava-se na tentativa de tornar as zonas rurais em locais que fossem atrativos para as populações viverem e trabalharem, tentando ao máximo contrariar o êxodo e prover estas zonas de instrumentos que pudessem ajudar ao próprio desenvolvimento (Rodríguez *et al.*, 2005).

Com o apoio do FEADER, a CEE lança em 1991, uma ação-piloto que aborda o desenvolvimento rural a nível local: a Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER). Este programa beneficiava as atividades das redes de grupos locais estimulando-os a elaborarem as suas próprias ações de desenvolvimento. É considerado por muitas pessoas como sendo um programa inovador preocupado com o desenvolvimento dos espaços rurais (Rover e Henriques, 2006: 118).

O programa LEADER divide-se em três etapas: o LEADER I, criado entre 1991 e 1994, que inicia uma nova abordagem do desenvolvimento; o LEADER II, criado entre 1994 e 1999, que generaliza essa abordagem e o LEADER+ criado entre 2000 e 2006 que aprofunda a abordagem.

Segundo Cardoso (2011: 32) o LEADER tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento de um setor agrícola europeu, sustentável e dividido por todas as regiões da UE, e apostar na diversificação económica e social dos espaços rurais europeus. Este último objetivo dá valor às atividades rurais e à sua correlação com a agricultura. Um dos campos onde a correlação deve ter maior reforço em termos financeiros é na iniciativa de Turismo em Espaço Rural (TER).

Já a iniciativa LEADER II tem como objetivos a melhoria da qualidade de vida das populações e das zonas rurais impedindo o êxodo da população mais jovem, enfrentar o envelhecimento, combater a falta de oportunidades de emprego incentivando os territórios rurais a descobrirem estratégias para se tornarem, ou para continuarem a ser competitivos (DGADR, 2006: 5).

Por fim, a iniciativa LEADER+ tem como objetivos apoiar os agentes rurais a promover os seus territórios, criando estratégias para o desenvolvimento sustentável no sentido da criação de mais emprego.

Para além dos objetivos de cada fase da iniciativa LEADER, existem outros que se aplicam de uma forma geral a todas as fases, como:

- A organização de uma parceria local constituída por uma equipa técnica permanente sob o nome de Grupos de Ação Local (GAL)¹ com o propósito de executar planos de ação;
- Criação e desenvolvimento de um “Plano de Ação Local” que esclareça os vários eixos de participação para ações de desenvolvimento em certas zonas rurais; Cofinanciamento, por parte da CE, Estados-Membros e/ou regiões dos planos de ações sob a forma de um pacote financeiro global;
- A implementação do LEADER dá início a um sistema de divulgação das identidades territoriais e dos recursos endógenos em meio rural que vai representar o trabalho de 20 GAL abrangendo cerca de 37% do território nacional. Na fase LEADER II estão representados 48 GAL que abrangem 86% do território nacional, ilhas incluídas. A fase LEADER+ representa o trabalho de 52 GAL em cerca de 87,5% do território nacional.

Em 2007 a iniciativa LEADER torna-se numa abordagem dominante e passa a integrar os Programas Nacionais e Regionais de Desenvolvimento Rural apoiado pela UE e financiado pela FEADER. No período de 2014-2020, a iniciativa LEADER inspira a criação de outra iniciativa, o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), que expande os seus objetivos para os territórios urbanos e litorais (Portugal2020, 2016).

Ainda sobre as políticas de desenvolvimento rural, há uma outra que deve ser referida, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) por se assumir como sendo um “instrumento de valorização do desenvolvimento económico, social e territorial” (Pinto, 2011: 56). O QREN tem como objetivos principais aumentar a competitividade dos setores agrícolas e florestais; promover a conservação dos espaços rurais e os recursos naturais; reanimar a economia das zonas rurais; fortalecer a ligação territorial e social, e promover a eficácia da atuação das entidades públicas, privadas e das associações na gestão dos setores e do território rural.

Associadas ao QREN estão as Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) que têm importância referenciada pelo facto de constituírem um conjunto de iniciativas que favorecem a participação e o funcionamento em rede na divulgação do desenvolvimento. Dentro das EEC destacam-se os Programas de Valorização Económica

¹ GAL – base de apoio da implementação LEADER. Incluem-se, como deveres da GAL, a preparação e implementação das Estratégias Locais de Desenvolvimento, considerando qual a mais adequada para o território onde se inserem, decidindo quanto aos diferentes projetos a financiar e apoiar (PRODER, 2011).

de Recursos Endógenos (PROVERE), por direcionar os seus objetivos para os territórios de baixa densidade, por promover o desenvolvimento territorial local, por valorizar os recursos endógenos, etc. (Pinto, 2011: 56 citando Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2008).

Podemos concluir que as políticas e os programas mencionados ao longo do texto mostram ser um grande apoio para o desenvolvimento dos espaços rurais de um modo sustentável fomentando a produtividade agrícola. Todas estas políticas estiveram sempre focadas na mesma ideia de promover a sustentabilidade ambiental, a viabilidade económica da agricultura valorizando a multifuncionalidade da agricultura e a diversificação das zonas rurais.

A estimulação de atividades económicas a partir dos produtos endógenos é também uma mais valia para potenciar a economia, a qualidade dos espaços rurais, e a preservação dos recursos naturais, tornando os setores agrícola, florestal e agroalimentar atividades competitivas. Impedem assim o êxodo das populações mais jovens, criando mais empregos de modo a que tenham melhores condições de vida.

1.2. Do rural produtivista ao rural pós-produtivista

Durante muito tempo, as atividades do setor agrícola estavam mais focadas para a produção de alimentos, correspondente ao modelo produtivista.

Difundido nos Estados Unidos da América e por alguns países da Europa, principalmente no hemisfério sul em 1960, neste modelo predomina a agricultura intensiva que, implementada com o apoio do Estado, tem como principal foco a produção e a produtividade agrícola.

Lowe *et al.* (1993: 221) definem o modelo produtivista como sendo “um acordo entre a agricultura intensiva, industrial e expansionista com apoios do Estado e baseado principalmente na produção e aumento da produtividade”. O modelo que entendia ser uma rede de instituições direcionadas à produção de alimentos a partir de fontes domésticas, tornou-se o objetivo principal de uma política rural após a 2ª Guerra Mundial.

Bishop e Phillips (1993) argumentavam que este modelo estava muito associado às dificuldades da guerra, sendo a agricultura vista como uma reivindicação preventiva acerca do uso do território rural (Wilson, 2001: 79).

Compreendem-se os efeitos do produtivismo nas paisagens rurais, nos espaços usados para a produção de grandes quantidades de alimentos, e florestas destinadas às indústrias de alta capacidade produtiva (Bergstrom, 2001). A produtividade evoluiu de tal maneira que, entre os anos de 1960 e 1985, os ganhos foram superiores aos da indústria.

Na década de 1980 o modelo produtivista foi posto em causa por se ter tornado dependente de fontes de energia fósseis não renováveis, o que fez com que fosse atingido pelas crises petrolíferas de 1973 e 1979 (Mateus, 2009: 43 citando Teulon, 2008). Esta crise foi rapidamente ultrapassada dando origem a um melhoramento dos meios de produção, nomeadamente em países onde os níveis de produtividade e rendimento eram mais elevados. No entanto, os impactos ambientais causados pela crise geraram um conflito social, financeiro e ambiental o que levou a contestações acerca do modelo. Vários atores – alguns ligados ao Estado, outros não – argumentaram, com base em critérios ambientais, económicos e estruturais, que o modelo estava em desordem.

Em meados da década de 1980, e com o modelo produtivista em desordem, surge o conceito pós-produtivismo. Um conceito que está mais orientado para as atividades do setor terciário integrando as novas funções do setor agrícola e diversificando a economia rural (Dallabrida e Benedetti, 2016: 120 citando López, 2005).

O pós-produtivismo é associado a uma marca própria, assinalado pelo respeito e cuidado ambiental, que reconhece valores como a natureza e a economia. E, enquanto o produtivismo se baseia numa agricultura intensiva, o pós-produtivismo aborda uma agricultura ambientalmente mais sustentável.

Vários são os autores que definem o pós-produtivismo, como é o caso de Ibery e Bowler (1998), Wilson (2001) e Evans *et al.* (2002).

Os primeiros autores (Ibery e Bowler, 1998) destacam as três diferenças entre o produtivismo e o pós-produtivismo, como sejam a substituição da intensificação pela extensificação que diminui os níveis de poluição ambiental e repõe os habitats naturais; a concentração pela dispersão que subdivide as propriedade em porções mais pequenas o que possibilita uma maior dispersão da produção agrícola e reduz a produção concentrada; a especialização pela diversificação que é caracterizada pela possibilidade de outro tipo de práticas para além da agrícola, como são exemplo o turismo rural e outras atividades de recreação no espaço rural (Dallabrida e Benedetti, 2016: 120).

Wilson (2001) refere que o pós-produtivismo deve ter em conta aspetos como o ambiente, a economia, a sociedade e a cultura apostando numa agricultura multifuncional que respeita o ambiente (Dallabrida e Benedetti, 2016: 120).

Segundo Evans *et al.* (2002) existem cinco pontos que definem o pós-produtivismo, sendo eles: uma produção focada na qualidade dos alimentos; pluriatividade dos espaços rurais; promoção de uma agricultura sustentável com o apoio de políticas agroambientais; entre outros (Dallabrida e Benedetti, 2016: 120).

Posto isto, o pós-produtivismo leva a que as populações pensem no meio rural como um local onde se podem desenvolver outro tipo de atividades para além da produção de alimentos, implementando uma agricultura sustentável que melhore as condições atuais, nunca comprometendo as gerações futuras pondo os recursos naturais em risco.

Com as novas procuras e mudanças nos espaços rurais o produtivismo, em algumas zonas foi trocado pelas práticas pós-produtivistas.

Sabemos que o produtivismo ambiciona a produção dando privilégio à agricultura intensiva, e ao uso intensivo dos solos, fazendo com que haja efeitos negativos sobre os espaços rurais. Ao invés, o pós-produtivismo traz a diminuição da poluição ambiental, restaura os habitats naturais e diversifica a produção.

1.3. A multifuncionalidade do espaço rural na pós-modernidade

Nos dias de hoje os espaços rurais continuam a sofrer importantes alterações, desde o êxodo por parte da população mais jovem, o envelhecimento da população, a diminuição da densidade populacional, o desemprego, a terciarização da economia, a falta de circuitos comerciais competitivos que façam chegar os produtos agrícolas ao mercado, entre outros.

No entanto, a procura pelo espaço rural tem aumentado. Começa a haver uma maior procura destes espaços tanto a nível residencial, como a nível turístico, pois há quem queira fugir da confusão dos centros urbanos à procura de locais onde a paz e a tranquilidade são uma referência, espaços onde o ambiente natural é o principal atrativo.

A aplicação do conceito de multifuncionalidade rural teve o seu início com as mudanças trazidas pela Revolução Agrícola que decretou novos padrões de produção para o setor agrícola nas décadas de 1960 e 1970. O conceito surgiu pela primeira vez em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro. Segundo Serrano (2007: 90) “que el medio rural asumiría la doble función de producción de bienes tangibles para el mercado y de bienes públicos o servicios inmateriales ligados al bienestar de los ciudadanos y al respeto ambiental”.

Quer isto dizer que o meio rural passa a assumir uma dupla função, por um lado, a produção de bens tangíveis para o mercado, por outro, bens públicos ou serviços imateriais ligados ao bem-estar das populações e ao respeito ambiental.

Segundo Bonnal *et al.* (2003: 3) a multifuncionalidade é um produto de rápidas mutações que o setor agrícola europeu registou desde a 2ª Guerra Mundial, que está profundamente envolvido na construção da PAC e que expressa os seus sucessos como os seus excessos. Dizem ainda que “es un movimiento de modernización considerable marcado por el aumento de la productividad, que permitió pasar de una situación de

escasez a una situación de exportación neta, pero cuyas consecuencias son también excedentes costosos y externalidades negativas”.

Significa que a multifuncionalidade é um movimento de modernização marcado por um aumento da produtividade, que permitiu passar de uma situação de escassez a uma situação de exportação.

O modelo produtivista apenas beneficiou o crescimento económico pois, no que toca a aspetos como a degradação do ambiente, a falta de emprego e consequente êxodo rural, este modelo ajudou ao aumento da densidade populacional em zonas urbanas (Verges, 2013: 362 citando Muller, 2007). Os impactos negativos que derivaram desse modelo receberam várias críticas que fizeram com que este fosse posto em causa. Com o modelo produtivista posto em causa os espaços rurais recebem outro tipo de olhares, na tentativa de serem vistos como mais do que um simples espaço agrícola, um espaço solucionador da crise ambiental e social. É nesta fase que a multifuncionalidade rural entra.

A noção de multifuncionalidade, defendida pela UE, garante a autossuficiência e a presença nos mercados internacionais, no entanto deve-se ter em conta que o grau de proteção prejudica os países subdesenvolvidos que não conseguem competir nesses mercados.

Existe uma contrariedade entre a teoria e a prática da multifuncionalidade na UE, quer isto dizer que, por um lado, é mostrada a preocupação com o ambiente, recursos naturais e com as populações, no entanto, a verdade é que o incentivo financeiro e o apoio institucional estão mais virados a dar continuidade ao modelo produtivista, que apresenta na sua base consequências negativas a nível social, económico e ambiental (Serrano, 2007: 92).

2. Ecoturismo, percursos pedestres e desenvolvimentos dos territórios rurais

Os territórios rurais são considerados espaços multifuncionais, pois para além das atividades tradicionais, – como a agricultura, a pecuária e a silvicultura – podem também desempenhar outro tipo de funções ambientais e territoriais através de outros bens ou serviços (Fonseca e Ramos, 2007).

Estes territórios compreendem uma diversidade de elementos quer sejam naturais, quer sejam culturais e paisagísticos, e detêm um potencial turístico, tornando os territórios rurais atrativos, aliciando os visitantes a procurarem os espaços por motivos de recreio ou lazer.

Os territórios rurais oferecem aos visitantes um ambiente que não conseguem encontrar nas grandes cidades, que lhes proporcione uma vida tranquila e afastada de ruídos e confusões do dia-a-dia, representando uma melhor qualidade de vida e uma oportunidade de escaparem para um local onde a natureza e o contato com o meio rural tem maior atratividade em relação ao contexto urbano.

Como refere Reis e Serafim (2003: 3) “os visitantes ao entrarem em contato direto com o meio rural, fazem com que o turismo tenha um papel fundamental no desenvolvimento dos espaços rurais, agilizando para a sua preservação e conservação”.

O visitante apreciador do mundo rural, é um visitante com preocupações ambientais, com uma maior sensibilidade para a preservação e conservação do meio, tentando sempre manter o espaço um pouco melhor que aquele que encontrou. É neste contexto que se enquadra o ecoturismo, um segmento do turismo, que se baseia numa base de prática sustentável, tendo sempre em conta a preservação e a conservação dos espaços naturais e o bem-estar da população local. Para além de poderem usufruir do espaço em si, podem também estar em contacto com os habitantes, conhecer os seus usos e costumes e de alguma forma ajudar ao seu desenvolvimento.

O ecoturismo tem o potencial de contribuir para que os visitantes, e até mesmo as populações residentes dos espaços rurais, compreendam melhor as questões ambientais remetendo para uma consciencialização dos problemas que existem na própria natureza e levando assim as pessoas a terem comportamentos ambientais no que diz respeito à minimização dos impactos negativos.

O ecoturismo evoluiu para um tipo de viagem muito específica, com atividades e tipos de turismo muito variados, como por exemplo, o *birdwatching*, o mergulho, o *trekking*, o *hiking*, entre outros (Cordeiro *et al.* 2015: 4 citando Wearing e Neil, 2009).

Os percursos pedestres aparecem também como uma atividade específica do turismo de natureza e do ecoturismo, uma atividade ao ar livre, que se traduz na existência de caminhos devidamente sinalizados e marcados com diferentes propósitos de implementação, onde o visitante se aproxima do património natural e cultural dos territórios. O ato de praticar os percursos pedestres – o pedestrianismo – é considerado uma atividade de natureza com influência na conservação dos espaços naturais, promovendo o contacto com o meio ambiente e, acima de tudo, trata-se de uma atividade que permite a consciencialização por parte dos praticantes para a preservação do meio.

O ecoturismo contribui para o desenvolvimento dos territórios rurais, quer a nível económico quer a nível ambiental e cultural, para a minimização dos impactos, e do abandono da população, e beneficia também, de certa forma as populações na requalificação de casas e locais que tenham sido destruídas com o tempo.

2.1. Abordagem ao conceito de ecoturismo

O turismo existe desde a Idade Clássica, “está relacionado com as viagens, a visita a um local diverso do da residência das pessoas” (Kemp e Silva, 2008: 2 citando Ignarra, 2003).

O turismo partiu da ideia de as pessoas quererem sair das suas residências e viajarem à descoberta de outros locais, antigamente pela necessidade de comércio com outros povos, hoje em dia pelo lazer.

Toda a gente viaja, quer por motivos culturais, religiosos, negócios, visita a familiares e amigos, lazer ou outra motivação qualquer. Os destinos de “sol e praia” são os mais procurados, envolvem uma grande procura, o que origina um elevado número de turistas a visitarem os mesmos espaços, resultando numa massificação do turismo.

Com a massificação do turismo começaram a surgir questões relacionadas com a sustentabilidade e a responsabilidade dos espaços. O turismo de massas teve impactos sobre os ecossistemas levando a alguns turistas rejeitarem destinos antes populares (Oliveira, 2013: 4 citando Ceballos-Lascuráin, 1996).

Cada vez mais preocupados com questões ambientais, com a poluição e a degradação dos espaços visitados, aumenta a procura de atividades de lazer baseadas no contacto com a natureza. Assim surge o ecoturismo, uma forma de turismo associado à preservação e conservação da natureza e dos espaços, um turismo social e ambientalmente responsável.

Segundo Honey (1999: 4) o ecoturismo “has been hailed as a panacea: a way to fund conservation and scientific research, protect fragile and pristine ecosystems, benefit rural communities, promote development in poor countries, enhance ecological and cultural sensitivity, instill environmental awareness and social conscience in the travel industry, satisfy and educate the discriminating tourists, and, some claim, build world peace.”

A autora refere que o ecoturismo é uma forma de financiar a conservação e a investigação científica, protegendo os ecossistemas, beneficiando as populações rurais, promovendo o seu desenvolvimento, aumentando a sensibilidade ecológica e cultural, inculcando uma consciência ambiental e social na indústria das viagens.

Outros autores definem o conceito de ecoturismo mais ou menos pelos mesmos princípios:

Hetzer (1975) identificou quatro pilares fundamentais que devem ser seguidos para um turismo mais responsável: (1) minimizar os impactos ambientais; (2) minimizar os impactos – e maximizar o respeito – pelas culturas das populações residentes; (3) maximizar os benefícios económicos das populações dos países mais pobres; (4) contribuir para a educação ambiental (Fennell, 2003: 323).

Ceballos-Lascuráin (1987: 14) considera que o ecoturismo é viajar para áreas naturais não perturbadas nem contaminadas pelo ser humano, com o objetivo de estudar, admirar e apreciar a paisagem, as plantas e os animais selvagens (Diamantis, 1999: 97).

Ziffer (1989: 6) explica que o Ecoturismo é uma forma de turismo baseado na história natural de uma área, incluindo as culturas indígenas. O ecoturista visita as áreas ainda pouco desenvolvidas apenas pelo espírito apreciador e sensível, contribuindo financeiramente para a conservação do local e do bem-estar das populações (Diamantis, 1999: 98).

Para uma melhor experiência do ecoturismo, um dos aspetos fundamentais é a aprendizagem, a necessidade e/ou a oportunidade de aprender sobre o local visitado. Este princípio torna o ecoturismo um conceito diferente de outros segmentos turísticos baseados na natureza, que mesmo estando baseados nos espaços naturais têm motivações diferentes, como o “relaxamento, o prazer e a procura de emoções fortes” (Freitas, 2012: 14).

O ecoturismo apresenta-se assim, como uma prática turística que privilegia os destinos de cariz natural e que tenta ao máximo contribuir para a redução dos impactos produzidos pelos turistas, alertando para uma consciencialização ambiental.

O bem-estar das populações residentes, assim como a preservação e a conservação dos locais, é também um factor importante na prática deste tipo de Turismo.

2.1.1. Vantagens do ecoturismo

O ecoturismo é um segmento turístico que deve ser planeado e gerido com base na sustentabilidade.

Nelson (1994) destaca que é imperativo que as metas, as perspectivas e as oportunidades para o ecoturismo sejam definidos em termos económicos, sociais e ambientais, e operados com fundamento sabendo que as condições variam de destino para destino (Diamantis, 1999: 105).

No entanto, ao examinar as questões de sustentabilidade dentro do ecoturismo, este é normalmente associado aos custos diretos e indiretos, e aos benefícios do impacto do turismo sobre o meio ambiente, a economia e as comunidades locais de destino para destino.

Para cada impacto (ambiental, económico e sociocultural) abordado na tabela seguinte (Tabela 1), propõem-se alguns exemplos de benefícios diretos e indiretos do ecoturismo.

Tabela 1 Vantagens do Ecoturismo

Benefícios	Vantagens
Ambientais	<ul style="list-style-type: none">- O incentivo para a proteção e conservação do ambiente;- Incentivo a restauração de habitats modificados;- Proteção do património material e imaterial;- Promove um compromisso mais amplo de bem-estar ambiental;
Económicos	<ul style="list-style-type: none">- Aumento das receitas turísticas do país, através da procura;- Criação de postos de trabalho para a população residente;- Aumento dos rendimentos da população residente;- Crescimento dos serviços nos territórios (restauração, artesanato, recreação e lazer).
Socioculturais	<ul style="list-style-type: none">- Preservação dos usos e costumes da população local;- Elemento estético;- Orgulho da população por pertencer àquele local;- Diminuição do êxodo rural.

Fonte: ANTUNES, (2012: 45) adaptado de POPESKU (2007)

Em síntese, as vantagens do ecoturismo, estão muito relacionadas com a melhoria das condições de vida das populações, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento económico das comunidades, bem como para a proteção e conservação dos recursos naturais, do património material e imaterial.

No entanto, o ecoturismo também pode acarretar impactos negativos e desvantagens. A nível ambiental temos como desvantagens: sempre que as capacidades de carga dos espaços naturais não são respeitadas pode colocar-se em causa a manutenção e equilíbrio dos ecossistemas; o turismo pode estimular o *stress* no meio

ambiente; as áreas rurais mais frágeis podem estar, muitas vezes, expostas a formas menos saudáveis do turismo. A poluição dos solos, da água, do ar e sonora causada pelos meios de transporte poluentes e pelos lixos acumulados no chão, nas praias, e pela má construção de infraestruturas que podem causar danos no ambiente, entre outros. A nível económico temos as despesas das infraestruturas que auxiliam as empresas turísticas, bem como as despesas da sua implementação; a incerteza das receitas geradas pelo ecoturismo; aumento dos custos de vida; o facto de os rendimentos nem sempre serem bem distribuídos pelas comunidades, entre outros. Por fim, a nível sociocultural temos o abandono das culturas locais, muito devido à grande afluência de turistas nos espaços; a falta de controlo nas entradas de visitantes nos espaços; a perda de identidade cultural; a mudança de usos e costumes que leva a conflitos entre residentes e visitante; entre outras (Weaver, 1998: 1; Pinto e Costa, 2010: 233 citando Custódio, 1995; Antunes, 2012: 34).

Qualquer atividade pode ser encarada como ecoturista, desde que as suas características ambientais não sejam prejudiciais, e onde existam regras e normas que possibilitem a realização destas, sem que se verifiquem quaisquer danos, sejam eles, de caráter ambiental, moral, físico, entre outros. Assim sendo, como atividades ecoturistas, temos: o pedestrianismo, a escalada, o *rappel*, orientação, espeleologia, BTT, percursos equestres, *trekking*, *hiking*, mergulho, vela, *windsurf*, *surf*, *whalewatching*, balonismo, voo livre, *birdwatching*, entre outras.

Conclui-se que para um bom funcionamento do ecoturismo é preciso que todos os envolvidos – empresas, visitantes e residentes – trabalhem em conjunto e estejam em harmonia para que o ambiente não sinta as repercussões, e possam usufruir do que a natureza e os próprios locais têm para oferecer. É necessário também pensar nas gerações futuras, tentar minimizar ao máximo os impactos para que, futuramente, as gerações seguintes possam também desfrutar do melhor que estes espaços oferecem.

2.1.2. A realidade de Portugal no segmento ecoturismo

Portugal detém um potencial turístico bastante variado e rico sendo considerado um dos melhores destinos turísticos a nível mundial. Segundo dados da *World Economic Forum* (2017: 9), em 2017 Portugal conseguiu posicionar-se em 14º lugar no *raking* dos mercados turísticos mais competitivos do mundo com uma pontuação de 4.7 em 7 valores, subindo um lugar em relação ao ano de 2015 (pontuação de 4.6 em 7 valores).

Uma das componentes a considerar na avaliação da competitividade dos países no setor do turismo de natureza (conceito mais próximo do ecoturismo) é a qualidade e quantidade dos recursos de base e Portugal conta com uma base de partida bastante relevante que são os Parques e Reservas Naturais, e outras áreas de interesse natural (Turismo de Portugal I.P., 2006: 23).

Portugal conta com um vasto território rural, onde 90% dele é considerado zona rural e 23% é formado por Áreas Protegidas, revelando grande importância nos valores naturais, na biodiversidade no que toca a fauna e flora, e na qualidade paisagística (Turismo de Portugal, I.P., 2013: 18).

Ao abrigo do artigo 11º do Decreto-Lei 142/2008, 24 de julho, as áreas protegidas categorizam-se pelas seguintes tipologias: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida e Monumento Natural (Diário da República, 2008: 4601).

Na imagem seguinte (Figura 2) podemos observar todas as áreas protegidas existentes em Portugal.

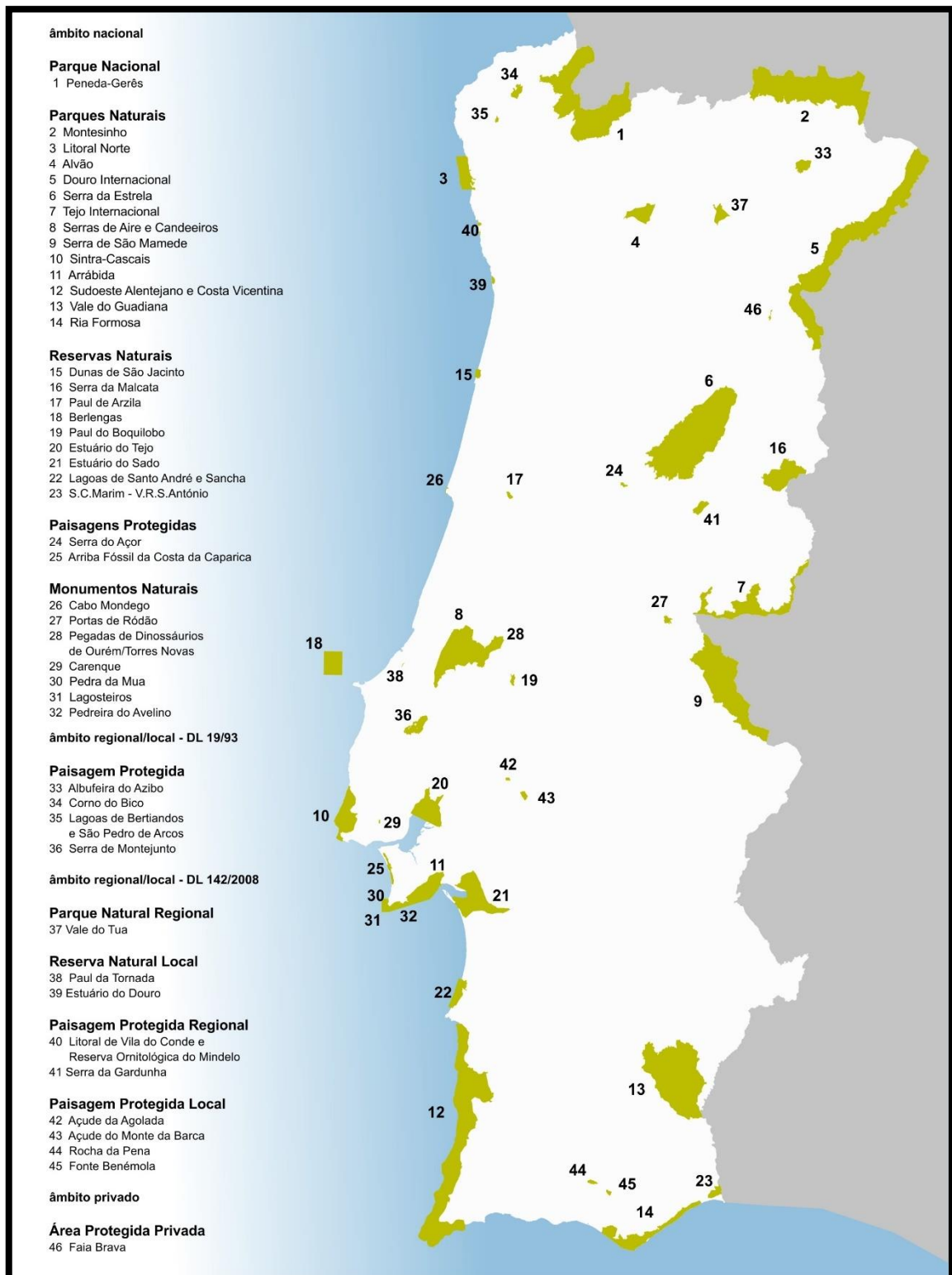


Figura 2 Mapa da Rede Nacional de Áreas Protegidas

Fonte: ICNF, 2016

Em todo o território português, o Parque Nacional Peneda-Gerês é a única área protegida designada de Parque Nacional, criado em 1971.

No entanto, para além destes espaços, acima mencionados na imagem, existem outros que, não tendo um estatuto específico, têm características para a prática de Turismo de Natureza, como é exemplo a Serra da Freita em Arouca, que conta com um Geoparque (reconhecido pela UNESCO 2009), a Serra da Lousã, região da Meseta onde está situado o Geoparque (o primeiro em Portugal desde 2006), entre outros. Os rios são também locais onde se podem fazer atividades de turismo de natureza, o Rio Minho, o Tâmega, o Paiva, o Zêzere, o Teixeira, entre outros. Outros dois locais que merecem também destaque pelas suas características naturais, e pela diversidade de fauna e flora são os Arquipélagos dos Açores e da Madeira (Turismo de Portugal, I.P.: 2006: 23).

As regiões de Portugal estão ainda numa fase de desenvolvimento no que toca a infraestruturas e serviços especializados nas atividades de turismo de natureza, no entanto continuam em crescimento. É de notar a frequente procura por atividades ligadas à natureza e ao meio ambiente, pois as populações estão cada vez mais familiarizadas com este conceito, e cada vez mais preferem trocar uma “ida à praia” por um fim-de-semana mais tranquilo no espaço rural.

Como refere Santos e Costa em Portugal tem-se verificado um aumento na procura de atividade de natureza. Zonas com elevado valor natural e rural representam um papel fundamental para a realização de diversas atividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e culturas locais, assumindo particular interesse (Santos e Costa, 2009: 5).

O PENT aborda o conceito de turismo de natureza, considerando-o um dos dez produtos estratégicos para o desenvolvimento do Turismo em Portugal, a saber: Sol e Mar, *Touring* Cultural e Paisagístico, *City Break*, Turismo de Negócios, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Saúde e Bem-estar, Golfe, *Resorts* Integrados e Turismo Residencial, e Gastronomia e Vinhos).

Segundo dados de 2006, o turismo de natureza representa 6% das motivações dos turistas que visitam Portugal e estima-se que tenha um crescimento anual de 5% nos próximos anos (Turismo de Portugal, I.P., 2013: 18).

2.2. Percursos pedestres em Portugal

A atividade que está ligada aos percursos pedestres, e cada vez mais popular entre turistas, é o pedestrianismo.

Carvalho (2013: 414) refere-nos que o pedestrianismo é caminhar pelo puro prazer de caminhar, para explorar, por razões de saúde e bem-estar físico e espiritual, pelo convívio, para conhecer os próprios limites, para contemplar paisagens, para observar a natureza, como forma de escapar à vida de todos os dias, utilizando caminhos ou trilhos existentes.

O pedestrianismo está relacionado com um estilo de vida saudável, com a prática do exercício físico, mas não só, está também relacionado com o meio natural por ser uma atividade praticada ao ar livre onde se está permanentemente em contacto com a natureza, tendo neste meio que o pedestrianismo tem mais força.

É nos percursos pedestres que se pratica o pedestrianismo, com influência na preservação do meio ambiente e paisagístico de uma dada região, e, ao mesmo tempo que promove o contacto direto com a fauna e a flora existentes nesses locais, alerta para a consciencialização da necessidade de conservação e proteção do meio natural.

Os territórios de montanha são, pela sua especificidade, os que representam um importante papel no desenvolvimento do pedestrianismo e dos percursos pedestres (Tovar e Carvalho, 2013: 415). Estes territórios associam-se a valores naturais, particularmente os que estão relacionados com a biodiversidade, com os valores culturais, com as atividades tradicionais, tornando os territórios em espaços de consumo em áreas do lazer e do recreio proporcionando o contato com o meio natural e ambiental. A criação de percursos pedestres permite aos pedestrianistas estabelecerem contacto com os espaços naturais.

2.2.1. Evolução

O pedestrianismo sofreu uma grande evolução ao longo dos tempos. Antigamente esta atividade estava associada ao Homem que atravessava continentes para procurar alimento, conquistar novas terras, conduzir rebanhos. Uns anos mais tarde, o ato de caminhar era associado aos peregrinos e comerciantes que tinham a necessidade de se deslocar para novos locais à descoberta de algo novo para as suas vidas (Tovar, 2010: 19).

Foi a partir de meados dos anos 30 do século XX que o termo pedestrianismo foi introduzido, em termos desportivos, em Portugal, tendo-se disseminado em meados de 1990 como uma “atividade de percorrer distâncias a pé, na natureza, em que intervêm aspetos turístico, culturais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites.” (Portaria nº1465/2004, de 17 de dezembro).

Atualmente, esta atividade passa de uma categoria de lazer informal para uma verdadeira ação turística sendo uma modalidade do desporto de natureza. Quem pratica este tipo de atividade é motivado pelo contacto com a natureza, pelo equilíbrio interior que a natureza e o ar puro lhes transmitem, a curiosidade pela descoberta das regiões por onde passam, o exercício físico e o bem-estar mental.

O pedestrianismo pode então definir-se como um trajeto a pé, por trilhos devidamente sinalizados e praticados principalmente na natureza (Carvalho, 2006: 10 citando Manso, 2002), no entanto, pode também ser praticado em caminhos tradicionais ou antigos, geralmente caminhos medievais ou estradas romanas, e deve contribuir fundamentalmente para preservação dos espaços (FCMP, 2016).

Os percursos pedestres são a prática mais conhecida e praticada, e são a principal infraestrutura para a prática do pedestrianismo. Estes percursos podem-se encontrar em meio urbano, rural, em áreas planas, montanha, no litoral e no interior (Tovar, 2010: 22).

Esta atividade é multifuncional, traz consigo três vertentes fundamentais: turísticas, culturais e ambientais. Estas três vertentes procuram conjugar-se sempre, pois um praticante quando faz um percurso passa sempre por vários pontos de interesse, sejam eles pontos de interesse cultural: como monumentos, património histórico-cultural;

interesse ambiental e paisagístico: quando o trilho passa por pontos mais rurais e naturais, entre outros. Um percurso nunca é só de uma vertente, tem sempre mais que uma associada a si.

O pedestrianismo sendo uma atividade de desporto de natureza tem influência na conservação dos espaços naturais e da paisagem de uma região, promove o contacto com o ambiente, mas mais importante que isso, o pedestrianismo é uma atividade que permite a consciencialização por parte dos praticantes para a preservação da natureza. O pedestrianismo está também associado a valores naturais e culturais. Os naturais relacionam-se com a biodiversidade enquanto os culturais se ligam às atividades tradicionais.

Tornando-se bastante popular entre diversos públicos e sendo uma atividade de grande importância para o turismo e para a cultura, o pedestrianismo desenvolveu-se muito rapidamente ao ponto de turistas viajarem para locais apenas com interesse pelo pedestrianismo. Houve então a necessidade de marcação de percursos pedestres para que os praticantes pudessem caminhar em segurança e desfrutar melhor das paisagens que os espaços tinham para oferecer, protegendo sempre o meio.

No início houve uma tendência para reconverter caminhos históricos em percursos sinalizados, posteriormente houve um desenvolvimento de redes de percursos com variados objetivos (Brandão, 2012: 6 citando Gil, 2004).

Aparecem, assim, os percursos pedestres, entendidos como o conjunto de todas as instalações que tenham sido construídas no terreno (urbano, rural ou natural), com o propósito de orientar os praticantes por um trilho definido e devidamente sinalizado (Brandão, 2012: 7).

Segundo a Federação Portuguesa de Campismo (FCP, 2003: 8) em Portugal a implementação dos percursos pedestres até meados dos anos 1990 não tinha um modelo fixo, utilizavam-se cores e sinaléticas a gosto (Brandão, 2012: 12), no entanto, e com a intensificação desta prática, houve a necessidade de uniformizar os percursos existentes. Assim sendo, e segundo a Lei de Bases do Desporto, a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) é a entidade responsável pela homologação dos percursos pedestres e pela representação nacional e internacional desta modalidade (D.L. nº 30/2004, de 21 de julho).

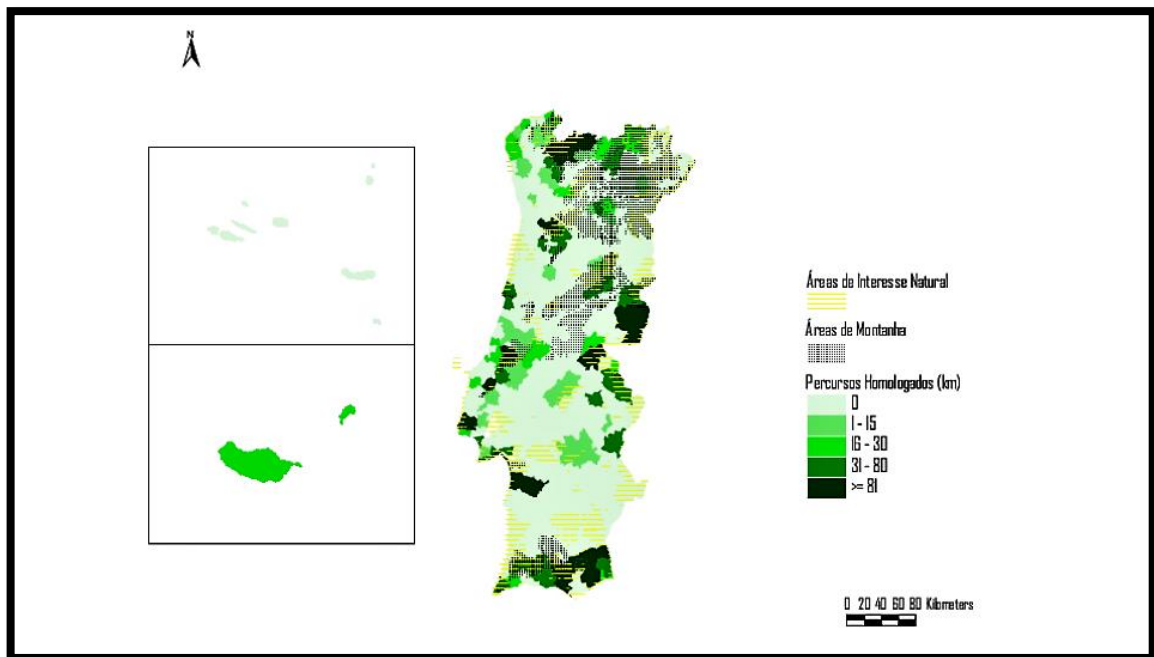
Os percursos pedestres homologados distinguem-se entre Grande Rota (GR), Pequena Rota (PR) e Percorso Local (PL). A primeira define-se por percursos de grande extensão, mais de 30km, que podem ligar múltiplas localidades ou até mesmo outros países, compostos por vários tipos de paisagem e até mesmo variações de clima. A segunda define-se por rota com menor extensão, que não ultrapassa os 30km. O último define-se por todos os trilhos de curta/média distância podendo estes ser realizados em meios urbanos ou em áreas rurais (FCMP, 2005). Para além destas designações ainda existem as sinaléticas que percorrem os percursos do início ao fim orientadas nos dois sentidos para os praticantes poderem começar o percurso pelo sentido que mais lhes agrada. Estas sinalizações estão de acordo com a proteção ambiental e com o planeamento e ordenamento dos territórios, contendo toda a informação necessária sobre a localização, a dimensão do percurso, a dificuldade, a duração e interpretação do meio.

2.2.2. Oferta

O primeiro percurso pedestre foi homologado em Portugal em 1997, foi designado de PR1 “Rota da Serra”, tinha 17km de extensão (circular), e foi implementado em Grândola com a promoção do Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação (CIMO) sediada em Almada. Depois de implementado e homologado o primeiro percurso, surgiram outros entre os anos de 1998 e 2002, ao certo, foram 30 os percursos pedestres homologados entre esses anos: 4 percursos em 1998, 5 percursos nos anos de 1999, 2000 e 2011, e 11 percursos em 2002. (Tovar e Carvalho, 2013: 420 citando Gonçalves, 2002).

Segundo dados da FCMP, atualmente existem cerca de 3500km de percursos pedestres homologados em Portugal, que se distribuem por todo o território nacional, à exceção do Arquipélago dos Açores, que embora possua Percursos, estes não são homologados pela FCMP (FCMP, 2016). Podemos destacar a região do Norte com 1025,6km de percursos, a região Centro com 761,5km de percursos e a região do Algarve com 755,8km de percursos, que somam 2542,9km de percursos pedestres homologados, 76% do total de percursos. Este total de quilómetros compreende os percursos de PR e os de GR, sendo que, cerca de 71% correspondem aos percursos de PR (Tovar e Carvalho, 2013: 421).

Tovar e Carvalho (2013: 422) refere que a região que possui mais percursos pedestres homologados de PR é a região do Norte, seguida da região Centro, Algarve, Alentejo e Lisboa. Em relação aos percursos pedestres de GR a região do Norte continua a ser a primeira, seguida do Algarve, Centro, Lisboa e Alentejo, por fim.



Fonte: TOVAR e CARVALHO, 2013

Figura 3 Percursos Pedestres Homologados em Portugal

A figura 3 mostra-nos a quantidade (em quilómetros) de percursos pedestres homologados – total de percursos de Pequena e Grande Rota – existentes em todo o território nacional. Podemos também relacionar no mapa a localização de todas as áreas pertencentes à Rede Nacional de Áreas Protegidas e à Rede Natura 2000, assim como, as principais áreas de Montanha.

Nos territórios dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, como podemos observar, não foram incluídas informações referentes ao relevo e às principais áreas de interesse natural, apenas foram incluídas informações sobre a soma total dos quilómetros de percursos homologados existentes tanto no arquipélago dos Açores como no arquipélago da Madeira. Outra informação que se pode retirar da figura 3 é a falta de percursos homologados pela FCMP no arquipélago dos Açores.

A maioria dos percursos homologados encontra-se em áreas de interesse natural com o seu território em áreas de Montanha, o que torna estes percursos mais interessantes e atrativos para os praticantes. São espaços onde a atividade humana é quase nula, e onde o património tem uma riqueza natural favorável a quem pratica pedestrianismo.

2.3. Ecoturismo e percursos pedestres: potencialidades e fragilidades

O ecoturismo e os percursos pedestres trazem benefícios para os territórios rurais, no entanto, também apresentam alguns impactos negativos sobre os territórios.

Como benefícios, e falando mais concretamente a nível da procura e da oferta destes mercados, temos a redução do pisoteio, pois, uma caminhada em ecoturismo traz grupos de dimensões inferiores comparando com o turismo de massas; há menor impacto e pressão sobre os recursos e os ecossistemas; há um aumento de ganhos para a economia local (em média, gastam mais dinheiro que os turistas convencionais, sobretudo em produtos endógenos); entre outros.

Desde que haja procura pela prática de percursos pedestres, os locais onde estes se situam podem usufruir de alguns benefícios, desde a criação de postos de trabalho; criação de riqueza no território, pelo facto de os pedestrianistas comprarem os produtos e/ou serviços do local; a divulgação, por parte dos pedestrianistas, do património existente nos locais detentores de percursos pedestres; assim como a divulgação dos próprios percursos pedestres.

Como impactos negativos sobre os territórios rurais, temos: um baixo número de empresas que vendem o segmento ecoturismo em Portugal; além da fraca oferta está quase confinada à atuação em áreas protegidas, o que pode resultar do impedimento da realização de certas atividades; pouco reconhecimento deste segmento no mercado nacional; fraca divulgação da oferta de ecoturismo em Portugal nos mercados internacionais; por ser um segmento em desenvolvimento, as empresas tendem a elevar os preços das atividades que estejam relacionadas com o segmento ecoturismo; entre outros.

Segundo Dias (2013, citando Rodrigues e Kastenholz, 2007), os percursos pedestres podem ser considerados atividades suscetíveis de provocar impactes económicos, socioculturais e ambientais. Sendo uma atividade maioritariamente ligada à natureza, esta pode causar impactos no solo, na água, na fauna, na vegetação, nas formações geológicas, e ainda ser responsável pela poluição do solo e pela formação de fogos florestais (Braga, 2007: 52).

No que toca aos impactos negativos sobre o solo, mesmo que esta atividade reduza o pisoteio no solo, o facto de os pedestrianistas caminharem constantemente pelos

trilhos, provoca a diminuição dos poros no solo. A compactação do solo deve-se também à constante passagem dos pedestrianistas pelos trilhos e, reduz a capacidade do solo de reter o ar e absorver a água, perdendo assim a capacidade de sustentar a vida vegetal e animal (Andrade e Rocha, 2008: 28).

Os percursos pedestres podem alterar o padrão de escoamento das águas na zona do trilho compactado, pois a superfície ao estar limpa de vegetação, o solo absorve quantidades inferiores de água e esta passa a circular ao longo do percurso, arrastando consigo partículas, aumentando a erosão do solo (Andrade, 2003: 250).

Em relação à vegetação, Andrade (2003: 250) refere que a zona por onde passam os trilhos sofre mudanças na sua composição, tais como a destruição de algumas plantas, fazendo com que espécies vegetais mais resistentes tenham mais chances de sobrevivência em relação a outras espécies mais sensíveis e a exposição das raízes das plantas, que dificulta o crescimento das mesmas, e consequente contaminação de plantas invasoras.

Os impactos negativos em relação à fauna, segundo Andrade e Rocha (2008: 29), resumem-se no facto de os percursos afetarem o habitat de algumas espécies, fazendo com que alterem as suas rotas. A poluição sonora é outro dos impactos, pois algumas espécies são muito sensíveis no que toca ao olfato e à audição, perturbando e causando stress nas populações animais.

Para além destes impactos, existem outros menos prováveis de acontecer, visto que o ecoturista é um pedestrianista com forte “consciência ecológica”, no entanto não significa que, inconscientemente, não possa acontecer. Assim sendo, a poluição dos solos, os incêndios, os vandalismos podem estar associados a quem percorre os percursos pedestres (Andrade, 2003: 251).

3. O Programa das Aldeias do Xisto

3.1. Estrutura e objetivos do Programa das Aldeias do Xisto

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX) é uma iniciativa pública criada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) em 2001, que se desenvolveu no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), com o apoio de fundos comunitários através do Programa Operacional Regional do Centro (Medida II.6) e suportada pela Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBT-PI) (ADXTUR, 2013).

Entre os anos de 2000 e 2002 o PAX em colaboração com os municípios, teve como objetivo “criar uma marca no território partindo da forte identidade de um conjunto de povoações e inovando nos métodos e na forma de o requalificar” (ADXTUR, 2013).

À data da criação da AIBT-PI, esta iniciativa dedicou-se a estruturar um território de 510 mil hectares em redes de 21 concelhos repartidos pelas sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira no centro de Portugal, elevando o que de melhor tinham: desde as próprias aldeias, aos cursos de água e aos percursos. O processo que levou à escolha destes lugares permitiu apoiar na reconstrução de alguns territórios abandonados, e deficitários económica e socialmente (Carvalho, 2012: 28).

A diversidade e qualidade do potencial deste território, ao mesmo tempo tão carente e periférico, faz com que o PAX definisse três linhas de desenvolvimento estratégico, surgindo assim: a Rede das Aldeias do Xisto, a Rede de Praias Fluviais e a Rede Caminhos do Xisto. Para que as três linhas deem a conhecer o melhor do Pinhal Interior é necessário que estas trabalhem em conjunto, interligando-se numa perspetiva de funcionamento em “rede”.

O território é geologicamente dominado pelo xisto, mas trata-se também de uma zona maioritariamente montanhosa, em que se destacam as Serras da Lousã, do Açor e do Muradal. A nível florestal, predominam as mimosas e os eucaliptos; atravessada por cursos de água importantes como os rios Mondego, Alva, Ceira, Zêzere e Ocreza, e dotada de recursos hidroelétricos importantes como, a barragem do Alto Ceira, Santa Luzia, Cabril, Bouçã, Aguieira Fronhas e Castelo de Bode. Todos estes aspetos tornam o território muito específico e único em termos de recursos naturais, e determinante para

as suas paisagens e tipos de construção predominantes nestas aldeias (Aldeias do Xisto, 2013).

Apenas 14 dos 21 municípios abrangidos pela AIBT-PI foram selecionados para beneficiarem do PAX, fazendo um total de 24 aldeias, sendo que, nos dias de hoje, são 17 os concelhos que abrangem as 27 Aldeias do Xisto que compõem a Rede das Aldeias do Xisto (Alves, 2014: 71).

As 27 aldeias que constituem a Rede (figura 4) são: Benfeita e Vila Cova de Alva (Arganil); Sarzedas e Martim Branco (Castelo Branco); Casal de São Simão (Figueiró dos Vinhos); Janeiro de Cima e Barroca (Fundão); Comareira, Aigra Nova, Aigra Velha e Pena (Góis); Candal, Casal Novo, Talasnal, Cerdeira e Chiqueiro (Lousã); Gondramaz (Miranda do Corvo); Álvaro (Oleiros); Fajão e Janeiro de Baixo (Pampilhosa da Serra); Ferraria de São João (Penela); Figueira (Proença-a-Nova); Pedrogão Pequeno (Sertã); Água Formosa (Vila de Rei); Aldeia das Dez (Oliveira do Hospital); Mosteiro (Pedrogão Grande) e Sobral de São Miguel (Covilhã).

Segundo a CCRC, (2001: 95) com a recuperação dos espaços sociais, de fachadas, mobiliário, pavimentos de rua e calçadas, infraestruturas básicas o PAX pretende formar uma “rede de sítios de interesse turístico”, que melhore as condições de vida das populações residentes dando mais vida aos territórios rurais, tornando-os espaços atrativos. O programa tinha como foco promover os produtos endógenos, a animação turística das aldeias, focando sempre as suas intervenções na população local.

Para percebermos melhor como era a vivência nestas aldeias antes da instauração do PAX, das 24 apenas 13 aldeias tinham acesso a abastecimento de água; apenas 10 aldeias tinham uma rede de saneamento e tratamento de resíduos; existia só uma unidade de alojamento com 2 quartos; dois restaurantes; e apenas 1202 habitantes residiam nas 24 aldeias, e desses habitantes apenas 72 crianças frequentavam o 1º ciclo do ensino básico (Alves, 2014: 72 citando Ferrão de Carvalho, 2006: 28).

A implementação do PAX teve duas fases: a primeira esteve virada para a “requalificação e infraestruturização dos lugares serranos; e a segunda realçou as ações de promoção e animação das Aldeias do Xisto” (Carvalho, 2012: 30), consideradas de extrema importância no que toca à integração destes territórios na agenda dos destinos turísticos de carácter ecológico e cultural.

Para a promoção das Aldeias do Xisto, a CCDRC (apoio) juntamente com a PINUS VERDE (preparação e promoção) em parceria com vários municípios, entidades públicas e privadas, criaram incentivos específicos dirigidos ao apoio de iniciativas de investimento empresarial e elaboraram um Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto. Assumiram-se assim como prioritárias as seguintes tarefas: criar e desenvolver o *label* “Aldeias do Xisto” que identifique e promova o território; sinalizar com placas informativas e direcionais na rede viária os territórios; dar continuidade à revista *Aldeias do Xisto*; estabelecer uma rede de lojas (“Lojas das Aldeias do Xisto” – figura 4) para comercialização de produtos endógenos, identificando os produtos com um selo que demonstra a qualidade dos mesmos; implementar um Plano de Animação Turística das Aldeias do Xisto, promovendo as Aldeias e os produtos que lhes estão associados; contruir uma rede que englobe todas as aldeias intervencionadas pelo programa, dando-lhe o nome de “Rede das Aldeias do Xisto” (Carvalho, 2012).

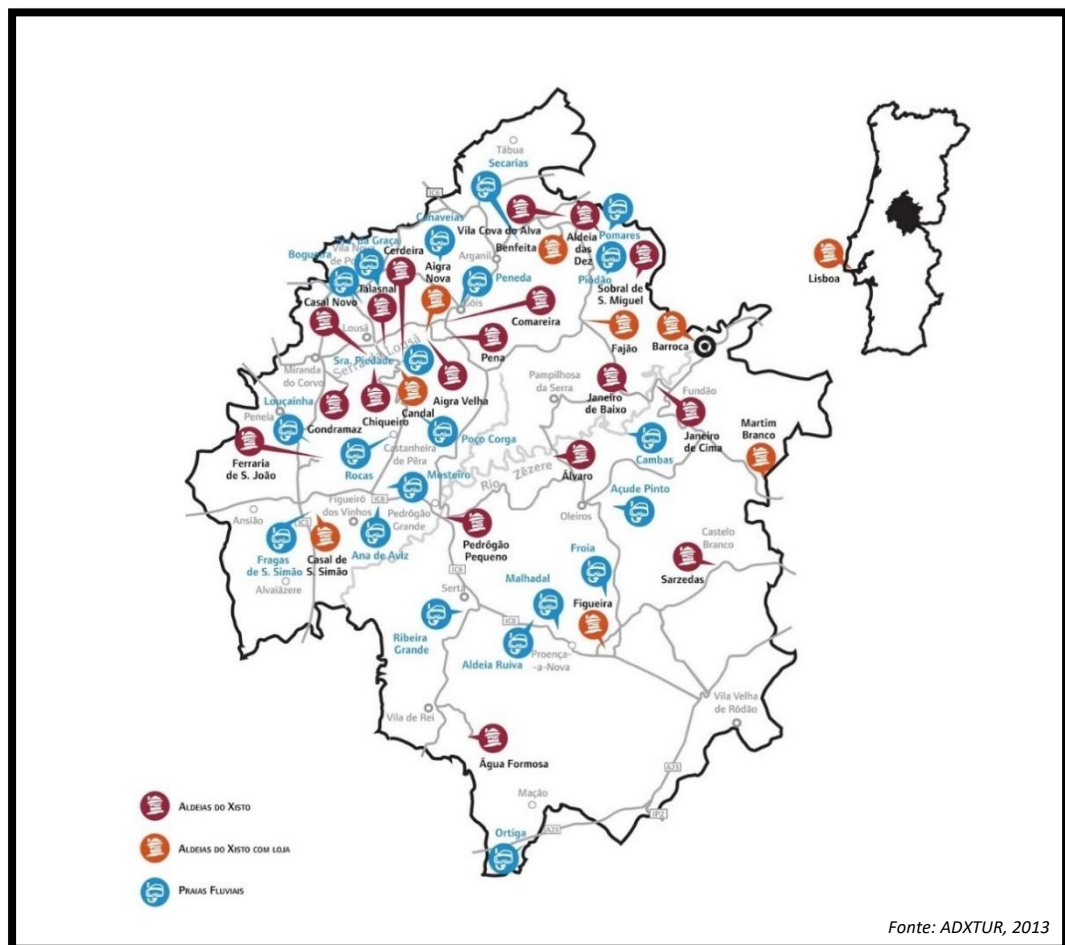


Figura 4 As vinte e sete aldeias que constituem a Rede das Aldeias do Xisto; as vinte e uma praias que constituem a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior; as oito lojas que constituem a Rede de Lojas das Aldeias do Xisto

Com o fim do III Quadro Comunitário de Apoio, chegava também ao fim o PAX, no entanto, e como esta rede não deveria acabar, o programa incentivou a criação da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, conhecida por ADXTUR.

Com o fim da PAX e a criação da ADXTUR, a administração pública passava a liderança para os municípios, associações e agentes privados, que se tornaram parceiros com o intuito de desenvolver “um projeto global de promoção, criação e animação que promovesse os valores endógenos do território: natureza, desporto *outdoor*, tradição, património, gastronomia, lazer e alojamento rural” (Aldeias do Xisto, 2013).

Conclui-se que, o fundamental neste programa são as populações, quer isto dizer que a estratégia de desenvolvimento criada pelo PAX não só está ligada à preservação, promoção e valorização da paisagem cultural do território e do património arquitetónico, como também está ligada à melhoria das condições de vida dos residentes, apoiando a criação de empregos e dinamizando o tecido socioeconómico (Aldeias do Xisto, 2013).

3.2. A Rede das Aldeias do Xisto

Como já se referiu anteriormente, as três linhas de desenvolvimento estratégico passam a desenvolver-se em rede, envolvendo um conjunto de atores e entidades públicas e privadas, adotando uma visão conjunta das Aldeias do Xisto, para que os lugares tirem o máximo proveito dessa rede tornando-os mais atrativos, eficientes e completos (Alves, 2014: 75).

A ADXTUR entra aqui como forma de afirmar as Aldeias do Xisto como um produto turístico focado em atrair um tipo de mercado mais exigente, assim como, dar a conhecer o potencial das paisagens que, para além de se poderem apreciar, dão também a possibilidade de praticar atividades de lazer. A sua missão passa por gerar atratividade territorial despertando as populações e os visitantes para um desenvolvimento sustentável e integrado.

A ADXTUR, em parceria com 19 municípios da Região Centro e com o apoio de mais de 230 operadores privados que atuam no território, “constitui uma plataforma de cooperação muito relevante no percurso de afirmação das Aldeias do Xisto (Carvalho; 2010: 187).

A gestão da Agência tem os seus alicerces em grupos de trabalho setoriais, como: praias fluviais (Rede de Praias Fluviais Aldeias do Xisto – figura 4); ambiente, caça e pesca; ordenamento do território e regulamentos urbanos; produtos turísticos; Rede de Lojas Aldeias do Xisto (figura 4); formação e qualidade; comunicação e *marketing*; projetos de desenvolvimento e cooperação estratégica, que se ajustam aos eixos estratégicos de ação da ADXTUR.

A presença da marca “Aldeias do Xisto” em alguns dos eventos nacionais e internacionais (respetivamente, Bolsa de Turismo de Lisboa e Feira Internacional de Berlim em 2009) ajuda a divulgar e a promover a marca Centro de Portugal e o próprio país no mundo do turismo (Carvalho, 2010: 187).

A Rede das Aldeias do Xisto é um exemplo de turismo sustentável inovador, pois parte do princípio que qualquer produto ou serviço turístico devem cooperar para o desenvolvimento sustentável da região onde a Rede está inserida. A marca *Aldeias do Xisto* e todos os seus parceiros que a apoiam contribuem por todas as áreas, desde da qualidade ao ambiente, da inovação e desenvolvimento à responsabilidade social.

No que toca à inovação e desenvolvimento, a Rede assume o papel de destaque como *label* de qualidade genuína, promovendo e apoiando os projetos de forma sustentável contribuindo para o reforço das densidades regionais.

A nível social, a Rede luta pela coesão social, pela igualdade de oportunidades e pela melhoria nas condições de vida dos residentes; promove também os produtos endógenos, os artesãos e produtores, recuperando atividades tradicionais e dinamizando pequenas economias; promove também a integração ativa dos habitantes nas suas próprias aldeias, dando-lhes o papel de guias na aldeia ou integrando-os como agentes ativos na Rede Lojas das Aldeias do Xisto (ex.: Candal).

A nível ambiental a Rede caracteriza-se por se integrar na perfeição numa paisagem cultural e modelada pela natureza e pelo Homem; primam a utilização de instrumentos e materiais de construção originários do local, como o xisto, as madeiras das espécies tradicionais, o quartzito, entre outros; a responsável seleção de atividades de animação, promovendo as que visem uma utilização ambientalmente consciente dos espaços naturais, promovendo atividades que se denominem por “zero de emissões de CO₂” e incentiva-se o contacto dos visitantes com o património natural. Sabe-se que, das 27 Aldeias do Xisto, 14 encontram-se dentro dos limites de Áreas Protegidas, de Sítios de Rede Natura 2000 ou de Albufeiras, como é o caso das Aldeias do Candal, Casal Novo, Chiqueiro, Talasnal, Cerdeira (Lousã), Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira, Pena (Góis) e Gondramaz (Miranda do Corvo) que se situam nos limites da Rede Natura 2000; Benfeita (Arganil) que se encontra em Área Protegida; e as Aldeias de Álvaro (Oleiros) e Pedrógão Grande (Sertã) que se situam em Albufeiras.

Por fim, a nível de qualidade, a Rede das Aldeias do Xisto, com um selo de qualidade, é uma mais valia perante o visitante e consumidor, pois confere confiança e qualidade ao produto e ao próprio produtor; este selo também tem causas ambientais, pelo exercício de boas práticas na promoção dos seus produtos endógenos; esta marca representa também a oferta dos serviços turísticos das suas entidades associadas (hotéis, pousadas, alojamentos em espaço rural, restauração, animação turística, comércio tradicional) articulada com o calendário de animação das Aldeias², nunca

² Calendário de Animação das Aldeias – programa permanente de eventos criados em parceria com as entidades locais. O número de eventos já realizados prima pela inovação nas áreas como a gastronomia, artesanato, educação ambiental e patrimonial, desporto de natureza, entre outros (Carvalho, 2010: 187)

perdendo a sua verdadeira marca, o bem-estar e qualidade de vida dos residentes (Ramos, 2009: 103-106).

A nível de projetos, a Rede das Aldeias do Xisto, está a dinamizar outros complementares que ajudam a promover a sua marca alastrando na criação de submarcas, como por exemplo a Rede de Lojas Aldeias do Xisto, que comercializam produtos de produtores e artesão locais (mel, compotas, licores, aguardentes, chás, máscaras de cortiça – tradicionais do Entrudo – miniaturas de casas de xisto, tapeçarias, malas, carteiras e outros produtos em cortiça, entre outros), o calendário de animação das Aldeias ; a Rede de Património do Xisto, projeto internacional em parceria com o Museu de *Røros* (uma cidade classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, na Noruega); a Rede de Praias Fluviais; a Rede da Arte Rupestre da Região Centro; “*Eco-Arq-* Aplicação da eco reabilitação na arquitetura tradicional do Sudoeste Europeu” (apoiado no âmbito do Programa de Cooperação Interreg V-B Sudoeste Europeu).

No que diz respeito ao desporto de natureza, nomeadamente percursos pedestres e BTT, evidenciam-se em ações como os Caminhos do Xisto. Estes Caminhos do Xisto correspondem a 23 percursos pedestres de PR, executados no território das Aldeias do Xisto, a partir das aldeias ou nas suas redondezas, utilizando caminhos antigos e possibilitando ao praticante o contacto direto com o meio natural e cultural do território (Tovar, 2010: 23).

A execução desta rede de caminhos, segundo a ADXTUR, pretende inovar um produto turístico existente no território, atraindo mais praticantes, aumentando a qualidade do território, promovendo um destino de excelência em turismo de natureza, permitindo assim, um maior espaço para atividades de lazer não só para os visitantes, como também para os próprios residentes locais (Tovar e Carvalho, 2009: 138).

Esta rede de Caminhos do Xisto, soma, no total, 322,15 km de percursos sinalizados. A maior parte dos percursos pedestres têm forma circular (total de 27), com início e fim na mesma aldeia (Tabela 2). Os percursos que têm forma linear são apenas 7, (o Caminho do Xisto da Pampilhosa da Serra – Rota do Rio Unhais; Caminho do Xisto da Pampilhosa da Serra – Rota Velho de Unhais; Caminho de Xisto de Martim Branco – Pela Ribeira de Alameda; Caminho de Xisto do Gondramaz – Nos passos do Moleiro; Caminhos do Xisto Acessível do Gondramaz; Caminho do Xisto – Rota da Levada;

Caminho do Xisto – Rota das quatro Aldeias) com os pontos de partida e chegada diferentes (Tabela 3).

Todos os percursos estão devidamente marcados/sinalizados segunda as normas da FCMP, assim como a devida homologação que, em alguns percursos, se encontra em curso, noutras já concluída (Tovar e Carvalho, 2010: 138).

Toda a informação sobre os Caminhos do Xisto está disponível, em duas línguas (português e inglês) no *site* das Aldeias do Xisto ou nas Lojas Aldeias do Xisto, assim como nos Postos de Turismo de cada Município. Para cada um destes percursos pedestres – à exceção de três deles, - (PR3 – LSA Caminho do Xisto da Lousã – Rota da Levada; PR8 – LSA Caminho do Xisto da Pampilhosa da Serra – Rota do Rio Unhais e PR9 – LSA Caminho do Xisto da Pampilhosa da Serra – Rota Velho de Unhais) existe um folheto, que se pode encontrar disponível em versão *on-line* juntamente com a informação para GPS. Nesta versão *on-line* é possível encontrar informação sobre a identificação do percurso, o mapa do trajeto do percurso, a extensão, a duração, o tipo (circular ou linear), o desnível acumulado, a altitude máxima e mínima, um texto que descreve o percurso e alguns pontos de interesse ao longo da caminhada, altimetria, o grau de dificuldade, a época aconselhada para fazer o percurso, contactos úteis, alguma sinalética, algumas regras de conduta que se devem cumprir ao longo do percurso e a identificação dos promotores (Tovar e Carvalho, 2010: 139).

Tabela 2 Caminhos do Xisto, Rede de Percursos pedestres com forma circular

Percursos pedestre	Aldeia	Concelho	Forma	Dificuldade	Extensão (em km)
PR1 OHP CX de Aldeia das Dez I - Pelas Várzeas de Alvôco	Aldeia das Dez	Oliveira do Hospital	Circular	Fácil	20
PR2 OHP CX de Aldeia das Dez II - Rota Imperial	Aldeia das Dez			Fácil	12
PR3 OHP CX de Aldeia das Dez III - Na Pegada do Ermitão	Aldeia das Dez			Fácil	10
PR1 AGN CX de Sobral de S. Miguel	Benfeita	Arganil		Difícil	10,4
PR1 CVL CX da Benfeita - Frescura das Cascatas	Sobra S. Miguel	Covilhã		Difícil	8
PR3 CTB CX de Sarzedas - Nos Poços Mineiros	Sarzedas	Castelo Branco		Difícil	14,8
PR4 VLR CX de Água Formosa - À Descoberta das Ribeiras	Água Formosa	Vila de Rei		Difícil	7,4
PR3 VVR CX da Foz do Cobreão - Voo dos Grifos	Foz do Cobreão	Vila Velha de Rodão		Difícil	11,3
PR1 PPS CX de Fajão - Subida aos Penedos	Fajão	Pampilhosa da Serra		Fácil	4,5
PR2 PPS CX de Fajão - "Voltinhas do Ceira"				Fácil	6,5
PR3 PPS CX da Barragem de St. Luzia				Fácil	9,7
PR4 PPS CX de Janeiro de Baixo	Janeiro de Baixo			Fácil	9,7
PR5 LSA CX de Pessegueiro	Pessegueiro			Fácil	3,6
PR6 PPS CX de Porto de Vacas - Um Troço Mágico da Grande Rota do Zêzere	Porto de Vacas			Fácil	7
PR1 FND CX da Barroca - Rota das Gravuras Rupestres	Barroca	Fundão		Fácil	9,2
PR2 FND CX de Janeiro de Cima - Ó da Barca!	Janeiro de Cima			Fácil	10
PR1 OLR CX de Álvaro - Nos meandros do Zêzere	Álvaro	Oleiros		Fácil	6,3
PR2 OLR CX de Álvaro - <i>Mui nobre villa</i>				Fácil	7,3
PR8 PNV CX de Figueira - Por Muros de Xisto	Figueira	Proença-a-Nova		Fácil	6,3
PR1 STR CX de Pedrogão Pequeno - Trilho dos Bufos	Pedrogão Pequeno	Sertã		Fácil	10
PR2 STR CX de Pedrogão Pequeno II - Trilho do Zêzere			Fácil	7	
PR1 FVN CX de Casal de S. Simão - Descida às Fragas	Casal de S. Simão	Figueiró dos Vinhos	Fácil	5,1	
PR1 PNL CX de Ferraria de S. João - Trilho do Rebanho	Ferreira de S. João	Penela	Difícil	5	
PR1 LSA CX da Lousã - Rota dos Moinhos	Lousã	Lousã	Fácil	6	
PR2 LSA CX da Lousã - Rota das Aldeias de Xisto da Lousã	Talasnal		Fácil	6	
PR5 LSA CX da Lousã - Rota dos Serranos	Cerdeira		Difícil	6,4	

PR6 LSA CX da Lousã - Rota dos Baldios	Candal			Difícil	8
PR7 LSA CX da Lousã - À Descoberta da Floresta	Talasnal			Difícil	4
PR1 GOI CX das Aldeias de Góis - Rota das Tradições do Xisto	Aigra Velha	Góis		Fácil	9,2
PR9 GOI CX das Aldeias do Xisto de Góis - Trilho do Baile				Fácil	12,70
TOTAL					253,4

Tabela 3 Caminhos do Xisto, Rede de Percursos pedestres com forma linear

Percursos pedestre	Aldeia	Concelho	Forma	Dificuldade	Extensão (em km)
PR PPS CX da Pampilhosa da Serra - Rota do Rio Unhais	Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	Linear	Difícil	18,20
PR9 PPS CX da Pampilhosa da Serra - Rota Velho de Unhais	Vidual			Difícil	17,81
PR2 CTB CX de Martim Branco - Pela Ribeira de Almaceda	Martim Branco	Castelo Branco		Fácil	9,5
PR1 MCV CX do Gondramaz - Nos Passos do Moleiro	Gondramaz	Miranda do Corvo		Difícil	5,6
PR2 MCV CX Acessível de Gondramaz				Fácil	0,64
PR3 LSA CX da Lousã - Rota da Levada	Cerdeira	Lousã		Difícil	7
PR4 LSA CX da Lousã - Rota das 4 Aldeias	Candal			Difícil	10
TOTAL					68,75

Em suma, a extensão dos percursos pedestres é variável, sendo que o mais extenso é o Caminho do Xisto da Aldeia das Dez I - Pelas Várzeas de Alvôco (PR1 – OHP) com 20km de extensão, e o mais curto é o Percorso Acessível de Gondramaz PR1 – MCV) com 640 m de extensão. Este pequeno percurso foi criado com a finalidade de ser utilizado por pessoas portadoras de incapacidade, utilizando técnicas diferentes ao nível do pavimento, sinalética, equipamento, entre outros. Em termos de duração dos percursos, normalmente duram entre meio-dia a um dia.

No que toca à dificuldade dos percursos, a maioria deles são de nível fácil, no entanto, e dependendo do piso e/ou do esforço físico de cada um, pode variar de pedestrianista para pedestrianista, podendo um nível fácil ser difícil e/ou vice-versa.

São as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesias, as Associações de Desenvolvimento Local ou as Empresas de Animação Turística que ficam encarregadas de implementar, sinalizar e fazer a manutenção dos percursos pedestres.

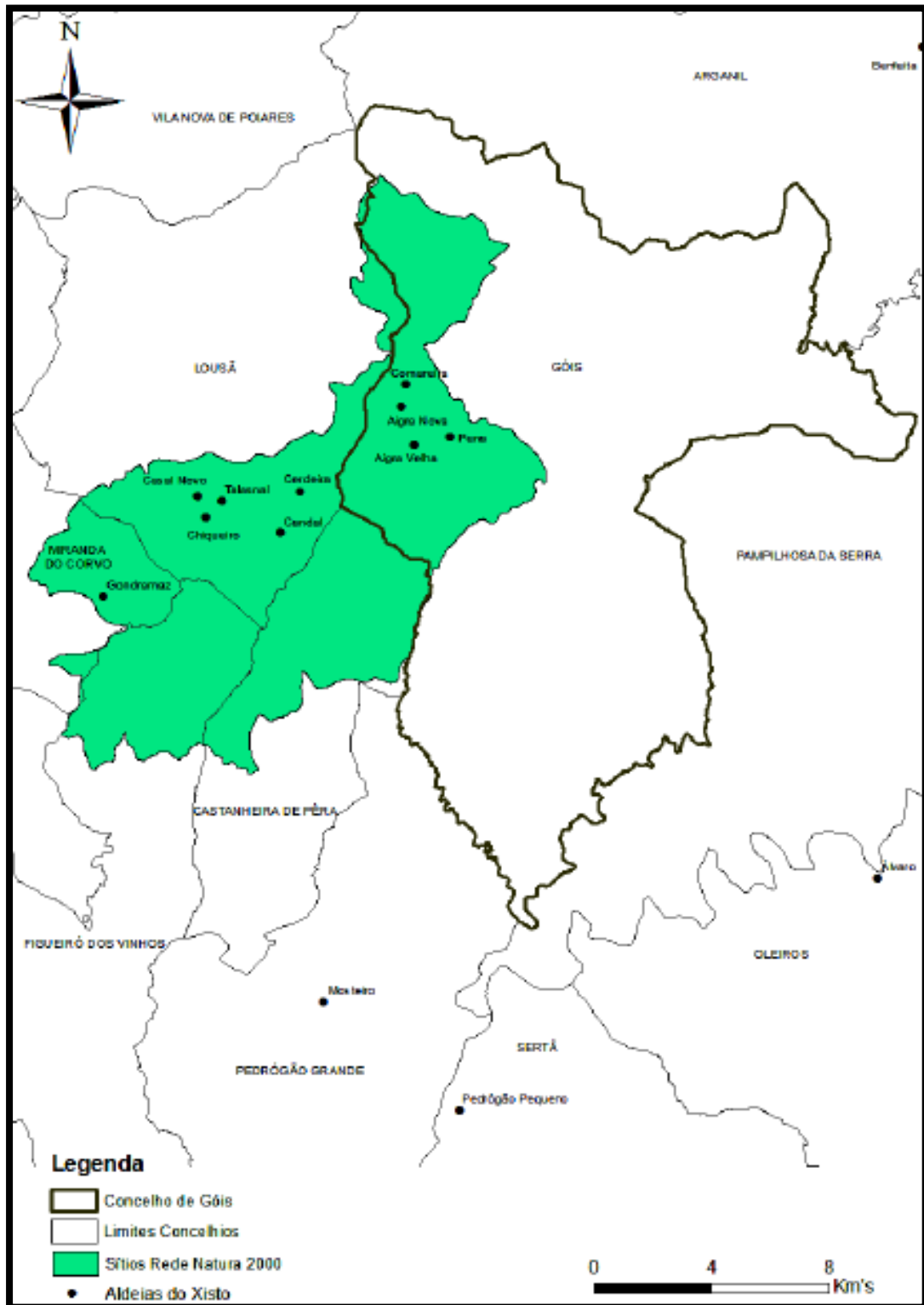
O concelho de Góis é muito marcado pelos elementos rurais e de montanha, cerca de 60% do total da área do concelho inclui-se na Bacia Hidrográfica do rio Ceira, os outros 40% inclui-se na Bacia Hidrográfica do rio Zêzere.

Como refere Alves (2014: 125) “as características da paisagem, ditadas pelo acidentado do terreno, pela concentração do povoamento e a possibilidade de aproveitamento recreativo dos recursos hídricos, conjugada com a existência de pequenas edificações disponíveis, constituem atrativos (a juntar aos do património edificado) a aproveitar sob forma de produto turístico”.

Parte do território (17% da sua área total) insere-se na Rede Natura 2000, (Figura 6) nomeadamente o Sítio da Serra da Lousã (PTCON 0060) que integra também os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Lousã, Miranda do Corvo, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande (ICNF, 2016). É um facto que concede ao território prestígio no que toca à preservação e conservação de espécies e *habitats* ameaçados. É um local de grande interesse paisagístico, com grande diversidade florestal, como o Pinheiro Bravo (*Pinus pinaster*), Carvalho-roble (*Quercus robur*), Carvalho-Negral (*Quercus pyrenaica*), Castanheiros (*Castanea sativa*), entre outras; as diversas linhas de água têm também uma grande importância para a fauna, de salientar a Lontra (*Lutra lutra*), a Salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitânica*), o Tritão marmorado (*Triturus marmoratus*) e para a vegetação ripícola como é exemplo os Amiais (*Alnus glutinosa*), Azereiros (*Pruunus lusitânica*), Azevinhos (*Ilex aquifolium*), o Teixo (*Taxus baccata*), entre outras (ADXTUR, 2013).

O concelho de Góis tem um património cultural rico em tradições, usos e costumes do espaço rural, marcado por alguns monumentos e edificações pertencentes à memória da região. Deste património cultural destacam-se alguns Imóveis de Interesse Público como a Ponte sobre o Rio Ceira e a Capela Hexagonal em Góis, a Pedra Letreira (exemplares de Arte Rupestre em Alvares), o Edifício dos Paços do Concelho, e o Sola Beirão da Quinta da Capela; destaca-se também a Igreja de Góis (classificado como Monumento Nacional) e a Sede de Comissão de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira (classificado como Imóvel de Interesse Municipal). Como sítios arqueológicos podemos destacar o antigo Hospital de Góis, o Cabeço de Aigra (mamoas), a Lomba Chã e as Mestras I, II e o Monte das Mestras III (Mamoas de Góis e Cadafaz respetivamente), a Mina do Lar de Vila Nova do Ceira, o Pé Salgado, a Quinta da Torrinha (povoado), o

Lagar de Varas da Cabreira, entre outras. Ainda podemos dar realce a outro tipo de circuitos turísticos, como os percursos pedestres, a rota do azeite e o roteiro dos monumentos do Centro Histórico de Góis.



Fonte: Alves, 2014: 176

Figura 6 Parte do Concelho de Góis que se insere no Sítio Rede Natura 2000 da Serra da Lousã; Aldeias do Xisto do Concelho de Góis

A gastronomia local é bastante rica, havendo desde a chanfana (carne de cabra velha), o cabrito assado em forno de lenha, a tibornada de bacalhau, o bucho recheado, os enchidos, a sopa da castanha, as broas de milho simples e de milho recheada (com carne, sardinha ou bacalhau), aos queijos de cabra e de ovelha. Nas sobremesas destacam-se as filhós, o Bolo Doce de Góis, o Bolo da Várzea, a tigelada, o arroz doce e as gamelinhas. Nas bebidas dá-se um importante destaque aos dois produtos que melhor caracterizam o concelho: a aguardente e os licores (de mel, medronho, castanha, entre outros), e a jeropiga.

No que toca ao artesanato, na região destacam-se desde os têxteis (fiação de lã, tecelagem), os bordados, as rendas passando pelos artesanatos produzidos em madeira, latoaria, serralharia, em xisto (como casas em miniatura de xisto) e em cortiça. Na cortiça destacam-se as máscaras de cortiça, tão famosas nesta área serrana pela tradição há muito tempo esquecida do Entrudo.

No turismo, segundo o *site* da Câmara Municipal, podemos encontrar uma vasta oferta turística no que concerne a unidades de alojamento, destacando-se: o Parque Municipal de Campismo (Góis), a Casa de St. António (Góis), a Casa de S. Francisco (Álvares), a Casa da Cereijinha (Pena), a Casa do Neveiro (Pena), a Casa da Comareira (Comareira), a Quinta da Simantorta (Simantorta), a Casa da Banda de Além (Aigra Velha), Casa dos Avós (Aigra Nova), a Casa da Terra (Vila Nova do Ceira), o Lournal *Village* (União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal), entre outros.

Inseridas numa paisagem contagiante, o concelho de Góis alberga 4 das 27 Aldeias do Xisto, são elas: a Comareira, a Aigra Nova, a Aigra Velha e a Pena. Estas Aldeias localizam-se na parte norte da Serra da Lousã (Figura 6), ligadas entre si “numa estrada panorâmica” que as liga ao Trevim (o ponto mais alto da Serra da Lousã – 1204m de altitude) a Santo António da Neve e a outras aldeias.

“É com os olhos postos no alto que se agradece a existência destas aldeias-memória e a sua recente progressiva transformação em aldeias-futuro, a chamar para cada uma delas uma nova alma que as belíssimas pedras do xisto, por si só, não podem conter” (Aldeias do Xisto, 2013).

Aldeia do Xisto da Comareira

Na encosta norte da Serra da Lousã, construída a 515m de altitude, a aldeia da Comareira (Figura 7) encontra-se numa encosta exposta ao sol, onde o relevo é percorrido por pequenas linhas de água. O declive ameno permitiu que aqui se desenvolvessem espaços agrícolas de subsistência nos pequenos socalcos que rodeiam, facto este que deu o nome à aldeia.

O nome Comareira, diz-se ser originário de *cômor*³, *combro* ou *cômbaro*, idênticos aos que rodeiam a aldeia. Este nome, posteriormente, terá evoluído para *combareira*, termo que ainda se ouve nas histórias de alguns habitantes, e mais tarde derivado para Comareira (Aldeias do Xisto, 2013).

Não há informação referente à aldeia no termo *Villa de Goys*, no “Cadastro da População do Reino (1527)”, o que significa que, provavelmente, esta aldeia não existia até então (Alves, 2014: 221 citando Carvalho, A., 2013).

De malha urbana simples, a Comareira divide-se em duas ruelas que atravessam a aldeia e se encontram depois no seu interior. Dispostas em aglomerados, as casas, compreendem dois pisos: o primeiro andar (piso assobrado) e o rés-do-chão, normalmente térreo para abrigar o gado. O segundo piso também tinha a função de loja, ou sala de arrumos, onde se armazenavam os cereais, a talha com azeite, a salgadeira com a carne de porco, as alfaias agrícolas e, por vezes, havia uma pequena adega para se fazer o vinho. Para além deste tipo de casas, eram construídos também vários currais, ou cortes nas redondezas da povoação.

A aldeia da Comareira, a mais pequena de todas, é constituída por um pequeno número de construções destinadas aos habitantes e ao seu gado. Os materiais mais utilizados na construção desta aldeia são o xisto e o quartzito, embora haja algumas construções onde não se tenham usado estes materiais, mas sim um reboco crespado de cor tradicional (Aldeias do Xisto, 2013).

O despovoamento é bastante visível nesta aldeia, pois neste momento, apenas vive na aldeia da Comareira, uma pessoa (do sexo feminino), de faixa etária já avançada.

No entanto, integrado num plano de estratégia para o desenvolvimento turístico, um dos imóveis da aldeia, propriedade da Câmara Municipal de Góis, que estava num

³ *Cômor* – pequeno socalco de terra

estado bastante degradado, foi recuperado e passou a ser uma unidade de alojamento de turismo em espaço rural, para visitantes das aldeias da região. A Casa de Campo da Comareira (Figura 7), assim se chama, é um dos ex-líbris da aldeia da Comareira, de boas condições, com 3 divisões: no rés-do-chão da casa existem dois quartos, cada um com uma casa-de-banho privativa, no primeiro andar a casa tem um quarto de casal; uma cozinha equipada com todos os utensílios necessários para cozinhar; uma sala de jantar e convívio, que contém também um beliche; uma casa-de-banho e uma arrecadação com uma caldeira a gasóleo. Este piso é reservado para famílias que tenham filhos e que pretendam ficar mais do que uma noite na aldeia.

Inicialmente, a gestão desta unidade de alojamento era para ser feita pelo Posto de Turismo de Góis, e a sua manutenção (desde limpeza geral dos quartos, à lavagem das roupas) estaria a cargo de um residente local. Contudo, por protocolo estabelecido pelo Município de Góis, coube à Lousitânea, ficar a cargo de todas as funções relativas à casa.



Figura 7 Aldeia do Xisto da Comareira, Casa de Campo da Comareira em pormenor

Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-Glxbc4uM0bY/VNiXqOGvV1/AAAAAAAAABIk/WG0Q6LxJohw/s1600/DSC01657.JPG> (Aldeia da Comareira)
http://farm4.static.flickr.com/3776/12661728423_b6f7f3d024.jpg (Casa de Campo)

Aldeia do Xisto de Aigra Nova

Pouco se pode encontrar sobre a história desta aldeia, no entanto, pelo “Cadastro da população do Reino (1527)” sabe-se que no século XVI já existia no termo da *villa de Goys* uma aldeia de nome *hegra fumdeyra*⁴ onde apenas moravam 4 pessoas.

Este nome, localmente, é originário de *acrum* que significa áspero, amargo, duro ou difícil, o qual se pode referir às condições de trabalho e vida no local (Aldeias do Xisto, 2013).

Nos dias de hoje, a população que reside nesta aldeia é escassa, o despovoamento é bastante visível aqui, apenas vivem 3 pessoas (2 indivíduos do sexo feminino, e 1 do sexo masculino) de faixas etárias envelhecidas.

De malha urbana simples à base de xisto, Aigra Nova (Figura 8), situada a 615m de altitude, divide-se em três pequenas ruas no início da aldeia, que dão acesso ao centro da mesma e que levam à saída do lado oposto (Aldeias do Xisto, 2013).

A escolha deste local, por parte dos habitantes fundadores, esteve diretamente ligada com a presença de uma nascente na parte superior da aldeia, com o declive ameno na envolvente que permitiu aos agricultores ter os seus cultivos e ao mesmo tempo levar o gado a pastar nas zonas mais altas da serra (Aldeias do Xisto, 2013).

Todas as casas construídas na aldeia têm o xisto como principal material de construção, e obedecem a algumas regras de maneira a que possam resistir ao tempo e às condições atmosféricas. As padieiras das portas, em geral, são de madeira de carvalho ou castanho (Aldeias do Xisto, 2013).

Como já foi referido anteriormente, também as casas desta aldeia estão dispostas em aglomerados de dois pisos: o primeiro andar e o rés-do-chão são térreos para abrigar o gado. O segundo piso tinha a função de sala de arrumos e por vezes havia uma pequena adega para se fazer o vinho. Nas redondezas de cada povoação eram construídos vários currais, ou cortes (Aldeias do Xisto, 2013).

A aldeia teve que sofrer algumas intervenções ao nível de algumas casas. A requalificação teve bastante valor na aldeia, pois valorizou-se os espaços públicos, para assim ter uma maior capacidade para receber turistas, visitantes, entre outros, e ao

⁴ *Hegra fumdeyra* – traduzido para “aigra fundeira”, que diz respeito a uma quinta ou campo de cultivo instalado.

mesmo tempo, esta requalificação veio trazer uma melhor qualidade de vida e de acesso aos habitantes e a quem visita a aldeia.



Figura 8 Aldeia do Xisto de Aigra Nova

Como já foi dito anteriormente, a Aigra Nova inclui-se no Sítio da Rede Natura 2000, e contém um vasto património natural, onde se destaca o Parque Florestal da Oitava, *habitat* de aves em vias de extinção e de mamíferos como veados (*Cervus elaphus*) e corços (*Capreolus capreolus*), animais que, geralmente, não se encontram noutras zonas do país. É entre os meses de setembro a novembro, a altura ideal para se observar estes belos animais selvagens, pois é a época de acasalamento ou brama. Estes cervídeos, (machos) nesta altura, destacam-se pelos bramidos fortes que vocalizam para atrair fêmeas e afastar qualquer outro que tente competir com ele.

Destaca-se também a Ribeira dos Mouros (afluente do Rio Sótão), localizada no fundo do vale da aldeia, escondida por vegetação, e caracterizada como uma das ribeiras mais ricas em biodiversidade da Serra da Lousã, pois serve de *habitat* para algumas espécies raras, algumas delas autóctones, como a Lontra (*Lutra lutra*), a endémica *Truta faria*, ou a truta do rio (*Salmo fario*), uma espécie bastante ameaçada (Aldeias do Xisto, 2013).

Podemos encontrar na aldeia vários locais emblemáticos e que caracterizam a própria aldeia, como a Fonte dos Namorados e o Poço dos Bois (Figura 9). O primeiro é muito conhecido na aldeia, pois antigamente era o esconderijo de muitos rapazes e raparigas, que, enquanto iam à fonte buscar água, aproveitavam para namorar um pouco. Por isso ter ficado com o nome de Fonte dos Namorados. O Poço dos Bois fica situado um pouco acima da aldeia, e é local de paragem dos pastores quando precisam de dar de beber ao gado. Neste poço podemos encontrar uma espécie típica da aldeia, o tritão marmoreado (*Triturus marmoratus*) que se esconde por entre os limos no fundo do poço.

Podemos também visitar o Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto, o Núcleo de Interpretação Ambiental, o Núcleo Asinino, o Núcleo da Coirela das Agostinhas e ainda a Maternidade das Árvores (única no país), que serão abordados posteriormente.



Figura 9 Poço dos Bois (à esq.), Fonte dos Namorados (à dta)

Aldeia do Xisto de Aigra Velha

Se conseguirmos subir a acentuada aldeia da Aigra Nova, podemos encontrar uma comunidade que aparenta relativa historicidade, a aldeia de Aigra Velha.

A Aldeia de Aigra Velha (Figura 10), fica a 770m de altitude, sendo, das quatro aldeias, a que se encontra a maior altitude, próxima dos cumes da Serra da Lousã.

O nome desta aldeia terá surgido após uma designação como *aigra cimeira*, que diz respeito, tal como Aigra Nova, a uma quinta ou campo de cultivo, mas esta instalada em altitude superior (cimeira) (Aldeias do Xisto, 2013).

No “Cadastro da População do Reino (1527)” sabe-se que no termo da *villa de Goys* havia uma aldeia de então denominada de *hegra cemejra* que apenas tinha um habitante.

O nome Aigra já era topónimo comum no país, existindo já no século XVI, com origem no termo clássico latino *ager* que posteriormente evolui para *agra* que tem o mesmo significado que “*hegra fumdeyra*” (Alves, 2014: 211).

O conjunto das construções da aldeia é pequeno tendo uma malha urbana complexa. Estas construções apenas possuem o nível térreo e são organizadas num modo defensivo, para assim poderem estar preparados contra as condições atmosféricas, os intrusos e os animais selvagens (lobos) (Aldeias do Xisto, 2013).

A cozinha das casas possuía um esconderijo, entre a cozinha e os currais, que servia para esconder os alimentos que se consideravam como excedentes e que podiam ser confiscados pelos fiscais do Estado Novo. Em cada cozinha, havia também um caniço, uma estrutura localizada acima da lareira/fogão que servia para defumar as castanhas no Outono, ficando conservadas durante o Inverno (Aldeias do Xisto, 2013).

Cada casa continha um buraco na parede para a passagem dos gatos, designada de gateira. Estes animais eram muito estimados, pois faziam desaparecer os roedores que se alimentavam dos cereais e das roupas das pessoas, dentro dos armários.

Os terrenos mais afastados da aldeia estão praticamente sem vegetação, pois são terrenos que, no verão, são queimados para que a vegetação nova possa rebentar.

Sendo difícil fazer o atravessamento da região, pensa-se ter existido uma estrada, “romana” ou “medieval”, cujo trajeto seria feito pela Aigra Velha e pela Pena, podendo

estar integrada na rota de mercadorias que se estendia de Lisboa ao Norte (Aldeias do Xisto, 2013).

Na envolvente paisagística desta aldeia podemos encontrar alguns terrenos agrícolas e uma vasta área de pastoreio. Merecem destaque alguns locais da aldeia, como o Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro, utilizado para a confeção de alguns produtos, como o pão e a aguardente de mel, de consumo próprio; o tanque onde a água é armazenada para prevenção de eventuais incêndios e uma fonte no início da Quelha da Bica (Aldeias do Xisto, 2013).

Esta aldeia não tem população residente permanente, a aldeia acolhe dois habitantes do sexo feminino, de forma periódica e relativamente constantes (Alves, 2014: 211).



Figura 10 Aldeia do Xisto de Aigra Velha

Fonte: Gois Camping

Aldeia do Xisto da Pena

Localizada no flanco Norte da Serra da Lousã, no sopé dos Penedos de Góis, implantada sobre a margem esquerda do vale da Ribeira da Pena, encontramos a Aldeia do Xisto da Pena (Figura 11). As condições topográficas do local, (assente sobre uma parede quartzítica) levaram a que a aldeia se desenvolvesse ao longo da montanha (Alves, 2014: 228 citando Carvalho, A., 2013).

Do latim *penna*, variante à palavra *pinna*, o nome desta aldeia significa penha, um penhasco ou rochedo que, dada a sua localização, faz jus ao seu nome (Alves, 2014: 229).

Segundo o “Cadastro da População do Reino (1527)”, no século XVI, esta povoação já devia existir, pois consta no termo da *villa de Goys* a existência de uma aldeia de nome Pena com apenas 5 habitantes (Alves, 2014: 229 citando Carvalho, A., 2013 e Viterbo, 1798).

A malha urbana da aldeia tece-se sobre uma única rua que liga a outras mais pequenas. Esta aldeia coloca-se a 590m de altitude, teve como principais materiais de construção o xisto e o quartzito, com algumas fachadas a serem pintadas e rebocadas com cores tradicionais. As casas construídas na segunda metade do século XX nada têm a ver com as construções mais antigas, no entanto não destoam da harmonia arquitetónica da aldeia (Aldeias do Xisto, 2013).



Figura 11 Aldeia do Xisto da Pena

Fonte: <https://d1u1p2xjjahg3.cloudfront.net/2d686577-e088-4b40-81d5-58898741cdd7.jpg>

Nesta aldeia vivem 14 pessoas permanentemente, em que 5 são do sexo masculino e 9 do sexo feminino, de faixa etária não tão elevada quanto as das outras três Aldeias do Xisto. Regista-se, inclusivamente, a existência de criança, coisa que nas outras aldeias não encontramos.

A natureza foi extremamente generosa para com esta aldeia ao brinda-la com os imponentes Penedos de Góis (Figura 12) que alcançam o ponto mais alto aos 1040m, e dos vários afloramentos rochosos há outro que se destaca, o Penedo da Abelha, eminente à aldeia, na margem direita da Ribeira de Pena e junto dessa mesma Ribeira, um castanheiro secular monumental ergue-se junto à ponte. Em tempos, este e outros castanheiros eram a base de sustento dos habitantes locais.



Figura 12 Penedos de Góis

Fonte: <http://raizvanguarda.pt/wp-content/uploads/2014/02/penedos.png>

4. Os percursos pedestres nas Aldeias do Xisto de Góis e na sua envolvência

O projeto que deu vida à rede de percursos pedestres no concelho de Góis, surge de uma iniciativa entre a TransSerrano – Aventura, Lazer e Turismo, (empresa que é ao mesmo tempo promotora do projeto) a Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, o Município de Góis e as quatro freguesias que fazem parte do concelho. Coube ainda, à TransSerrano, a execução e homologação dos percursos pedestres, junto da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal – a FCMP.

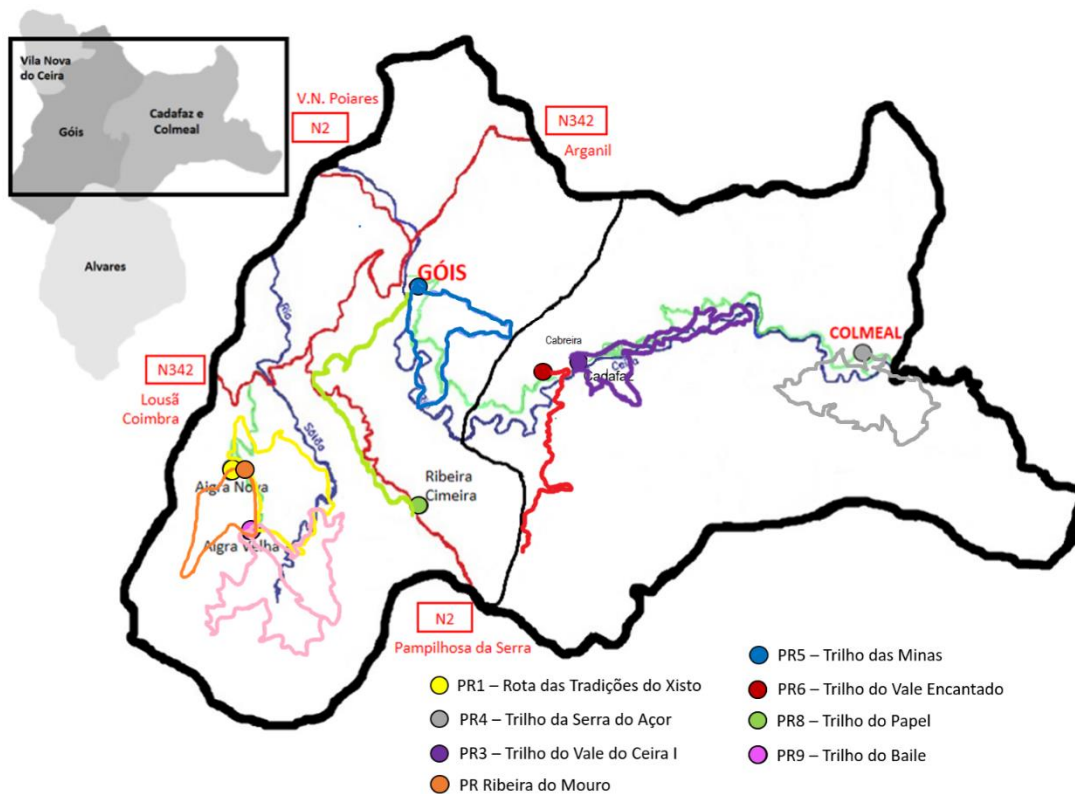
O projeto tinha como foco principal valorizar a promoção turística do concelho de Góis, estabelecendo condições para a prática de pedestrianismo, divulgando não só o elemento desportivo e lúdico, como também o caráter ambiental, promovendo e valorizando o espaço natural, rural e cultural desta região, entrando em contato direto com as tradições, os usos e costumes da população residente (Alves, 2014: 243-244).

Assim sendo, o concelho de Góis, possui, para além dos Caminhos de Xisto já mencionados acima, (PR1 GOI – Caminho do Xisto de Góis “Rota das Tradições do Xisto” e PR9 GOI – Caminho do Xisto “Trilho do Baile”) um vasto conjunto de percursos pedestres que percorrem todo o concelho, dando a conhecer o melhor que a natureza e a região têm para oferecer.

Ao todo, o concelho de Góis detém sete percursos (Figura 13) devidamente sinalizados e homologados, assim como, também dispõe de um percurso de interpretação ambiental, que tem como principal atração durante o mesmo, a Ribeira do Mouro (PR Ribeira do Mouro).

O PR1 GOI – Caminho do Xisto das Aldeias de Góis “Rota das Tradições do Xisto” é o percurso que dá a conhecer as quatro Aldeias do Xisto do concelho de Góis. Por este percurso podemos observar como o Homem e a Natureza se adaptaram criando uma paisagem única e um património inigualável.

O PR3 GOI – Trilho do Vale do Ceira I é um percurso onde se pode caminhar por antigos caminhos rurais, tradicionais e de montanha. Tem o seu início na aldeia da Cabreira, mais precisamente no Lagar da Cabreira (antigo lagar de varas comunitário), e continua o seu trilho com o Rio Ceira sempre a acompanhar-nos até ao fim, que será na aldeia da Candosa.



Fonte: elaboração própria a partir de Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã

Figura 13 Percursos pedestres nas Aldeias do Xisto de Góis e na sua envolvência

O PR4 GOI – Trilho da Serra do Açor é um percurso que tem a Serra do Açor como paisagem dominante durante todo o trilho. Começando e acabando na aldeia do Colmeal, durante todo o percurso é possível vislumbrar outras linhas de água, para além do rio Ceira, como a Ribeira de Carrimá e a Ribeira d’Além, podendo, nesta última observar pequenas cascatas. A floresta com espécies autóctones também é bem visível durante o percurso, desde castanheiros, medronheiros, sobreiros, e espécies mais ribeirinhas, como o salgueiro, o sabugueiro e o amieiro. É ainda possível encontrar vestígios de construções em xisto, que serviam de casa de habitação ou de currais para animais.

O PR5 GOI – Trilho das Minas é um percurso onde, se nos mantivermos atentos, conseguimos encontrar vestígios de pequenas minas de exploração do volfrâmio, que faziam parte da atividade económica do concelho de Góis, entre os anos de 1920 e 1940. Quase a chegar ao fim deste percurso podemos encontrar, na encosta, um símbolo de uma espada esculpida na vegetação, que simboliza a espada de Santiago, em

homenagem aos peregrinos que por ali passaram, durante séculos, a caminho de Santiago de Compostela. Mesmo no fim, deparamo-nos com um souto secular.

O PR6 GOI – Trilho do Vale Encantado é um percurso que dá a conhecer o que de mais belo a natureza pode oferecer, rico em fauna e flora, ao longo deste percurso encontramos várias linhas de água, construções de habitações em xisto, moinhos, entre outros. Nas espécies de flora, é possível encontrar alguns azereiros, azevinhos, sobreiros, castanheiros, entre outros; na fauna é possível encontrar, é muito devido à flora existente, raposas, javalis e até esquilos.

O PR8 GOI – Trilho do Papel inserido na área da Rede Natura 2000 – Serra da Lousã, local preservado pela fauna e flora existente, a nível de espécies autóctones, é bastante rico em sobreiros, azinheiras, carvalhos, amieiros, e ainda podemos ver em abundância a carqueja e a urze, esta última muito utilizada pelas abelhas na produção do mel. A nível da fauna é um percurso marcado pela presença dos veados, dos javalis, das raposas e dos esquilos, no entanto, estes animais são muito sensíveis, o que rapidamente pressentem a presença humana e rapidamente se afastam. Este percurso é marcado pela antiga fábrica de papel da Ponte de Sótão, que em tempos antigos dava emprego a muitos habitantes desta aldeia.

O PR9 GOI – Caminho do Xisto das Aldeias de Góis “Trilho do Baile” é um dos percursos que compõem a Rede de Percursos Pedestres, inserido na Rede Natura 2000 – Serra da Lousã, onde se pode encontrar uma grande variedade de fauna e flora. Ainda são visíveis alguns bosques de castanheiros e aveleiras, nas zonas ribeirinhas habitam a salamandra lusitânica e a lontra, e nos pontos mais altos da Serra da Lousã, nomeadamente, nos Penedos de Góis, podemos avistar cegonhas pretas a nidificar, assim como a cegonha branca. Mas o mais comum é observar aves de rapina neste local.

O Percurso Interpretativo da Ribeira do Mouro é um percurso onde a beleza das paisagens e a biodiversidade existente entram em harmonia fazendo com que a caminhada seja ainda melhor. São visíveis alguns exemplares de azereiro, espécie que na Europa é rara, mas neste local é bastante abundante. Outra espécie, que tal como o azereiro é protegida por lei, e que podemos aqui encontrar é o azevinho. Este percurso inicia e termina na Aldeia do Xisto de Aigra Nova e inclui a visita ao Núcleo de Interpretação Ambiental e à Maternidade de Árvores.

4.1. Análise SWOT à rede de percursos pedestres do concelho de Góis

A análise SWOT (Tabela 4) consiste na determinação das forças (*Strengths*) e fragilidades (*Weaknesses*) internas, assim como das oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) externas. Neste caso, a análise será utilizada para avaliar a Rede de Percursos pedestres do concelho de Góis.

Tabela 4 Análise SWOT à Rede de Percursos pedestres do concelho de Góis

	Forças	Fraquezas
Análise Interna	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação e conservação dos valores culturais e naturais; - Implementação dos percursos pedestres em espaço rural; - Diversidade das paisagens; - Aldeias inseridas na Rede Natura 2000 – Serra da Lousã; 	<ul style="list-style-type: none"> - Estradões; - Trilhos fechados pela vegetação; - Percursos com pouca adesão de pedestrianistas; - Lixos atirados ao chão por alguns pedestrianistas;
	Oportunidades	Ameaças
Análise Externa	<ul style="list-style-type: none"> - Importância do Turismo e do Ecoturismo; - Importância dos Percursos pedestres para uma maior consciencialização ambiental; - Requalificação dos espaços rurais, e caminhos antigos; - Interligação entre as Aldeias do Xisto; - Interação dos pedestrianistas com os habitantes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização dos Percursos pedestres por veículos motorizados; - Marcações que podem sofrer degradação natural;

Numa análise interna, os percursos pedestres do concelho de Góis prezam pelos valores culturais e naturais das Aldeias e trilhos que neles se enquadram, principalmente das espécies da fauna e flora autóctones; o facto de serem percursos implementados em espaço rural, os pedestrianistas terão uma maior preocupação pelo espaço que estão a pisar; as paisagens que se podem encontrar ao longo dos percursos, desde paisagens de montanha, como paisagens mais baixas, como as zonas de ribeiras, ou zonas de floresta, entre outras; alguns dos percursos estão inseridos na Rede Natura 2000 – Serra da Lousã, o que faz com que haja uma maior preocupação ambiental sobre as várias espécies autóctones e não autóctones de fauna e flora. No entanto, os percursos pedestres têm algumas fraquezas, desde alguns caminhos feitos em estradões, que acaba por perder algum interesse para o pedestrianista; alguns percursos, em que não é feita a manutenção regular, acabam por ficar intransitáveis por causa da vegetação; o lixo deixado nos trilhos por pedestrianistas é também uma fraqueza que não ajuda ao ambiente e, ao mesmo tempo torna o local menos atrativo.

Numa análise externa, os percursos pedestres estimulam a importância do turismo e do ecoturismo, no que concerne às práticas ambientais; os percursos apoiam a conservação do meio ambiente, pois o pedestrianista que percorre estes trilhos tem uma maior preocupação sobre o impacto nos recursos naturais; o facto de os percursos passarem por algumas aldeias, faz com que haja uma preocupação em manter esses espaços com melhores condições, e por isso a requalificação deles, assim como a recuperação de alguns caminhos antigos que teriam ficado no esquecimento da população se não fossem os percursos a lembrar que eles existem. Estes percursos fazem a interligação entre muitas aldeias do concelho de Góis, uma mais valia para as aldeias, pois assim, os pedestrianistas têm a oportunidade de as conhecer melhor e mais facilmente, o que também pode ajudar na economia dessas aldeias; os percursos são um bom meio de colocar os pedestrianistas em contacto com os habitantes da aldeia e ficarem a conhecer as suas tradições, usos e costumes; no que toca às ameaças dos percursos pedestres, estes são muitas vezes utilizados por veículos motorizados em provas ou simplesmente por lazer, e isso traz alguns malefícios, pois degradam os trilhos, tornando-os muitas vezes interditos para os pedestrianistas; e com o passar do tempo, as marcas desenhadas ao longo dos percursos podem desaparecer e/ou ficar gastas, o

que leva, muitas vezes, alguns pedestrianistas a perderem-se. Assim, essas marcas devem ser regularmente reforçadas para serem visíveis.

4.2. Propostas de valorização dos percursos pedestres

Para que os percursos pedestres não percam a sua atratividade e continuem a ser um incentivo à preservação e conservação da natureza, os trilhos devem ser regularmente remarcados e limpos, para que possam continuar a ser trilhados pelos pedestrianistas.

Outra proposta que pode ser executada para que os percursos não deixem de ser trilhados será a dinamização de atividades que levem os turistas a percorrer os trilhos existentes, fazendo com que todos eles sejam procurados com a mesma frequência. Estas atividades podem ser de carácter educacional, remetendo para a consciencialização ambiental; podem ter carácter desportivo, percorrer os trilhos em forma de competição; ou podem ter carácter cultural, usando um guia durante o percurso que ajude o pedestrianista a conhecer os pontos de interesse existentes nos percursos e no seu meio envolvente.

É, pois, necessário criar iniciativas ou programas de limpeza florestal e de combate às plantas invasoras, como por exemplo, a criação de programas de verão para crianças e/ou adolescentes em época de férias escolares. Estes programas seriam uma forma de, por um lado, criar uma ocupação durante as férias, e por outro, uma maneira de ajudarem nas limpezas das florestas para assim não se correr o risco de incêndio nas alturas mais quentes do verão, consciencializando para a preservação de espécies autóctones.

A divulgação, por parte das entidades competentes, dos percursos pedestres e da sua importância para o meio ambiente, e para a promoção do património cultural, pois os percursos, são uma maneira de promover a região em questão e mostrar algumas das tradições que a região possui.

Capítulo II – Caracterização do local de estágio

1. A importância das associações de desenvolvimento local. O caso da Lousitânea

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL) assumem um papel ativo no processo de desenvolvimento e, por isso, serem a escolha para a organização da sociedade civil.

São compostas, ou por parcerias públicas e/ou privadas, que reúnem vários atores económicos e sociais, ou em outros casos, são compostas à volta de uma ideia ou interesse mais concreto. As ADL têm um papel importante no progresso de diferentes programas de apoio ao desenvolvimento, ao cumprirem vários projetos específicos nas áreas a que estão ligadas.

Estes programas de apoio ao desenvolvimento criados pelas ADL têm como principal função, satisfazer, a nível local, as necessidades da sociedade no mercado dos serviços, funcionando como um gerador de emprego e desenvolvimento.

São vários os fatores que tornam as ADL um sucesso, nomeadamente:

uma população local onde exista um mínimo de unidade social (...); uma forte componente associativa (...); uma potencialidade empresarial no domínio social (...); a presença de instituições locais (autarquias, etc.) que apoiem esse novo tipo de abordagem associativa e local (...); instituições públicas nacionais recetivas a novas experiências (Guerreiro, 2008: 32 citando Vidal, 2001).

Este tipo de programas está implementado por todo o país, por variados atores locais, de âmbito público e/ou privado, e promovem atividades em diferentes áreas que se interligam, e respondem às necessidades de desenvolvimento local das populações e do território a nível social, económico, ambiental, entre outros.

As ADL dinamizam as regiões por elas abrangidas, promovem a qualificação da oferta, no apoio técnico prestado aos promotores de projetos privados, e assumem-se como uma ligação entre a criação de parcerias e as redes de interajuda na promoção, divulgação, comercialização e troca de experiências, entre outras (Alves, 2014: 240).

Estas iniciativas têm posto o turismo rural como principal estimulador do desenvolvimento dos espaços rurais, sendo um ponto de partida para a criação e integração de atividades na região e que, ao todo, cria uma rede local e regional de

atores com capacidade suficiente para levar ao desenvolvimento pretendido nos espaços rurais.

De facto, a dinamização da atividade trística tem tido um impacto direto nas economias locais sendo muitas vezes o mote para a criação de outras iniciativas de carácter ambiental e paisagístico que se refletem, também, na (re)construção ou consolidação da identidade dos territórios e na respetiva coesão social e desenvolvimento económico (Alves, 2014: 240 citando Teixeira, 2013).

É neste sentido que nasce a Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã, uma associação sem fins lucrativos, sediada na Aldeia do Xisto da Aigra Nova (freguesia e concelho de Góis), com a finalidade de promover atividades de conservação da natureza, valorizar o património cultural (rural, etnográfico, histórico, gastronómico e artesanal) e promover atividades de educação ambiental, desportiva, turística e social na região da Serra da Lousã e nos concelhos constituintes, tendo mais incidência sobre os concelhos de Góis, Castanheira de Pera e Lousã, mas, atuando também sobre os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Penela, de uma forma menos intensa.

Fundada a 3 de dezembro de 2003, por Fátima Curado, Fernando Romão e José Augusto Pais, em Castanheira de Pera, a Lousitânea tinha desde o seu início um ideal que sugeria uma atuação sobre toda a Serra da Lousã. Depois da sua fundação encaminharam-se esforços para estabelecer contacto com os habitantes dos outros municípios, assim como, com os executivos das Câmaras Municipais correspondentes, com o intuito de promover a cooperação entre os vários atores do território na captação de apoios institucionais e no envolvimento de toda as regiões nos projetos e na atuação da associação. Com a falta de apoios financeiros e materiais dos municípios de Castanheira de Pera e Lousã, a Lousitânea não teve como se sustentar e mudou a sua sede para o concelho de Góis, para onde virou o seu campo de atuação e atividades. Numa primeira fase, esteve sediada na vila de Góis, tendo-se mudado, mais tarde para a atual sede na Aldeia do Xisto de Aigra Nova. A sede da Lousitânea (em Aigra Nova) resultou de um protocolo entre a Associação de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira, o Município de Góis e a Lousitânea, a 14 de janeiro de 2009. Este protocolo é renovado de 3 em 3 anos (Alves, 2014: 240-241).

A Lousitânea tem vindo a mostrar uma forte capacidade para o desenvolvimento do território, na execução de projetos, que se estendem para além das Aldeias do Xisto, com o apoio de vários parceiros, agentes locais e instituições (públicas e privadas) internas e externas à região onde atua. Neste momento a associação está ligada a uma imagem e estrutura de atuação, por parte de diversas entidades e instituições, no que toca ao desenvolvimento local, e às áreas da etnografia, da conservação e promoção do património rural serrano, da proteção da natureza, entre outros.

Ao longo dos anos, a Lousitânea, em parceria com outras entidades, tem ajudado a desenvolver vários projetos que merecem destaque por estarem relacionadas com a preservação da natureza e a valorização do património. São exemplos desses projetos, a Rede de Praias Fluviais do Pinhal Interior; a execução e animação de atividades no âmbito do programa das Aldeias do Xisto; a execução da Rede de Percursos Pedestres do concelho de Góis; o levantamento dos vestígios de ocupação humana no Vale do Ceira; a tentativa de classificar os Penedos de Góis como Monumento Natural; a implementação do Parque Patrimonial do Vale do Ceira, entre outros.

A Lousitânea dispõe das seguintes infraestruturas de apoio ao seu funcionamento e às suas atividades: como referido anteriormente, cabe à Lousitânea a gestão da Casa de Campo da Comareira; a gestão da Loja do Xisto da Aigra Nova, situada na Casa de Convívio da Aigra Nova; a gestão do Ecomuseu Tradições do Xisto, com vários núcleos na Aigra Nova e outros nas restantes Aldeias do Xisto do concelho de Góis; e a execução e gestão da Rede de Percursos Pedestres no concelho de Góis. Dispõe ainda, de um escritório adjacente ao Núcleo Sede do Ecomuseu e à Loja das Aldeias do Xisto, numa divisão que é propriedade da Câmara Municipal de Góis.

No piso acima da Loja das Aldeias do Xisto (1º piso), encontra-se a Casa de Convívio da Aldeia, espaço utilizado para diversas atividades realizadas pela Lousitânea e que, no final de 2012, foi alargado, e construída uma cobertura para o terraço já existente, para desse modo, a Casa Convívio poder albergar mais pessoas.

1.1. Atividades turísticas realizadas e promovidas pela Lousitânea

A atividade turística tem fomentado um interesse crescente como atividade económica alternativa para muitas zonas rurais, o que leva à transformação dos espaços caracterizados pela depressão económica e demográfica, revitalizando-as e potencializando-as como destinos de lazer.

Para um destino turístico se conseguir diferenciar dos outros, há um elemento fundamental que o apoia decisivamente e que lhe garante uma vantagem competitiva face a outros destinos, a animação turística, que em alguns espaços rurais é limitada, devido à pouca procura dos produtos disponibilizados, o que retarda o desenvolvimento turístico destes espaços. Sobretudo numa altura em que os visitantes já não procuram o espaço apenas para descanso, querem praticar atividades que os levem a ficar mais tempo na área.

Sabendo que muitos dos empreendimentos de Turismo em Espaço Rural oferecem atividades complementares de animação, estudos revelam que estas não são consideradas pelos proprietários como principal valência, sendo que são destacadas como sendo um serviço de hospedagem.

Todavia, os espaços rurais oferecem vastas possibilidades de desenvolvimento de atividades de animação, as quais devem adaptar-se às particularidades dos territórios, assim como, aos vários segmentos-alvo (juvenil, adulto, sénior).

A animação turística em espaços rurais, enquanto elemento fundamental e integrante de um produto turístico heterogéneo, deveria ter os seguintes efeitos: contribuir para a inovação do produto, na necessidade de atrair cada vez mais turistas exigentes; proporcionar novas oportunidades de emprego e de rendimentos suplementares para a comunidade local; contribuir para uma estada mais longa dos turistas, assim como um aumento dos gastos dos turistas; ser uma atividade estratégica para a preservação e conservação do ambiente e do património do espaço rural; estimular a manutenção de atividades económicas tradicionais, como por exemplo a atividade do setor agrícola; incentivar o reforço dos traços que desenvolvam a identidade local (Vieira, 2005: 3).

A Lousitânea é uma associação que visa o desenvolvimento do espaço rural onde está inserida e, para isso, desenvolve ao longo do ano várias atividades de animação para promover e atrair visitantes às Aldeias do Xisto.

De seguida apresentamos uma lista de atividades desenvolvidas e a desenvolver pela Lousitânea durante os meses deste ano de 2017.

Janeiro – Almoço Convívio na Aldeia do Xisto de Aigra Nova (Figura 14): promove o convívio e a partilha num almoço convívio na Aldeia do Xisto de Aigra Nova para atuais e antigos residentes das Aldeias do Xisto, assim como para sócios e amigos da Lousitânea.



Fonte: Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã

Figura 14 Almoço Convívio realizado na Aldeia do Xisto de Aigra Nova

Fevereiro – XI Corrida do Entrudo: nas Aldeias do Xisto da Serra da Lousã, o Entrudo vivia-se de forma simples, para as pessoas se disfarçarem, pegavam em roupas e objetos velhos, e algo que lhes ocultasse a cara. Para as roupas, os homens vestiam-se de mulheres e vice-versa, para que as pessoas não fossem reconhecidas. Para lhes ocultar a cara, os habitantes usavam máscaras em cortiça com desenhos de caras diabólicas, adornavam-nas com vários elementos, desde cornos de cabra, barba de milho, lã de ovelha, hastes de veados, entre outras e, ao colocarem as máscaras tapavam o resto da

cara com lenços, xales ou trapos velhos (Figura 15). Depois de vestidos, faziam as famosas “corridas” pelas Aldeias vizinhas, onde se declamavam as quadras jocosas sobre os habitantes, registadas durante o ano. A Lousitânea voltou a pegar nesta tradição há algum tempo esquecida e tornou-a num dos eventos que mais visitantes recebe. Esta atividade, para além de contar com a corrida do entrudo, conta também com um almoço convívio na Aldeia de Agra Nova, com um bailarico que alegra a população e os visitantes durante a tarde, com a presença do Sr. José Cerdeira (artesão local que constrói máscaras em cortiça), finalizando o dia com o jogo do Pau (Figura 15), onde num poste bastante alto são colocados um presunto e um bacalhau, e as pessoas têm que tentar subir o poste e apanhá-los.



Fonte: Câmara Municipal de Góis

Figura 15 Trajes dos foliões na Corrida do Entrudo (à esq.); Jogo do Pau em perpétua (à dta.)

Maio – Dia dos Moinhos Abertos: neste dia, os participantes têm a oportunidade de conhecer o património molinológico do concelho de Góis, com a possibilidade de visita a alguns dos moinhos de água existentes no concelho.

Junho – Piquenique no Parque de Merendas da Oitava: neste dia, juntam-se habitantes, familiares, amigos e visitantes, para um convívio no Parque da Oitava em plena Serra da Lousã, com almoço, jogos tradicionais, passeios de burro entre outras atividades.

Julho – Encontro dos Povos Serranos: a Lousitânea, em parceria com várias entidades locais, associa-se a este encontro que tem lugar no St. António da Neve, e que conta com muita animação, a cargo dos Ranchos locais, com comida típica de tempos antigos, e passeios de burro.

Mercado de Saberes e Sabores: iniciativa que tem como objetivo principal, promover o artesanato local e o trabalho dos artesãos e das instituições locais.

Agosto – AgraCultura na Aldeia do Xisto de Agra Nova: um dia cheio de tradições, *workshops*, passeios de burro, concertos, visitas guiadas, tasquinhas, exposições de fotografia, entre outras atividades.

Setembro – Caminhada Interpretativa da Ribeira do Mouro: esta caminhada é uma comemoração do Dia Internacional da Biodiversidade, em que se realiza um percurso interpretativo de fauna e flora autóctones, no Vale da Ribeira do Mouro.

Brama dos veados na Serra da Lousã: entre os meses de setembro e outubro, acontece um dos momentos mais marcantes nesta região, o acasalamento do veado, conhecido por “brama”. É nesta altura que se dão as fortes lutas e despiques entre os veados machos concorrentes, através da intensidade e volume dos “bramidos” emitidos por estes veados, que ao fazerem-no denunciam a sua presença face aos outros machos, mostrando o seu poder sobre os territórios e sobre as fêmeas que lá habitam. Este programa consiste numa caminhada de observação no vale da Ribeira do Mouro ou da ribeira da Pena, concelho de Góis, inseridos na Rede Natura 2000 – Serra da Lousã.

Novembro – Percurso Micológico em Castanheira de Pera: este percurso tem como objetivo a procura de cogumelos silvestres, com exposição, identificação, confeção e degustações de várias espécies de cogumelos coletados, com a ajuda do Engenheiro Florestal José Pais, micólogo e guia da natureza.

Comemoração do dia da Floresta autóctone

Dezembro – Plantação de árvores apadrinhadas do Núcleo da Maternidade de Árvores

Para além destes, existem muitos outros programas desenvolvidos pela Lousitânea, desde o Programa do Doce e da Urze, o Programa do “milho e descamisada”, o Passeio de Burros pela Serra da Lousã, programa do Magusto e Castanha Pilada, entre outros, que podem ser realizados com prévia inscrição.

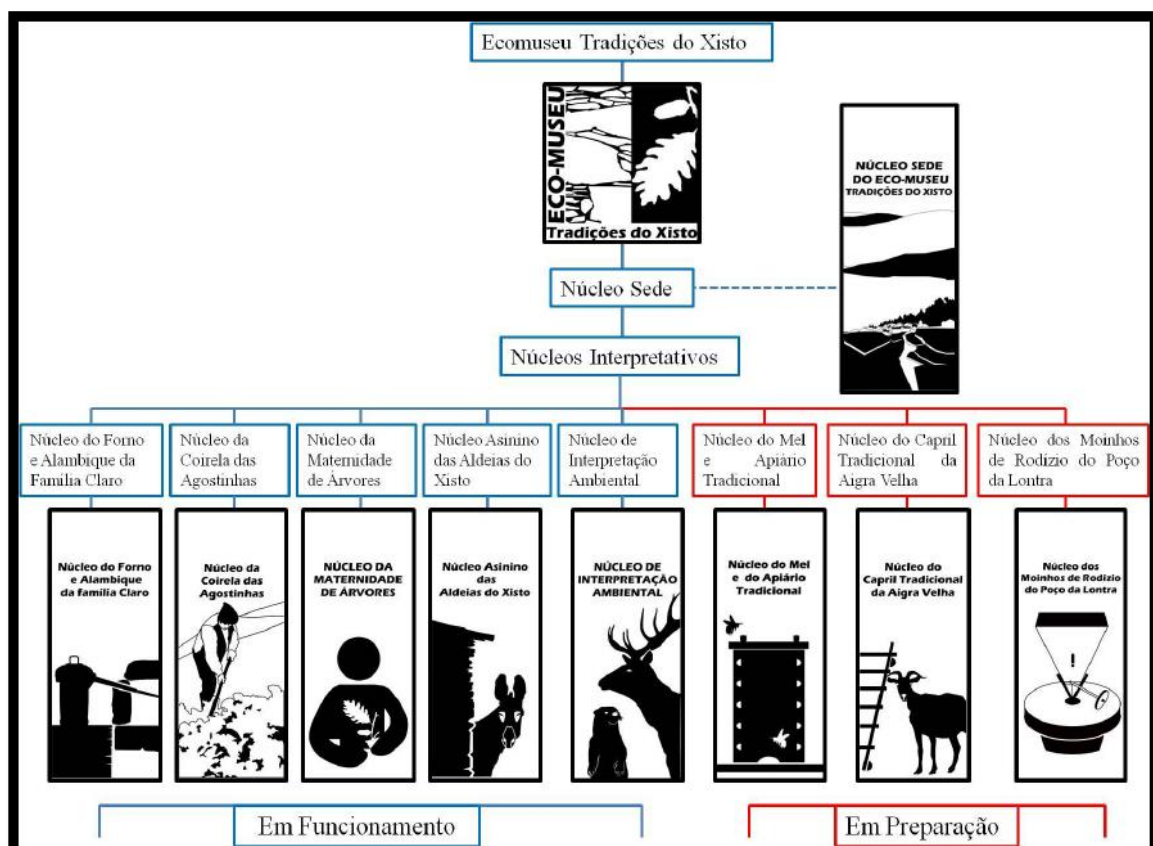
1.2. Ecomuseu Tradições do Xisto

É da responsabilidade da Lousitânea a criação, gestão e dinamização do Ecomuseu Tradições do Xisto (Figura 16), nas Aldeias do Xisto do concelho de Góis.

O Ecomuseu Tradições do Xisto é um projeto aberto e ativo sobre a cultura e as tradições da cultura serrana, que tem como foco a conservação da natureza, dando especial atenção às Aldeias do Xisto de Góis e à Rede Natura 2000 – Serra da Lousã. Assume-se como uma estrutura dinâmica, integradora e promotora da ligação territorial nos domínios em que ela opera.

Acompanhando o modelo contemporâneo de museu, o Ecomuseu Tradições do Xisto, foge um pouco ao modelo tradicional dos museus de coleção, valorizando e potenciando os saberes da comunidade local nas variadas vertentes.

Este Ecomuseu explora duas vertentes divididos em vários núcleos, cinco relacionados com o património cultural e etnográfico e dois ligados ao património natural e conservação da natureza.



Fonte: ALVES, 2014: 253

Figura 16 Núcleos que constituem o Ecomuseu Tradições do Xisto

1.2.1. Património Cultural e Etnográfico

Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto – (Figura 17) este espaço é a porta de entrada para visitar o Ecomuseu, as Aldeias do Xisto de Góis, a cultura e tradições dos povos serranos. É um espaço que se encontra adjacente à Loja das Aldeias do Xisto e nos leva a conhecer o passado, recordando histórias, tradições, saberes e sabores da região. Neste núcleo podemos ver contadas as histórias das quatro Aldeias do Xisto (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena), das suas vivências, crenças, usos e costumes.

O núcleo divide-se em quatro áreas diferenciadas entre si, com uma introdução aos povos serranos destas aldeias; apresentação da Rede das Aldeias do Xisto; as Aldeias do Xisto do concelho de Góis, com fotografias, testemunhos de habitantes e algumas peças relevantes; assim como seis temas ou ciclos sobre o mel, a castanha, o milho, as hortas, festas e tradições e caprinocultura (Aldeias do Xisto, 2013).



Fonte: Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã

Figura 17 Núcleo Sede do Ecomuseu Tradições do Xisto

Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto – atualmente com dois burros mirandeses (o Golias e o Gaitano – Figura 18), este espaço tem o objetivo de valorizar, proteger e ao mesmo tempo promover uma espécie autóctone portuguesa em vias de extinção. Na instalação deste núcleo foram recuperados um palheiro e um curral da aldeia (cedidos por dois habitantes locais), parcialmente em ruínas, e foram usadas técnicas de construção tradicionais, para que o espaço não perdesse o traçado original. Em parceria com a Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino de Miranda do Douro (AEPGA), a Lousitânea adotou estes burros para capacitar a Aldeia do Xisto de Aigra Nova, tornando o núcleo um espaço atrativo para os visitantes, e para criar uma interação entre os visitantes e os burros, potenciando passeios pedestres (Aldeias do Xisto, 2013).



Figura 18 Núcleo Asinino das Aldeias do Xisto

Fonte: própria

Núcleo da Coirela das Agostinhas – este núcleo (Figura 19) apresenta uma horta pedagógica, que pretende mostrar como seriam as hortas tradicionais, as coirelas. Este núcleo destina-se à prática agrícola, com recurso às técnicas ancestrais, de forma não

invasiva (sem recorrer a produtos químicos), destacando as seguintes produções de alimentos: batatas, milho, feijão e plantação de couves, cebolas, cenouras, entre outros. Os produtos que resultam daqui serão depois utilizados na confeção das refeições temáticas realizadas na aldeia (Aldeias do Xisto, 2013).



Figura 19 Núcleo da Coirela das Agostinhas

Fonte: própria

Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro – localizado na Aldeia do Xisto de Aigra Velha, este espaço (Figura 20) pertence à Família Claro, e dispõe de um forno e de um alambique, prontos para o fabrico de broa de milho e de centeio, e também para o fabrico de aguardente. O funcionamento deste espaço, totalmente recuperado, só foi possível, no âmbito do projeto *Eco-Arq*, em parceria com a ADXTUR, o Município de Góis, a Família Claro e a Lousitânea. Este núcleo permite responder a questões sobre o processo de funcionamento do forno e do alambique, assim como do processo de confeção dos produtos (Aldeias do Xisto, 2013).



Fonte: Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã

Figura 20 Núcleo do Forno e Alambique da Família Claro (imagem do alambique)

Existem ainda, alguns núcleos interpretativos que estão em fase de preparação, são o caso de: casa serrana e o capril tradicional; o palheiro e eira tradicional; o forno e alambique na Aigra Nova; o capril e palheiro tradicional na Aigra Velha; o núcleo do vinho na Comareira; os núcleos do forno e alambique, o núcleo museológico da aldeia da Pena e o centro etno-arqueológico da aldeia da Pena; os moinhos de água e o núcleo interpretativo dos Penedos de Góis (aldeia da Pena).

Assim que for possível, e com a colaboração da autarquia, junta de freguesia de Góis, a Lousitânea e habitantes locais, estes núcleos serão sinalizados para beneficiar das intervenções necessárias (Alves, 2014: 257).

1.2.2. Património Natural e conservação da Natureza

No que diz respeito aos núcleos que integram conteúdos ao nível do património natural e conservação da natureza, também estes inseridos no Ecomuseu Tradições do Xisto, há que fazer referência aos seguintes:

Núcleo de Interpretação Ambiental – o objetivo principal deste núcleo (Figura 21) é levar o visitante a contactar com o património natural do sítio da Rede Natura 2000 – Serra da Lousã. Este espaço inclui painéis informativos, que lhe dão a conhecer vários temas de contexto ambiental, desde a fauna, a flora, a geologia, a paleontologia, ao clima, a Rede Natura 2000 e espécies invasoras.



Fonte: Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã

Figura 21 Núcleo de Interpretação Ambiental

Núcleo da Maternidade de Árvores – (Figura 22) a Aldeia do Xisto de Agra Nova acolhe um espaço único no país, um espaço de educação ambiental, onde é possível conhecer e participar nos processos de reprodução de espécies autóctones, de árvores, plantas e arbustos (Figura 23). Este núcleo dá a possibilidade de os visitantes poderem integrar programas de consciencialização ambiental, apadrinhar árvores e contribuir para as campanhas de reflorestação de árvores. Tem como principais focos, a produção de árvores e arbustos autóctones – espécies raras ou em vias de extinção – para futura reflorestação da Serra da Lousã; e contribuir para a educação ambiental de grupos de todas as faixas etárias, crianças, jovens, adultos, até mesmo de empresas que queiram participar nesta iniciativa. A Maternidade de Árvores, nas suas iniciativas ligadas à educação ambiental, promove programas de *ateliers* relacionados com a plantação, reprodução e conhecimento de árvores autóctones, assim como a observação e interpretação da fauna e da flora.

O núcleo organiza-se nos seguintes espaços: inseminação; incubadora; sala de partos; berçário; creche; farmácia; ervanária e exame de 4^a classe.



Figura 22 Núcleo da Maternidade de Árvores

Fonte: própria



Fonte: própria

Figura 23 Pormenor de um dos socalcos da Maternidade de Árvores

Capítulo III – Projeto Turístico “Pelos Trilhos do Xisto de Gois”

1. Enquadramento e pertinência do projeto

Na atividade proposta no presente projeto os participantes podem participar de forma individual ou em pequenos grupos, de forma a minimizar o pisoteio e o impacto nos recursos naturais, designadamente ao nível dos ecossistemas protegidos e/ou ameaçados.

A ideia é usar os sete trilhos que a Lousitânea já tem definidos, e agrupá-los em três níveis: fácil, médio e difícil. Os níveis foram agrupados segundo a altimetria e o número de quilómetros que se tinham de percorrer. O primeiro nível (fácil) será composto por dois percursos, o PR5 GOI – Trilho das Minas, com 4km (Anexo I) e o PR6 GOI – Trilho do Vale Encantado, com 9,2km (Anexo II). O segundo nível (médio) será composto também por dois percursos, o PR1 GOI – Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – “Rota das Tradições do Xisto”, com 9,2km (Anexo III) e o PR8 GOI – Trilho do Papel, com 10km (Anexo IV). Por fim o terceiro nível (difícil) será composto por três percursos, o PR3 GOI – Trilho do Vale do Ceira I, com 14km (Anexo V), o PR9 GOI – Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – “Trilho do Baile”, com 12,7km (Anexo VI) e o PR4 GOI – Trilho da Serra do Açor, com 17km (Anexo VII).

Ao longo de cada percurso haverá pontos de controle onde existirá um sistema de perfuração (picotador ou “alicate”) para “picar” os cartões de controle que serão entregues pela Lousitânea. Os alicates têm um padrão de furos diferentes e têm como objetivo provar que cada participante realizou o percurso. Vão estar situados em pontos estratégicos de maneira a que apenas as pessoas que estejam a fazer o percurso os possam encontrar.

Este projeto terá duas fases. Num primeiro estágio, e com o intuito de testar a ideia junto do público-alvo, os pedestrianistas apenas terão que marcar a sua passagem nos postos de controlo. Se no decorrer do projeto a atividade estiver a ter sucesso e que se pode melhorar um pouco passa-se então para a segunda fase, que terá mais algumas tarefas para realizar.

A primeira fase terá como objetivo dar a conhecer a atividade, ter uma noção do número de participantes e perceber se o projeto tem capacidade para ser aprofundado.

Haverá apenas um cartão de controle com os sete percursos, e um ponto de controle com um alicate por percurso para facilitar a atividade aos participantes. É uma fase experimental e por isso ser simples e de fácil concretização, os participantes apenas têm de se preocupar em fazer o percurso, encontrar o alicate, perfurar o cartão de controle e desfrutar da paisagem até ao final.

A segunda fase será posta em prática caso a primeira tenha êxito. Assim sendo, a segunda fase, para além do cartão de controle que terá que ser perfurado, terá também associado um foco assente na educação ambiental, como forma de promoção da conservação do ambiente e da preservação dos recursos naturais. No que toca ao número de alicates, estes aumentam, podendo haver mais do que um por percurso. Os cartões de controle aumentam também, passando a ser sete, um por percurso. Mas os participantes terão mais algumas tarefas para completarem esta fase, tarefas essas que estarão relacionadas com a educação ambiental como, por exemplo, ajudar no combate às plantas invasoras, recolher lixo que possa aparecer ao longo dos percursos, plantar uma árvore num espaço previamente escolhido, entre outras.

Estas tarefas de cariz ambiental vão complementar a tarefa inicial de fazer o percurso e encontrar os alicates que perfuram os cartões de controle. E esta segunda fase será posta em prática se se obtiverem bons resultados na primeira fase, de acordo com a avaliação dos participantes e com os ajustes necessários finda a fase experimental, sendo de revelante importância os contributos dos participantes bem como o seu interesse pela atividade.

1.1. Primeira Fase

Para participar nesta atividade, os interessados devem dirigir-se à sede da Lousitânea, na Aldeia do Xisto de Aigra Nova, e comunicarem o seu interesse. Aí ser-lhes-á entregue um pequeno livro, que tem como nome “Passaporte do Pedestrianista”. Dentro desse passaporte estará o cartão de controle referente a todos os percursos – do PR1 ao PR9 - e cada conjunto de percursos percorridos, desde o nível fácil ao difícil, dá-lhes direito a um carimbo no cartão de controle. Completos e carimbados os níveis, o pedestrianista poderá recolher a insígnia que lhes está associada.

Como todos os percursos se encontram no mesmo cartão de controle, os interessados podem fazê-los de forma aleatória e, quando houver oportunidade de regressarem à sede da Lousitânea, recolherem os carimbos e as insígnias.

Para a primeira fase haverá apenas uma medalha, em forma de autocolante, para os participantes poderem colar no passaporte como forma de recordação e mérito por terem percorrido todos os trilhos da rede.

1.2. Segunda Fase

Para participar nesta atividade, os interessados devem dirigir-se à sede da Lousitânea e comunicarem o seu interesse. Aí ser-lhes-á entregue um pequeno livro, que tem como nome “Passaporte do Pedestrianista”. Dentro desse passaporte estarão os cartões de controle referentes a cada percurso.

O primeiro nível (fácil) é composto por dois cartões de controle, sendo que cada participante terá de picar com os alicates durante os percursos (PR5 e PR6). Terminados os percursos, os cartões de controle serão marcados com um carimbo como prova de que o participante completou com distinção o primeiro nível. Com o nível carimbado os participantes recolhem uma insígnia e passam para o nível seguinte. Dois cartões de controle que compõem o segundo nível (médio) para os percursos (PR1 e PR8) que posteriormente serão carimbados dando-lhes assim acesso à segunda insígnia. E três cartões de controle para o terceiro nível (difícil) com três percursos (PR3, PR4 e PR9). No final deste terceiro nível os participantes receberão a terceira insígnia.

No final as três insígnias juntas formam uma só.

Como forma de complemento e de enriquecimento da atividade pedestrianista, existiram tarefas de cariz ambiental, preparadas enquanto ferramentas de educação ambiental, incluindo diversas vertentes como sejam, por exemplo: combate às plantas invasoras, recolher lixo que possa aparecer ao longo dos percursos, plantar uma árvore num espaço previamente escolhido, entre outras.

Para a segunda fase haverá duas medalhas, em forma de autocolantes, para os participantes poderem colar no passaporte. Uma das medalhas serve de prémio por terem percorrido todos os trilhos da rede, a segunda medalha serve de prémio por ter executado todas as tarefas ambientais com mérito.

2. Metodologia e Materiais

Este projeto surgiu numa tentativa de valorizar um produto já existente e tentar melhorá-lo, de forma a incentivar mais turistas a visitar o local e, de certa forma, incentivar a divulgação de outros produtos.

Numa primeira fase procedeu-se a uma pesquisa para aferir a originalidade deste tipo de atividade, procurando saber se haveria algo de semelhante na região, em Portugal ou em outros países. Deu-se conta de que os elementos usados no projeto e a estruturação da atividade seriam um fator diferenciador em relação a outros percursos.

Após um primeiro reconhecimento dos percursos começou-se então por definir os locais onde os alicates ficariam colocados. Estes não poderiam ficar no início pois a ideia seria os participantes percorrerem o trilho do início ao fim. Assim sendo, os alicates teriam de ser colocados em pontos estratégicos onde apenas os participantes pudessem encontrá-los. Seria então a meio do percurso, num local refugiado de estradas e de locais habitados.

Posteriormente à escolha dos locais onde serão colocados os alicates houve necessidade de encontrar uma forma de os esconder. Será implementada uma pequena estrutura, usando como base os postes de madeira, igual aos usados na marcação de percursos pedestres, onde se abriria um buraco e num prego se colocaria pendurado o alicate.

Dentro do buraco estaria ainda um pequeno texto com a explicação do projeto, com o intuito de dissuadir eventuais atos de vandalismo. Esta estrutura teria de ficar à vista de todos os pedestrianistas, mas sempre situado num local onde apenas quem faz os percursos soubesse da sua existência.

Com o tempo, tanto os postes como os alicates poderão sofrer algum tipo de estragos, desde vandalismos à danificação dos materiais causadas pelas intempéries. Terá de haver uma manutenção regular dos locais para ver como se encontram os materiais e se é necessário trocá-los por outros. A manutenção terá de ser feita pelo menos duas vezes por ano, ou sempre que algum participante reportar algum material danificado ou em falta.

Para além da componente de preparação do projeto do ponto de vista concetual foi necessário o desenvolvimento de uma bateria de elementos gráficos para aplicação da

iniciativa, como sejam: elaboração dos *layouts* das insígnias, das medalhas, do carimbo e a estruturação do passaporte explicados nos pontos seguintes.

Definidos os locais dos alicates e elaborados todos os conteúdos gráficos do projeto foi preciso contactar empresas que nos pudessem ajudar com a criação dos *layouts* e do passaporte, a par da respetiva orçamentação dos custos com a implementação do projeto.

Já com todo o material pronto, e os alicates colocados nos pontos definidos, deu-se início à implementação do projeto.

2.1. Passaporte

O passaporte (Anexo VIII) vai servir como guia durante a realização da atividade. Dentro do passaporte podemos encontrar um mapa com pontos que marcam o início de todos os percursos pedestres, pequenos textos que descrevem a atividade, os percursos e as normas a cumprir, entre outros.

Podemos encontrar também o cartão de controle que os participantes terão de perfurar cada vez que percorram um percurso. Haverá um alicate por percurso, o que significa que cada vez que fizerem um percurso – e para provarem que o fizeram – têm que encontrar o alicate e perfurar o cartão de controle. No cartão de controle vem o ponto em que se pode encontrar o alicate e vem com os percursos divididos pelos níveis fácil, médio e difícil.

Por fim, o passaporte tem um espaço que servirá para carimbar o(s) percurso(s) que o participante vai completando. Apenas será carimbado o percurso que se apresentar com o cartão de controle perfurado. O participante terá que ter consigo o passaporte sempre que pretender fazer um percurso.

2.2. Alicates

O alicate (Figura 24) é a peça que vai servir para fazer os furos no cartão de controle. Cada alicate tem um padrão diferente de furos, assim cada percurso terá um conjunto de furos diferentes entre si.

Estarão colocados um em cada percurso – na 1ª fase do projeto – e os participantes terão que procurá-los para poder perfurar os cartões de controle.

Apenas os pedestrianistas que fizerem a atividade poderão encontrar os alicates, pois eles estarão colocados estrategicamente para que mais ninguém os encontre e/ou vandalize.



Figura 24 Exemplo de alicate de perfuração

Fonte: <http://www.motutriathlon.com/images/stories/virtuemart/product/PINZE%20PER%20ORIENTEERING%20TRAIL%20RAIDLIGHT%20BOUPIN.jpg>

2.3. Carimbo

O carimbo (Figura 25) terá como propósito marcar o(s) percurso(s) já realizados pelo participante. Por cada percurso carimbado o participante terá direito a uma insígnia (próximo ponto).

Para o efeito será utilizado o carimbo original da Lousitânea. No entanto, existe outro carimbo pré-concebido que também pode ser utilizado.



Figura 25 Exemplo de dois modelos de carimbos a ser utilizados no passaporte

2.4. Insígnias

São três as insígnias (Figura 26) e representam o fim de cada nível concluído. Significa que, quando os participantes concluem um nível (ex.: o nível fácil) regressam à sede da Lousitânea, apresentam o cartão de controle perfurados nos dois percursos, os mesmos são carimbados e no fim adquirem a insígnia correspondente a esse nível.

O mesmo se passa para os outros níveis, até que chegam ao fim com as três insígnias, que juntas, formam uma só. As insígnias serão compradas pelos participantes. A receita proveniente da implementação desta atividade será aplicada na plantação de árvores nativas na Serra da Lousã.



Figura 26 Modelo de Insígnias a ser utilizadas

2.5. Medalhas

As medalhas (Figuras 27) são o prémio final. Depois de os participantes terem realizado todos os percursos carimbados, e terem adquirido as três insígnias, ser-lhes-á entregue uma medalha em forma de autocolante que poderá colocar na parte de trás da capa do passaporte.

Para a 1ª fase do projeto haverá apenas uma insígnia, já na 2ª fase passam a duas insígnias, uma pela realização de todos os percursos e uma pela execução das tarefas de domínio ambiental.

As medalhas serão oferta da Lousitânea.



Figura 27 Modelos de medalhas a serem oferecidas aos participantes no fim da atividade

3. Cronograma e Orçamento

O cronograma apresentado refere-se às tarefas que foram fundamentais na preparação e aplicação deste projeto, durante os três meses de estágio. Para a implementação da primeira fase do projeto foi preciso continuar a parceria com a Lousitânea.

Nos meses de janeiro e fevereiro teve início o projeto com a revisão bibliográfica, envolvendo uma pesquisa para atestar a originalidade da ideia e a sua aplicabilidade *in situ*.

O reconhecimento de todos os percursos pedestres que compõem a rede de percursos pedestres do concelho de Góis teve lugar nos meses de janeiro, fevereiro e março. Neste reconhecimento dos percursos foi necessário fazer uma revisão das marcas e do estado dos caminhos, pois houve a necessidade de pedir ajuda às entidades parceiras para se proceder à manutenção dos mesmos.

Nos meses de fevereiro e março elaboraram-se os conteúdos gráficos, desde os *layouts* do carimbo, das insígnias, das medalhas e do passaporte. Houve também uma primeira pesquisa de empresas que pudessem prestar serviços na produção dos materiais necessários para a prática da atividade, que foram contactadas e forneceram a respetiva orçamentação.

Nos meses de março e abril procedemos a uma revisão final do projeto, melhoraram-se os *layouts* e o passaporte, tendo sido contactadas as empresas que apresentaram os melhores orçamentos.

A apresentação do projeto teve lugar no mês de abril, com todos os pormenores finalizados. No mês de junho será implementada a 1ª fase do projeto. No mês de junho de 2018 será feita a avaliação da 1ª fase do projeto, tendo em consideração as premissas anteriormente referidas, sendo o ponto de partida para definir a implementação da segunda fase do projeto.

Na definição da orçamentação do projeto, foram tidos em consideração os materiais abaixo mencionados, com o respetivo custo:

- Alicates para a 1ª fase do projeto:

- Um alicate por percurso, o que faz 7 alicates ao todo;

- Alicates para a 2ª fase do projeto:

- PR1 – 4 alicates;
 - PR3 – 3 alicates;
 - PR4 – 3 alicates;
 - PR5 – 3 alicates;
 - PR6 – 3 alicates;
 - PR8 – 3 alicates;
 - PR9 – 3 alicates.
- Passaportes;
 - Carimbo – um para todos os níveis;
 - Insígnias – uma parte da insígnia por nível;
 - Medalhas em forma de autocolantes.

Tabela 5 Cronograma de Tarefas para a preparação e aplicação do projeto

<i>Ano</i>	2017						2018
<i>Meses</i>							
<i>Tarefas</i>	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Junho
<i>Início do projeto – revisão bibliográfica</i>							
<i>Reconhecimento de todos os percursos da rede</i>							
<i>Elaboração dos conteúdos gráficos</i>							
<i>Revisão e adaptação do projeto</i>							
<i>Apresentação e implementação do projeto</i>							
<i>Avaliação da 1ª fase do projeto</i>							
<i>Ponderação da 2ª fase do projeto</i>							

No quadro seguinte estão referidas as empresas que apresentaram os melhores preços na respetiva prestação de serviços indicadas, bem como o custo total da implementação do projeto. As quantidades apresentadas no quadro são referentes à primeira fase do projeto.

Tabela 6 *Empresas que apresentaram os melhores preços e orçamento final do projeto*

Rubrica	Quantidade	Promotor	Valor (c/IVA)
Alicates	10	Moove me	10,04€
Insígnias	50x3	Molfil Indústria	49,20€
Carimbo	1	Gois Cor	27,06€
Medalha	50x2	Gois Cor	51,66€
Passaporte	50	Gois Cor	184,50€
Balizas direccionais	7	Floema	70€
Total			392,46€

Conclusão

As Aldeias do Xisto do concelho de Góis são uma forte potencialidade no que toca aos recursos turísticos e ao desenvolvimento dos territórios rurais, pois possuem elementos naturais e culturais, que conferem uma identidade única à sua paisagem.

O ecoturismo e os percursos pedestres têm um papel importante para a divulgação e promoção das Aldeias do Xisto, assim como da conservação e preservação da natureza e proteção dos ecossistemas existentes nas paisagens, promovendo junto dos visitantes a educação e sensibilização no que concerne às questões ambientais, fomentando a minimização dos impactos negativos, e ao mesmo tempo o respeito pelas tradições das populações rurais.

A Lousitânea – Liga de Amigos da Serra da Lousã trabalha para que este equilíbrio também se mantenha, ajudando, com atividades de cariz ambiental, a promover a fauna e a flora existentes, da mesma maneira que tem um papel fundamental no desenvolvimento das Aldeias do Xisto, nomeadamente da Aldeia do Xisto de Aigra Nova.

A ideia do projeto surge através do gosto pelo meio ambiente, por atividades relacionadas com a natureza – atividades que tenham o mínimo de impactos sobre o meio ambiente – como é o caso dos percursos pedestres. O objetivo seria implementar uma ideia que ajudasse a promover este produto turístico e torná-lo num produto diversificado, aumentando a visibilidade dos percursos pedestres do concelho de Góis, e potenciando a sua procura, diversificando a oferta convencional.

O facto de ser um projeto em que os pedestrianistas recebem pequenas gratificações (simbólicas) por realizarem todos os percursos da rede competindo saudavelmente uns com outros, faz com que o projeto se torne um incentivo à prática dos percursos.

Sendo que o turismo está diretamente relacionado com o desenvolvimento dos espaços rurais, e estando os percursos pedestres relacionados com a conservação e a preservação da natureza e da biodiversidade, pretende-se que o projeto seja uma mais-valia para as Aldeias do Xisto de Góis e para o seu desenvolvimento; fomentando, de igual modo, as boas práticas e a educação ambiental dos pedestrianistas que procuram a região. Por estas razões, podemos concluir que o trabalho desenvolvido pode representar um acréscimo de valor e de competitividade para a Lousitânea e para os

espaços rurais envolventes, aumentando a procura por estes locais, atribuindo um valor à região.

Em suma, e no culminar deste relatório, é possível entender que os objetivos, anteriormente traçados, foram atingidos com sucesso, tendo havido algumas dificuldades que no fim acabaram por ser positivamente ultrapassados.

Bibliografia

- Alves, L. (2014) *Processos de mudança, turismo e desenvolvimento rural: Aldeias do Xisto do concelho de Góis e o papel da Lousitânea*, dissertação de Mestrado em Geografia Humana - Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. pp.28, 71-75,119-125,176-211,243-244
- Aldeias do Xisto - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (2013a) *A Rede* [em linha] [consultado 5 abril de 2017]. Disponível em: <http://aldeiasdoxisto.pt/content/rede>
- Aldeias do Xisto - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (2013b) *Aldeias* [em linha] [consultado em 5 de abril de 2017] Disponível em: <http://aldeiasdoxistoeshop.pt/aldeias/>
- Aldeias do Xisto - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (2013c). *Outros projetos* [em linha] [consultado em 6 abril de 2017] Disponível em: <http://aldeiasdoxisto.pt/content/outros-projetos>
- Aldeias do Xisto – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (2013d). *Aigra Nova* [em linha] [consultado em 9 abril de 2017] Disponível em: <http://aldeiasdoxisto.pt/aldeia/aigra-nova>
- Aldeias do Xisto – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (2013e). *Aigra Velha* [em linha] [consultado em 10 abril de 2017] Disponível em: <http://aldeiasdoxisto.pt/aldeia/aigra-velha>
- Aldeias do Xisto – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (2013f). *Comareira*, [em linha] [consultado em 10 abril de 2017] Disponível em: <http://aldeiasdoxisto.pt/aldeia/comareira>
- Aldeias do Xisto – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (2013g). *Pena*, [em linha] [consultado em 10 abril de 2017] Disponível em: <http://aldeiasdoxisto.pt/aldeia/pena>

- Aldeias do Xisto – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (2013h). *Ecomuseu Tradições do Xisto* [em linha] [consultado em 11 abril de 2017] Disponível em: <http://aldeiasdoxisto.pt/poi/45>
- Andrade, W. (2003) *Implantação e manejo de trilhas*. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária – Ferramentas para um planejamento responsável, Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil, pp. 250, 251.
- Andrade, W. e Rocha, R. (2008) *Manual de Trilhas: um manual para gestores*. Secretaria do Meio Ambiente – Instituto Florestal. São Paulo, Brasil pp. 28, 29
- Antunes, A. (2012) *O Ecoturismo como valorização do território – Contributos para o aumento da oferta turística existente na comunidade intermunicipal do médio Tejo*, dissertação de Mestrado em Turismo na especialidade de Gestão Estratégica de Empresas Turísticas. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa pp.34
- Bergstrom, J. (2001) PostProductivism and rural land values, artigo apresentado na Conferência sobre Conflitos e Problemas de Uso da Terra patrocinados pelo Centro Regional de Desenvolvimento Rural do Nordeste, fevereiro, 2002, Orlando, FL baseado no documento FS 01-20 da Faculty Series, Departamento de Economia Agrícola e Aplicada, The University of Georgia, Athens, GA, 30602.
- Bishop K., and Phillips A., (1993), Seven steps to market: the development of the market-led approach to countryside conservation and recreation. *Journal of Rural Studies* 9(4) pp. 315–38.
- Bonnal, P.; Bosc, M.; Diaz, M.; Losch, B. (2003), Multifuncionalidad de la agricultura y Nueva Ruralidad: ¿Reestructuración de las políticas públicas a la hora de la globalización? In: *Seminario Internacional El Mundo Rural: Transformaciones y Perspectivas a la luz de la Nueva Ruralidad*. Universidad Javeriana, CLACSO, REDCAPA, Bogotá
- Braga, T. (2007) *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*. Amigos dos Açores – Associação Ecológica. Pico da Pedra pp. 52

- Brandão, B. (2012) *Avaliação da qualidade dos percursos pedestres homologados em Portugal*, dissertação de Mestrado em Turismo, Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo e Natureza, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril pp.6,7,12
- Cardoso, P. (2011) *Dinâmicas do Mundo Rural no Virar do Século - O concelho do Sabugal*, dissertação de Mestrado em Geografia - especialização na Geografia do Humana Ordenamento do Território e Desenvolvimento - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pp.24, 35
- Carvalho, P. (2010) *A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha*. In *Cadernos de Geografia nº28/29*, pp.185-191. Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2009/2010. Coimbra.
- Carvalho, P. (2012) *Património e Lazeres Turísticos – Pedestrianismo e Percursos Pedestres em Portugal*. Edição EUMED Málaga: Universidade de Málaga, pp.20
- Carvalho, P. (2012) *Patrimónios e Lazeres Turísticos*, Biblioteca Virtual EUMED: Málaga: Universidade de Málaga, pp.28,30,187
- Cavaco, C. (2004). *Desafios de Desenvolvimento Rural*, Notas de Leitura. In *Finisterra XXXIX*, 78, pp. 99-112. Lisboa.
- CCRC (2001) *Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006*. Coimbra, pp.95
- COMISSÃO EUROPEIA (1988) *O Futuro do Mundo Rural, Comunicação da União Europeia*, COM (88) 501
- COMISSÃO EUROPEIA (2000) – *Agenda 2000. Para uma União reforçada e alargada*. Projeto da brochura informativa da Comissão sobre a Agenda 2000 destinada ao público em geral. Programa Prioritário de Publicações 1999, X/D/5
- COMISSÃO EUROPEIA (2006) *A abordagem LEADER - um guia básico*, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, ISBN 92-79-02056-0 pp. 5
- Cordeiro, B., Alves L., Carvalho, P. (2015) *O Ecoturismo em Portugal: uma análise exploratória aos agentes de animação turística e sua relação particular com o*

ECOBUSINESS, TURyDES – Revista Turismo y Desarrollo local, vol. 8, nº 18 (junho 2015), pp.4

- Dallabrida V., Benedetti E. (2016) *Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo: perspectivas teóricas recente na interpretação das mudanças no espaço rural e elucidação de práticas inovadoras*, Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, pp.120

- Diamantis, D. (1999) “*The concept of Ecotourism: Evolution and Trends*”, Vol.2, Nº 2&3, p.96-97 & pp. 97,98,105-106

- Evans, N., Morris, C., Winter, M. (2002) *Conceptualizing agriculture: a critique of post-productivism as the new orthodoxy*. Progress in Human Geography, v. 26, p. 313-332.

- FCMP – Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (2016) *Pedestrianismo* [em linha] [consultado em 6 de abril de 2017] Disponível em: <http://www.fcmpportugal.com/Pedestrianismo.aspx>

- Fennell, D. (2003) *Ecotourism, Handbook of Tourism and Environment 2013*, Routledge Handbooks, London and New York, pp.323

- Figueiredo, E. (2001) *O Rural como reserva ambiental – o lugar do ambiente nas procuras externas das áreas rurais em Portugal* em Iglesias, E.L et Al. (Ed) *La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Peninsula Iberica – Actas del IV Coloquio Hispano-Português de Estudios Rurales*, IDEGA /SPER/AEEA

- Fonseca, F., Ramos R. (2007) *O turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento local: o caso de Almeida*, Cadernos de Resumos Globalização, Agricultura e Áreas Rurais, Vila Real, pp.18.

- Guerreiro, M. (2008) *Associações de Desenvolvimento Local: Que contributo para o desenvolvimento local? O estudo de caso da ADPM*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais - Análise e Gestão, Departamento de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, pp.32

- Honey, M. (1999) *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?* Washington D.C., Island Press. pp. 4

- ICNF (2016) *Rede Natura 2000* [em linha] [consultado em 8 abril de 2017] Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000>
- ICNF (s.d) RNAP - *Rede Nacional de Áreas protegidas* [em linha] [consultado em 4 de abril de 2017] Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/ap>
- IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (2007), *Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)*, [em linha] [consultado em 2 de abril de 2017] Disponível em: http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_util/GC_faq/GC_FAQFEADER
- Ilbery, W., Bowler, I. (1998) *From agricultural productivism to postproductivism*. In: ILBERY, B. (Ed.). *The Geography of Rural Change*. Longman: Harlow, p. 57-84.
- INE (2011) *XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação, Resultados Definitivos*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa. pp. 8, 55
- Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. (s.d), *Financiamento Social Europeu (FSE)* [em linha] [consultado em 2 de abril de 2017] Disponível em: http://www.igfse.pt/st_glossario.asp?startAt=2&categoryID=305&newsID=1838&offset=0
- Lecarte, J. (2016) *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)*, Parlamento Europeu, Fichas Técnicas sobre a União Europeia 2017, pp.1
- Lowe, P., Murdoch, J., Marsden, T., Munton, R., Flynn, A. (1993) *Regulating the new rural spaces: the uneven development of land* *Journal of Rural Studies* 9 205–22
- Massot, A. (2016) *A Política Agrícola Comum (PAC) e o Tratado*, Parlamento Europeu Fichas Técnicas sobre a União Europeia 2017, pp.2
- Mateus, M. (2009) *Campos de Coimbra - do rural ao urbano*, Dissertação de Doutoramento na área de Geografia, especialidade de Geografia, Faculdade de Letra da Universidade de Coimbra pp. 43
- Oliveira, C., (2013) *Quão local é o desenvolvimento Rural? O caso das Aldeias do Xisto*. Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano - Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, pp. 1,4,19

- Oliveira, J. (2013) *Ecoturismo e Estratégias de Comunicação – Interações em Contexto de Experiência Pedagógica: O caso de El Remanso Lodge, Costa Rica* – Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos – Universidade Nova de Lisboa, pp.4
- PEN - *Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 (FEADER)*, revisão Novembro 2009.
- Pinto (2011) *Pensar os territórios rurais - paisagem, planeamento e desenvolvimento em Sever do Vouga*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pp.54,56
- Pinto, R. e Costa, V. (2010) *Ecoturismo e risco ambiental*, comunicação apresentada ao II Congresso Internacional de Riscos e VI Encontro Nacional, Revista Territorium, nº 19, 2012, Riscos, ISBN: 0872-8941 pp.233
- Poças, E. 2006. *A diversidade de espaço rural do continente português*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia Agraria e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.
- Portugal, Assembleia da República (2004) *Lei de Bases do Desporto* n.º 30/2004, de 21 de julho, Série I-A nº170
- Portugal, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do desenvolvimento regional (2004) *Decreto-Lei nº142/2008 de 24 de julho*, Diário da República, 1ªSérie pp.4601
- Portugal, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2004) *Decreto Regulamentar nº1465/2004 de 17 de dezembro*, Diário da República, Série I-B nº294
- Portugal2020 (2016) - *LEADER comemora 25 anos em Portugal*, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, [em linha] [consultado em 4 abril de 2017] Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/iniciativa-leader-comemora-25-anos-em-portugal>

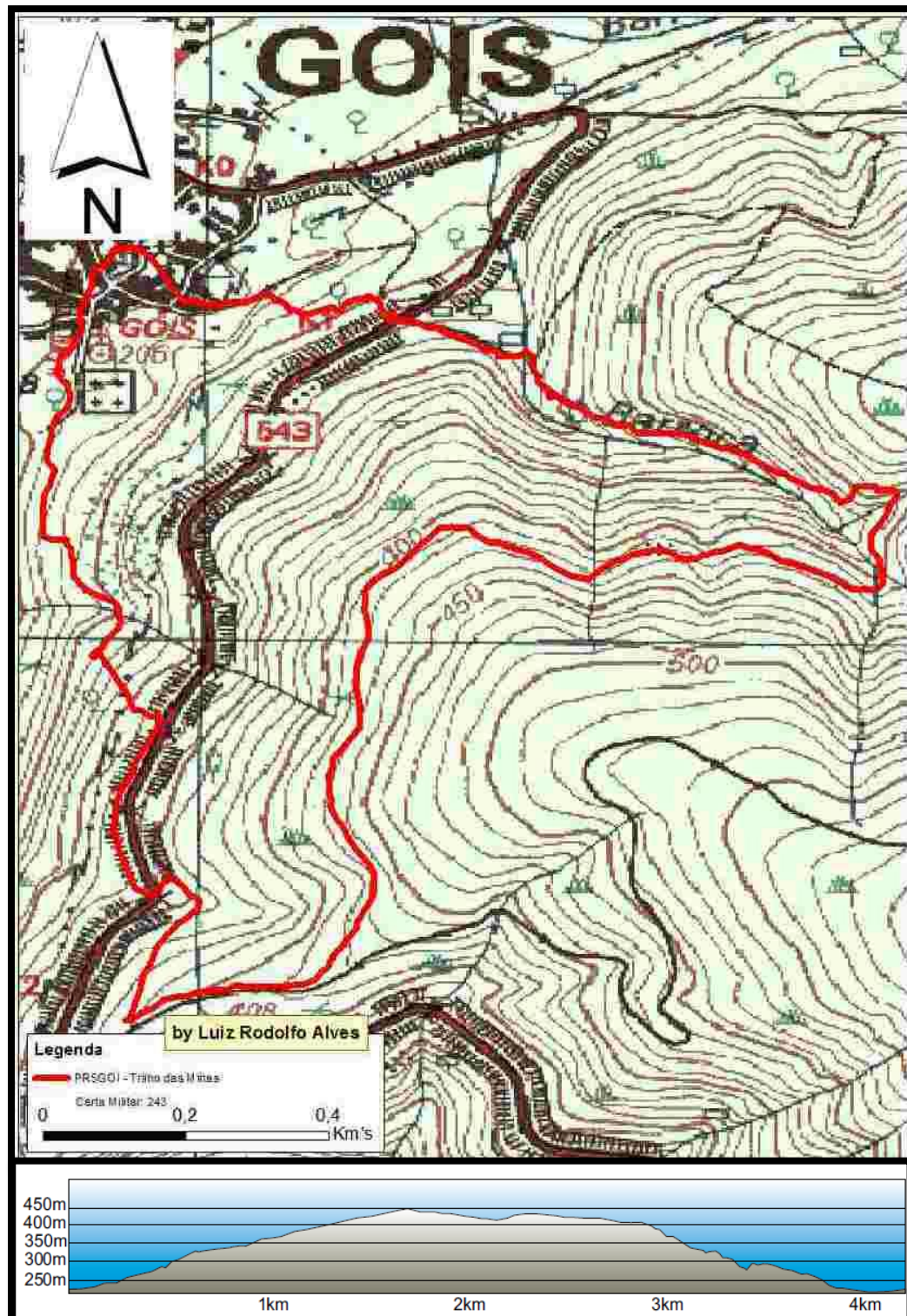
- Programa de Desenvolvimento Rural - PRODER (2011) *Performance de execução financeira dos Grupos de Ação Local (GAL)* [em linha] [consultado em 4 de abril de 2017] Disponível em: <http://www.proder.pt/conteudoee6f.html?menuid=2092>
- Quadro Comunitário de Apoio (2014a) *Fundos Estruturais – FEDER* [em linha] [consultado em 2 de abril de 2017] Disponível em: <http://www.qca.pt/fundos/feder.asp>
- Quadro Comunitário de Apoio (2014b) *Fundos Estruturais – FEOGA* [em linha] [consultado em 2 de abril de 2017] Disponível em: <http://www.qca.pt/fundos/feoga.asp>
- Ramos, B. (2009) Aldeias do Xisto: Um Conceito de Turismo Sustentável Inovador, *Revista Turismo & Desenvolvimento* nº11, pp. 103-107
- Reis, J. e Serafim, M. (2003) O Turismo e mundo rural: duas realidades que se entrecruzam, in Revista: *Pessoas e Lugares, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, II Série, nº13 pp.3
- Rodríguez, J., Ramírez, M., Hernández, V. (2005) La iniciativa comunitária LEADER en España. Boletín de la A.E.G., n.º 39, pp. 361-398, Departamento de Geografía de la Universidad de la Laguna
- Rover, O. e Henriques, M. (2006) A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, outubro, pp.118.
- Santos, J. e Costa, A. (2009) *Ecoturismo: uma forma de desenvolvimento sustentável para o concelho de Pinhel*, comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste, Instituto Politécnico de Leiria pp.5
- Segrelles Serrano, J. A. (2007) La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva en la Unión Europea, mito en América latina, In: Éria. *Revista Cuadrimestral de Geografía*, nº 72, Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo.
- Serrano, J. (2007) *La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva en la Unión Europea, mito en América Latina*. Departamento de Geografía Humana. Universidade de Alicante. Éria, 72 pp.90

- Silva, L. (2008) Contributos para o estudo da pós-ruralidade em Portugal, Arquivos da Memória: outro país - novos olhares, terrenos clássicos nº4 (Nova Série), Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa pp.7, 8
- Silva, O. e Kemp, S. (2008) A evolução histórica do turismo: da antiguidade clássica a revolução industrial - século XVIII, *Revista Científica eletrónica de Turismo* - ISSN: 1806-9169, Ano V, nº 9 (junho de 2008) pp.2
- Simões, J. e Ferreira, C. (2009). Turismos de Nicho – Motivações, Produtos, Territórios. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Sousa, A. (2014) Turismo de passeios pedestres/pedestrianismo como promotor de benefícios: o caso do Funchal (Madeira/Portugal). In: *Revista de investigación en turismo y desarrollo local.*, vol.7, nº 16
- Teixeira, L. (2013). *Dinamismo Territorial e Multifuncionalidade dos Espaços Rurais - Um projeto artesanal num território rural*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Tovar, Z. (2010) *Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal* – Dissertação de Mestrado em Turismo, especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril p. 19, 23
- Tovar, Z. e Carvalho, P. (2009) *Caminhos do Xisto (Cordilheira Central): um novo destino de turismo de passeio pedestre em Portugal*, Cadernos de Geografia, nº28/29, Coimbra, FLUC, pp.138,139
- Tovar, Z. e Carvalho, P. (2011) Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal, artigo publicado na *Revista Turismo e Sociedade*, Curitiba, volume 4, nº 2, pp.309-312
- Tovar, Z. e Carvalho, P. (2013) Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal, artigo publicado em *Turismo e Cultura - destinos e competitividade* - Imprensa da Universidade de Coimbra pp.414, 420, 421, 422

- Turismo de Portugal I.P (2013) Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) - Revisão e objetivos 2013-2015, Governo de Portugal - Ministério da Economia e do Emprego. pp.23, 18
- Turismo de Portugal I.P. (2006) 10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do Turismo em Portugal - Turismo de Natureza, nº 25067/06 pp.23
- Ventura, M. (2010) *Património e Turismo em áreas de baixas densidades: o caso das aldeias do Pessegueiro e do Esquio*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.15, 26
- Verges, N. (2013) *Multifuncionalidade rural: da teoria eficiente à prática ausente*. GeoGraphos. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, vol. 4, nº 47, p. 359-382 [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2013.4.47].
- Vidal, I. (2001) *Economia Social e Cidadania – economia social e promoção de recursos locais*. In Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social – Comunicações. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Vieira, C.(2005) O papel da animação turística nos territórios rurais, in Revista: *Pessoas e Lugares*, , *Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+*, IIª Série, nº30: 3
- Weaver, D. (1998) *Ecotourism in the Less Developed World*, Wallingford: CABInternational. pp. 21
- Wilson, G. A. (2001) *From productivism to post-productivism... and back again? Exploring the (un)changed natural and mental landscapes of European agriculture* Transactions of the Institute of British Geographers, n. 26, p. 77-102.
- World Economic Forum (2017) *The travel & Tourism competitiveness report 2017 - Portugal*, ISBN: 13:978-1-944835-08-B pp.9
- Zimmer, P. e Grassmann, S. (1996) *Avaliar o potencial turístico de um território*. Bruxelas: Observatório Europeu LEADER pp. 97

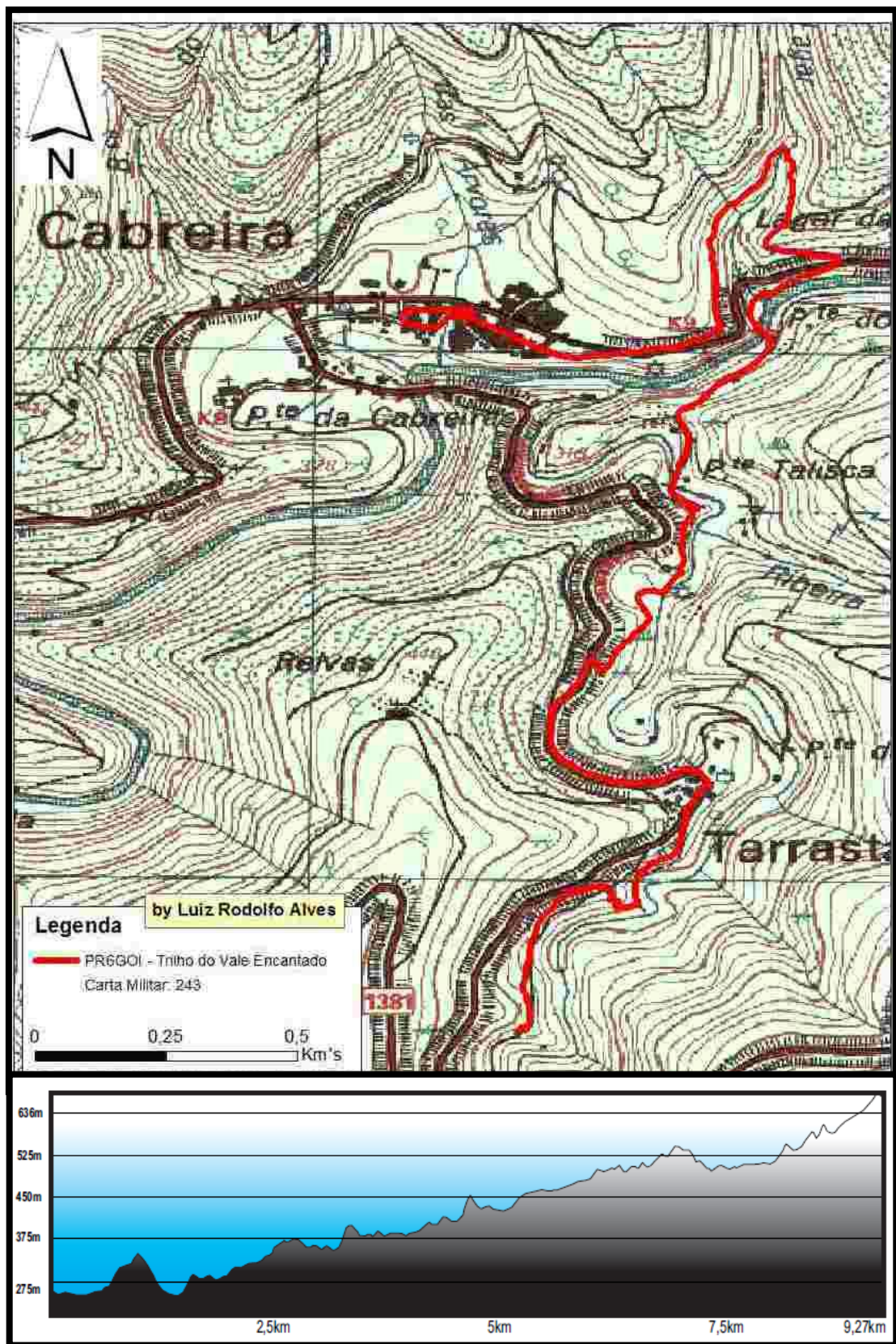
Anexos

Anexos I Carta Militar: 243 do PR5 GOI – Trilho das Minas; altimetria (m) e distância (km)



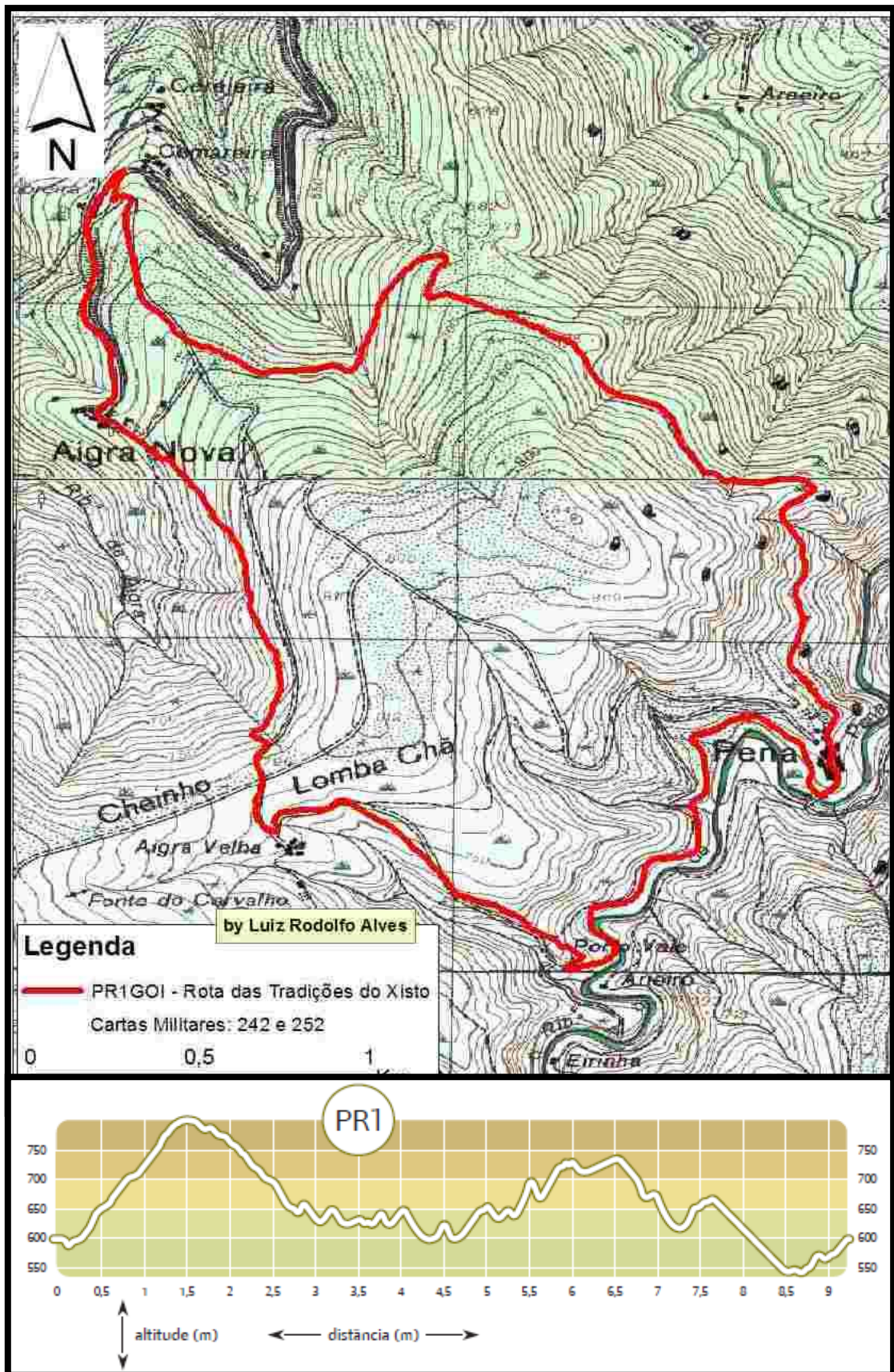
Fonte: Luiz Alves

Anexos II Carta Militar: 243 do PR6 GOI – Trilho do Vale Encantado; altimetria (m) e distância (km)



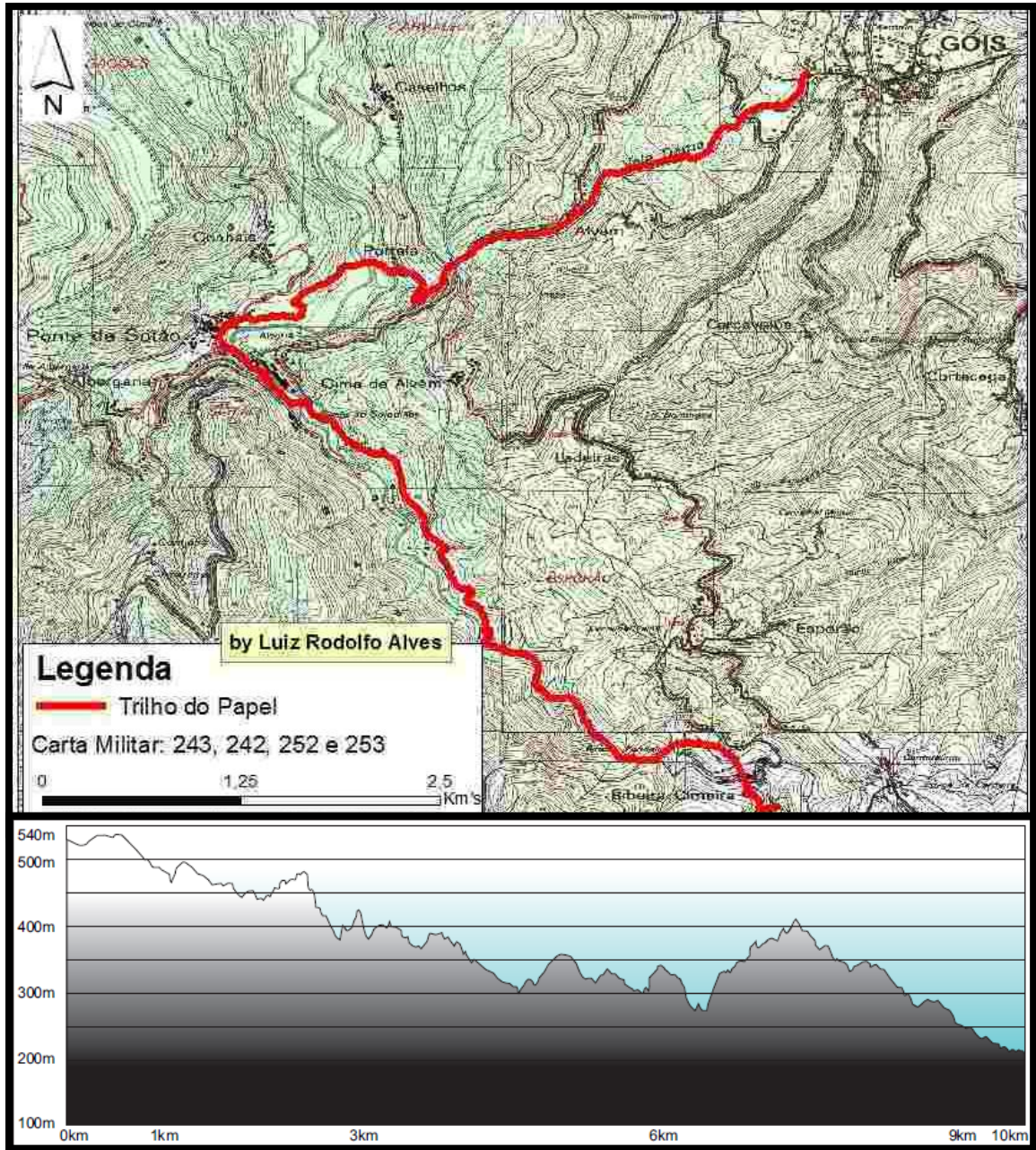
Fonte: Luiz Alves

Anexos III Carta Militar: 242 e 252 do PR1 GOI – Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – “Rota das Tradições do Xisto”; altimetria (m) e distância (km)



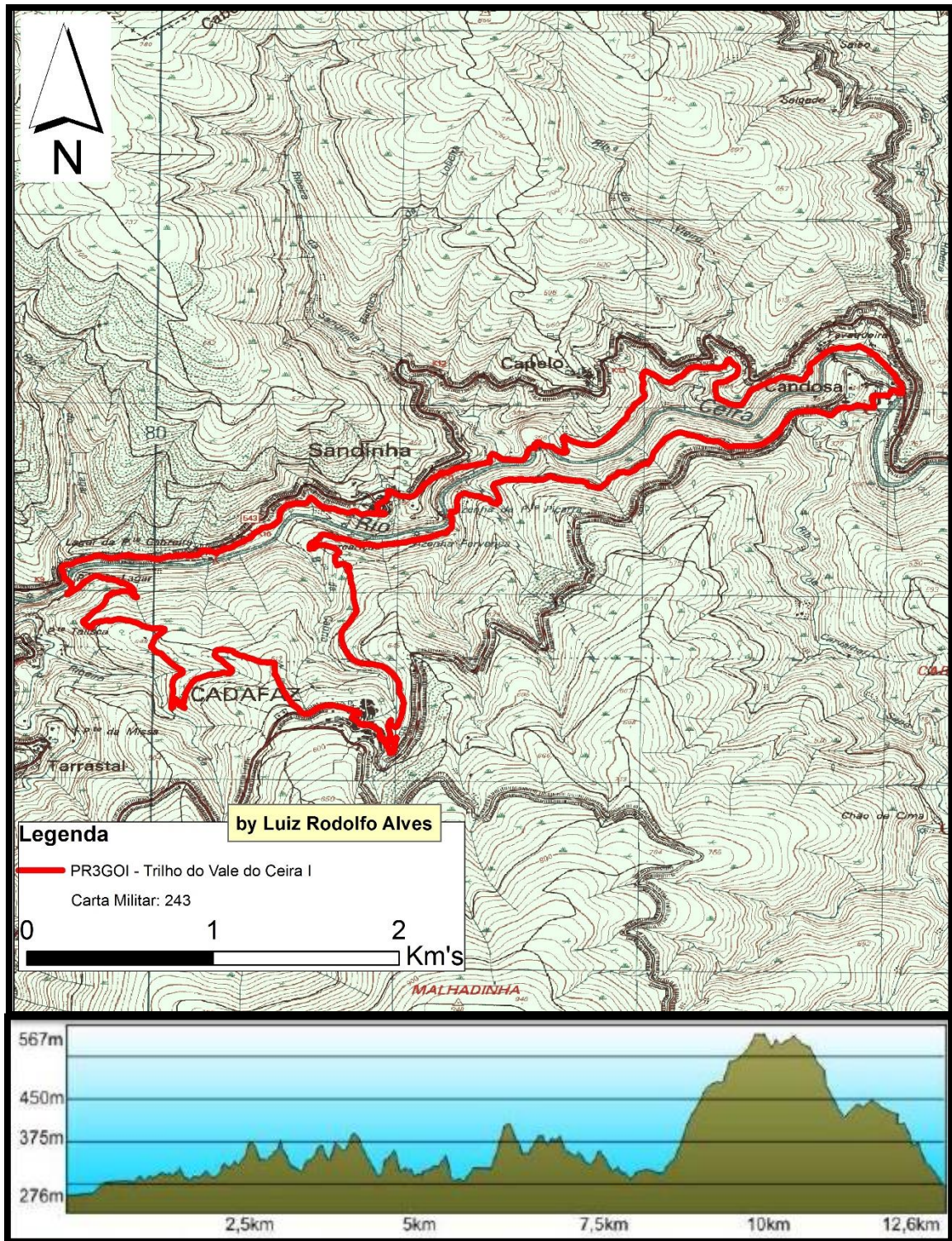
Fonte: Luiz Alves

Anexos IV Carta Militar: 243, 242, 252 e 253 do PR8 GOI – Trilho do Papel; altimetria (m) e distância (km)



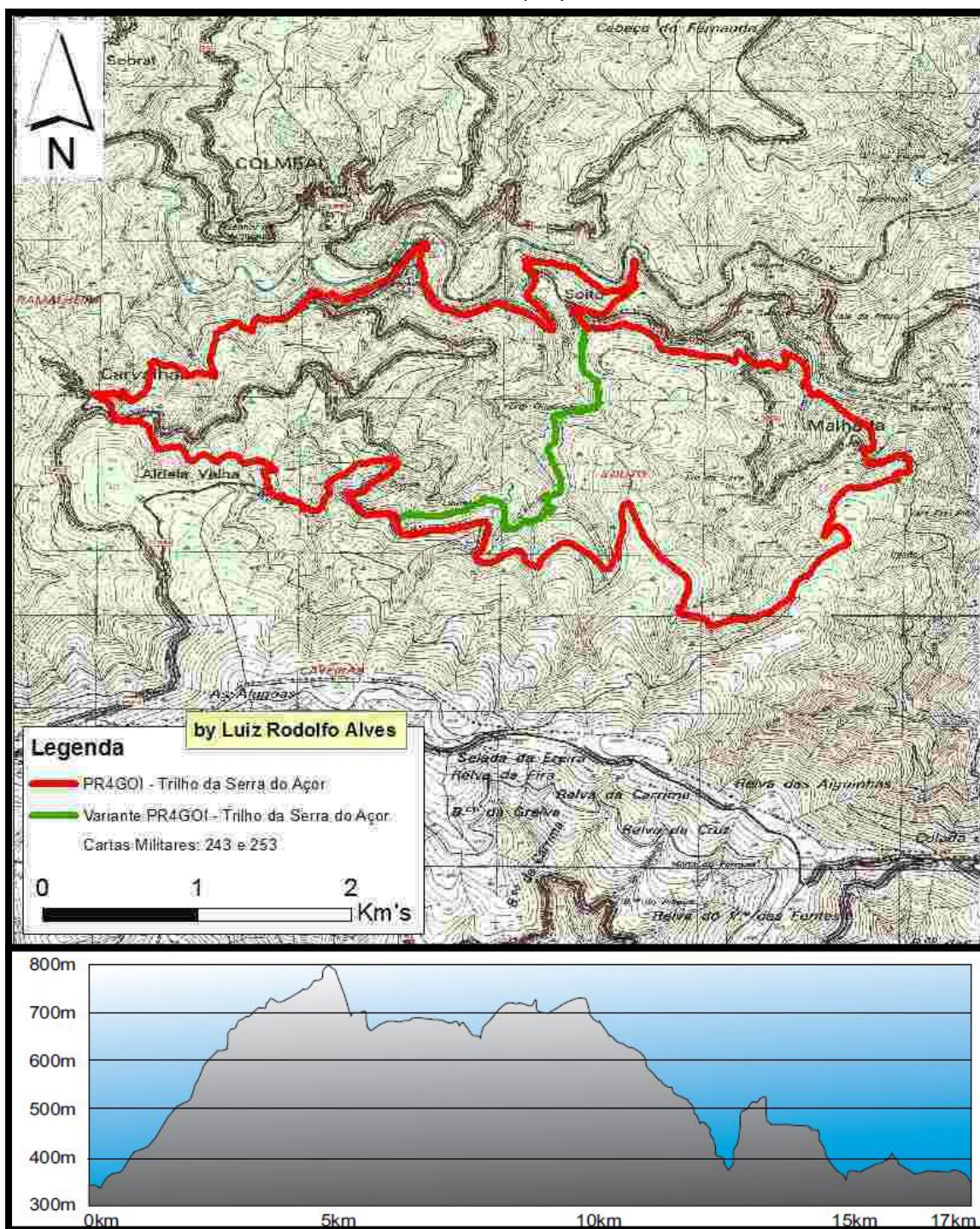
Fonte: Luiz Alves

Anexos V Carta Militar: do PR3 GOI – Trilho do Vale Encantado; altimetria (m) e distância (km)



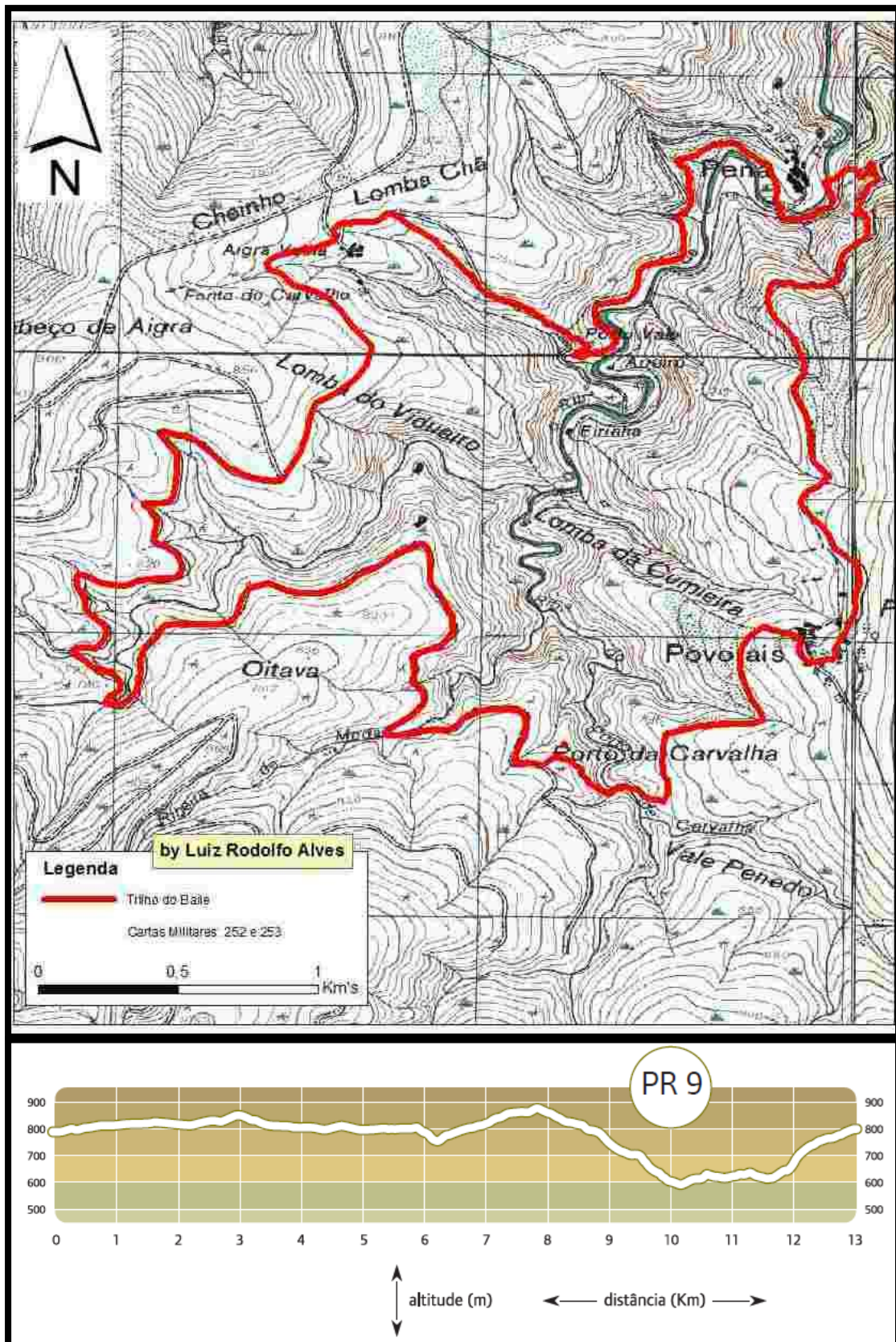
Fonte: Luiz Alves

Anexos VI Carta Militar: 243 e 253 do PR4 GOI – Trilho da Serra do Açor; altimetria (m) e distância (km)



Fonte: Luiz Alves

Anexos VII Carta Militar: 252 e 253 do PR9 GOI – Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Trilho do Papel; altimetria (m) e distância (km)



Fonte: Luiz Alves



Nome/ Name: _____

Cidade/ City: _____

Nacionalidade/ Nationality: _____

TLM/ TLM: _____

2

Contactos Úteis:

SOS: 112

SOS Floresta: 117

Informações Anti venenos: 808 250 143

Lousitânea: 235 778 644/ 969 847 852

Polícia Florestal Góis: 96 868 92 22

Associação Florestal do Concelho de Góis: 235 778 828

Bombeiros Voluntários de Góis: 235 771 122

GNR Góis: 235 770 160/ 96 209 50 48

Centro de Saúde de Góis: 235 770 180

Rules for assigning and using the Pedestrianist Passport

1. Each person can only have one of this Pedestrianist Passport;
2. The Passport of the Pedestrianist is personal and non transferable, being only allowed the use of the same by its owner;
3. If participants compete in groups of 4 or 5, two Passports will be delivered per group;
4. If participants compete in groups of 6 or more, three Passports will be delivered per group;
5. This Pedestrianist's Passport can be obtained in the following places:
 - i. Lousitânea Headquarters;
 - ii. Góis Tourism Office;
6. The Passport of the Pedestrianist gives you the right to acquire one insignia per level and a medal at the end, if you complete it correctly.

11

7

PR5 GOI - Trilho das Minas	PR6 GOI – Trilho do Vale Encantado

PR3 GOI – Trilho do Vale do Ceira 1	PR4 GOI – Trilho da Serra do Açor

PR1 GOI – “Rota das Tradições do Xisto”	PR8 GOI – Trilho do Papel

PR9 GOI – “Trilho do Baile”

8

9